

MILITIA

ANO VI — N.º 35

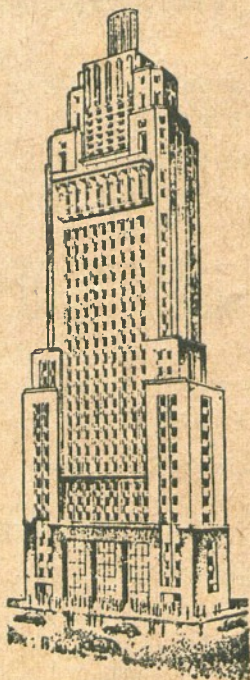
ABRIL - 1953



SUMÁRIO

NOSSA CAPA	98
EDITORIAL	5
DIVERSOS	
As Polícias Militares e o Exército — cap. Jaime dos Santos	6
O Cabra da Peste — cap. Sérgio Rodrigues Caldas	12
Coisas da Fôrça Pública — cel. Anchieta Torres	14
A sua saúde, “seu” Cabo... — cel. Tenório de Brito	16
Determinação e desenvolvimento do VALOR PESSOAL — cap. Rodolfo Assunção	19
A Caminho da Escola — Alves Mata	25
Tiradentes — cel. Maurino Cezimbra Tavares	26
O Novo Comandante da Fôrça Pública — dr. Sebastião A. Pinto	32
Falam os novos alunos oficiais — Reportagem de Monte Serrat F.º	34
Subsídios da Moderna Ciência Penitenciária aos Estudos de Reforma do Presídio Militar “Romão Gomes”. — Agnelo C. Penteado	36
Comentando — Hildebrando Chagas	41
O Custo da Vida — Ten. Afro B. Camargo	42
Secção Feminina — Rita de Cássia	46
NOTICIÁRIO	
Serviço de Engenharia	52
Novidades Policiais-Militares	60
O Reaparelhamento da Polícia Militar da Paraíba	62
Visita do Cmt. Geral à Câmara Municipal	64
Novos comandos e chefias	65
Clube Militar da Fôrça Pública	68
Visita	69
Homenagem ao Comandante Geral	70
Abnegação	72
Grupo Escolar “Edu Chaves”	73
Passagem de Comando no Regimento de Cavalaria	74
40.º Aniversário do 5.º Batalhão de Caçadores	75
Campinas e o 8.º Batalhão de Caçadores	76
IV Centenário de São Paulo	77
128.º aniversário da Polícia Militar da Bahia	80
O Guarani Teórico	89
Legislação	94
Caixa Beneficente	95
NOTÍCIAS DAS CO-IRMAS	
Amazonas e Bahia	83
Distrito Federal	84
Distrito Federal (Corpo de Bombeiros)	85
Espírito Santo	86
Minas Gerais	87
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	
Prova “Cel. Graça Martins”	88
XVII Campeonato Brasileiro de Atletismo	90
1.ª Prova “Fôrças Armadas e Policiais”	92
RECREAÇÃO	
Secção de Édipo	96

Banco do Estado de S. Paulo S. A.



oferece aos dignos membros das nossas gloriosas forças policiais e militares brasileiras um

SERVIÇO BANCÁRIO

RAPIDO

EFICIENTE

SEGURO.

O nosso

DEPARTAMENTO DE DEPÓSITOS,

possuidor de perfeita organização, e dotado das mais modernas máquinas existentes, está habilitado a

RECEBER DEPÓSITOS

ou

PAGAR CHEQUES

dentro de poucos minutos e sem a menor espera !

M A T R I Z :

PRAÇA ANTONIO PRADO N.º 6 — SÃO PAULO

CAIXA POSTAL, 789

Enderêço telegráfico: BANESPA

72 agências no interior do Estado de São Paulo, bem como nas cidades de: Rio de Janeiro (D. F.), Goiânia (Goiás), Campo Grande (Mato Grosso) e Uberlândia (Minas Gerais).

José Silva - Tecidos, S. A.

(Casa fundada em 1885)



Enq. Telefónico «SILVIUS»

CAIXA POSTAL, 445

TEL. 43-28-95 (REDE)

RIO DE JANEIRO, D. F.

TECIDOS E ARTEFATOS DE TECIDOS EM GERAL
— IMPORTADORES E EXPORTADORES —

FORNECEDORES DAS FÔRÇAS ARMADAS, INCLUSIVE
DA FÔRÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

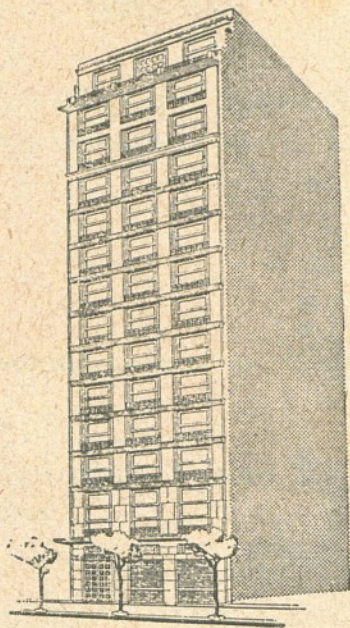
Departamento de vendas
em SÃO PAULO (Capital)

Av. Nova Anhangabau, 702-3.º, Sala 32

Caixa Postal, 3021 —

En. Telefónico, "SILVIUS"

Telefone: 33-2662



Sede no Rio de Janeiro

Festivas clarinadas ecoaram nos mais longínquos rincões de nossa Terra.

Alvoreceu o 21 de abril rememorando gloriosa epopéia predecessora da independência, cujo desfêcho culminou com o sacrifício de um bravo, em holocausto à Pátria e à liberdade.

Data relevante e de carinhosa evocação à nacionalidade, reveste-se — como Dia das Polícias Cívicas e Militares — de especial significação para os policiais do Brasil, conclamando-os a meditar profundamente sôbre os problemas relativos à manutenção da ordem e segurança interna do país.

Fáutoras incontestes da grandeza nacional, incumbe às polícias cívicas e militares amalgamar a sociedade, em busca do mais alto padrão de virtudes morais e cívicas do povo, visando, antes de tudo, o pleno império das leis e o integral respeito às instituições.

Para tanto, importa que sua ação seja harmônica, contínua e uniforme, obtemperada ao ambiente e circunstâncias, sempre atentando para o futuro da Pátria e interesses sociais.

Dai, a despeito da pluralidade de órgãos policiais nas unidades federadas, a imperiosa necessidade de congraçamento efetivo, real, desinteressado, como condição fundamental para o aperfeiçoamento e eficiência do serviço policial.

Impõe-se, ainda, para obtenção dêsse desideratum, a adoção de medidas que garantam a mais severa seleção e formação do policial e que definam, seguramente, os deveres e responsabilidades funcionais.

Urge, assim, enfrentar, sem temor, a reorganização policial dos Estados, Territórios e Distrito Federal, situando-se, precisamente, o campo de ação de cada um dos organismos existentes (cívicas, militares e para-militares), no mais estreito, sadio e sólido entrelaçamento.

Disso resultará inteira racionalização das múltiplas atividades policiais e sua segura convergência para direção única — a do bem-estar social, com adequado emprêgo e aproveitamento de todos os meios, na crescente conquista da ordem, da segurança e da prosperidade nacional.

AS POLÍCIAS MILITARES

E O EXÉRCITO

“As polícias militares, instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército.” (Constituição dos E.U. do Brasil. art. 183).

I — Qual o significado da expressão «forças auxiliares» a que se refere o artigo 183 da Constituição Federal ?

II — As Polícias Militares são «forças auxiliares» do Exército, somente quando convocadas, ou de forma permanente ?

* * *

Antes de avançarmos qualquer conceito relativo ao assunto e afim de evitar interpretação menos exata, desejamos deixar bem claro que:

a) — Encaramos com verdadeiro espírito de brasilidade, o dever de, como “forças auxiliares” do Exército, as Polícias Militares cooperarem, especificamente, na defesa deste nosso estreitado Brasil;

b) — cremos profundamente que as brilhantes tradições de lealdade às autoridades legalmente constituídas e de inteiro devotamento à causa pública, sempre manifestadas pela Força Pública Bandeirante, em tôdas as épocas, devem ser preservadas e cultivadas como um dos pilares em que repousa a eficiência da Milícia como entidade policial, razão de ser de sua existência.

Esclarecemos no entanto, que se não confundimos evolução com icono-

clasticismo, não aceitamos também a equiparação do culto ao passado, ao conservantismo inerte e cômodo;

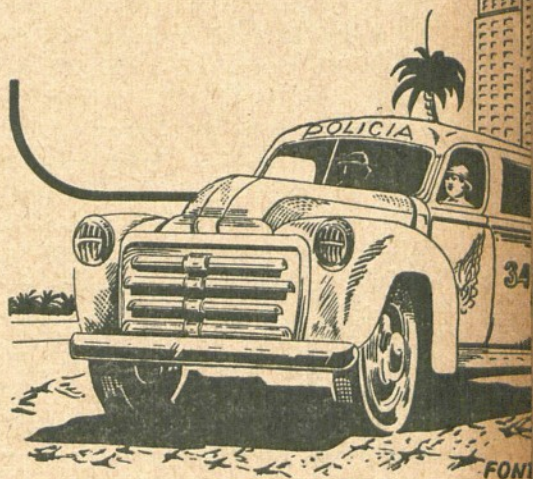
c) — consideramos essencial às Polícias Militares a sua estruturação em bases militares, com regulamentos severos de disciplina e respeito integral à hierarquia. Sobre essa base — única — finalidade — é que deverá ser instituído um dinâmico, eficiente e moderno organismo policial, capaz de equacionar o complexo de necessidades que a sociedade apresenta, no que tange à garantia da ordem;

d) — analisaremos apenas o aspecto das obrigações militares abrangidas na expressão “forças auxiliares”, sem relacioná-lo sequer com a função policial, única explicação lógica da existência das Polícias Militares ou Forças Públicas. Noutro esboço, veremos o problema das Polícias Militares, relativo às suas funções policiais;

e) — após termos analisado acuradamente a questão proposta, temos sincera convicção de que não é possível estruturar com base na disciplina e no dinamismo funcional, qualquer instituição que não tenha suas finalidades essenciais perfeitamente definidas, assim como, não se resolve um problema, sem antes equacioná-lo. A disciplina consciente — única construtiva — deve repousar na convicção do executante, de que a limitação imposta à sua liberdade individual resulta no melhor cumprimento de uma função, no auxílio ou no apôio à coletividade, defluindo daí, para êle, a noção de ter sido útil e de que, nas relações humanas, desempenha um papel positivo. Sôbre a confusão e a incerteza não será possível jamais fazer repousar um organismo de eficiente padrão disciplinar. Haverá a aparência, os sinais exteriores de respeito, calculadas demonstrações de fidelidade, mas isso não passará do aspecto material apenas, que a disciplina oferece...

QUAL O FIM A ATINGIR ?

Para cumprir o dispositivo constitucional que as classifica na qualidade de "fôrças auxiliares", é lógico terem as Polícias Militares necessidade de seguir um programa determinado de instrução. E é certo que êste, para ser bem equacionado, deverá, antes de mais nada, responder plenamente à pergunta: "Qual o fim a atingir?" Eis onde começa a questão... Como poderão os encarregados de instrução, nas Polícias Militares, responder à pergunta, si o próprio conceito de "fôrças auxiliares" ainda não foi sequer definido? Anda-se mais ou menos às apalpadelas, em círculo vicioso que depauperaria as fôrças vivas de qualquer organismo examinado e muito mais ainda, o de uma



corporação policial. Não é possível que nos alcandoremos às místicas do cumprimento do dever e da disciplina, quando os próprios oficiais, os responsáveis pela instrução, não estão imbuídos daquela certeza do ideal, daquele entusiasmo que somente a coerência e a lógica do raciocínio podem estimular e vivificar!

TENTATIVA DE CONCEITUAÇÃO

Existem várias tentativas de conceituação para "fôrças auxiliares". Nós mesmos vamos transportar para êste esboço, o que pensamos deva ser entendido, para essa expressão, na Fôrça Pública do Estado de São Paulo. Resaltemos desde logo que, neste Estado, tem havido esforços sinceros levados até além dos limites exigíveis, a fim de colocar a Milícia à altura de cumprir os seus deveres constitucionais perante a Nação, como organismo essencialmente policial.

Devemos, doutro lado, reconhecer, no entanto, que êsses esforços sinceros e até exagerados, foram, antes, dispersivos, intuitivos, que racionalizados. Po-

demos assegurar, sem receio de errar, que a falta de bases racionais, bem definidas, no campo das obrigações militares, tem levado até a Corporação a prejudicar-se na sua formação precisa que é a policial. Sendo a instrução meramente militar-profissional, muito absorvente, fácil é concluir-se de como isso prejudica a formação do policial. A falta de uma definição exata e lógica dos limites de suas obrigações militares, foi lançada a Fôrça Pública paulista em programas de instrução que lhe deformam, distorcem as características funcionais que devera apresentar. Quando os esforços são espraçados, divergindo em finalidades quase opostas e ambas absorventes, e não orientados em fins bem definidos a atingir, é evidente que o organismo do qual êles são exigidos, pode ser levado até a exaustão, sem cumprir, sequer medianamente, suas missões principais!

Podemos afirmar, em abôno dêsse grande interêsse da Fôrça Pública, em cumprir sinceramente suas obrigações perante o Exército, que o empenho na instrução, artificialmente militar, embora um pouco atenuado nestes últimos anos, tem sido muito grande, chegando mesmo a sacrificar, em parte, a formação específica e o desempenho das funções policiais.

Desejamos manter o mesmo interêsse no cumprimento das obrigações militares para com a Pátria. No entanto, justamente por muito amá-la, não cremos que, em retribuição, queira ela devorar os próprios filhos! Não! Em pleno século da energia atômica, e das maiores reivindicações sociais, não é possível assistirmos ao emprêgo não racional de tantos esforços sinceros!...

É evidente que não podemos confundir estrutura militar das polícias fardadas dos Estados, com organização militar, destinada a fins essencialmente militares. Tanto assim, que a própria Constituição Federal não usou, no artigo 183 citado, apenas o termo *reserva* do Exército, e sim, qualificou-o com a expressão "fôrças auxiliares". Reserva seria expressão genérica, ao passo que esta última é específica. Reserva do Exército, qualquer brasileiro válido o é. Nem precisaria constar da Carta Magna, a condição de as Polícias Militares serem meramente reservas. No entanto, no interêsse da segurança nacional, acautelou-se a respeito da organização dessas entidades, reservando-lhes a missão abrangida pela expressão já mencionada. Assim, as Polícias Militares são consideradas, como fôrças auxiliares, reservas do Exército. Isto é, são reservas, na qualidade de fôrças auxiliares. Apesar disso, até hoje, nenhuma lei federal ou ato correspondente, foi baixado conceituando a expressão "fôrças auxiliares", ou melhor, equacionando, segundo o plano estratégico do Exército o emprêgo das Polícias Militares.

Nem vamos afirmar que a lei 192, de 17-I-1936, seja regulamentadora do dispositivo constitucional em foco. Esse diploma legal, já superado, apresenta ainda eivas de inconstitucionalidade, que examinaremos noutra oportunidade.

Após a Constituição Federal de 1946 não houve providência alguma que, resolvendo o problema funcional das Polícias Militares, as libertasse para evolução segura dentro dum plano de maior garantia à segurança nacional.

O que significaria "fôrças auxiliares"? É certo que os Constituintes de 1946 não iriam inovar ou empregar êsses termos apenas por elegância de ex-

pressão. Certamente, o conteúdo dessas palavras deverá corresponder ao que na realidade, porém ainda intuitivamente, cumprem as Polícias Militares por todo o país. Sem sombra de dúvida, a expressão foi manejada no sentido de definir uma situação já existente, tradicional, ainda que um tanto aleatória.

AS MISSÕES ATRIBUIDAS A FÔRÇA PÚBLICA NA SEGUNDA GRANDE GUERRA

Mesmo durante a última conflagração mundial, verificamos — focalizamos, especificamente, o Estado de São Paulo — que à Fôrça Pública coube a guarda de pontos estratégicos vitais do Estado, como: estações ferroviárias, rodoviárias, entroncamentos, depósitos de materiais estratégicos ou essenciais, represas, usinas, fábricas, grande faixa do litoral, propícia a desembarques, quistos raciais ou colônias de estrangeiros, — sedes de serviços públicos importantes, aeroportos, campos de aviação, etc. etc. Executou a Fôrça Pública exatamente, a função de guarda territorial. Foi êsse um serviço intenso, de alta responsabilidade. E realmente manda o bom senso confirmar que será sempre melhor garantida a segurança desses pontos acima enumerados, por aquêles que já os conhecem melhor, incluindo êsse conhecimento o dos moradores das cercanias. Eis porque essas tarefas foram entregues à Fôrça Pública! E a tal ponto cresceu a importância da missão, que inúmeros oficiais e praças que com insistência requereram para seguir com a FEB para os campos de luta na Europa, não foram atendidos. Tinha-lhes destinado o Exército, no próprio país, missão essencial, das mais delicadas.

Hoje, então, dispondo a Fôrça Pública do policiamento florestal e rodoviário, além do econômico, é evidente que sua função, como reserva específica, qualificada, do Exército, cresceu mais ainda de valor. Lembramo-nos, muito bem, do trabalho estafante da Fôrça Pública, pelas madrugadas em fora, a fim de preservar a ordem nas filas de pessoas que ansiavam por gêneros alimentícios escassos, por ocasião da última guerra, ao mesmo tempo em que, sentinela ativa e pronta, postou-se durante anos, nos locais mais perigosos e afastados, do Estado!

O COMBATE ÀS FÔRÇAS DESAGREGADORAS INTERNAS

É evidente ainda, que ao exercerem a função essencial, que é a de policiamento, as Polícias Militares constituem-se, automaticamente, em fôrças auxiliares, mesmo sem interferência alguma de autoridades militares, ou de planos de convocação. No entanto, em ocasião de comoção intestina, ou de guerra, essa função de fôrça auxiliar, sempre qualificada como de polícia, será cumprida obedecendo a plano geral de segurança. E mesmo nessa emergência, atendendo à melhor eficiência no cumprimento das missões, é certo que as Polícias Militares serão empregadas no próprio Estado em que servem. Polícia é, antes de tudo, ambientação, vivência, conhecimento exato das peculiaridades locais. É melhor policial aquêle que é colocado no seu "habitat", no meio em que se desenvolveu, pelo menos funcionalmente!

Na guerra moderna, de ação intensa da 5.ª coluna, desagregadora da vida interna dos países atingidos, nunca será demais ressaltar-se o papel da Polícia

Militar, como "fôrça auxiliar" do Exército, na manutenção da ordem e segurança públicas.

Por meio desses organismos, poderá o País contar com tropa altamente disciplinada e bem selecionada, capaz de cumprir as missões de polícia, servindo cada vêz mais imperiosa de todos os exércitos modernos.

A INSTRUÇÃO POLICIAL E O CUMPRIMENTO DAS MISSÕES DE FÔRÇA AUXILIAR

O raciocínio até aqui desenvolvido leva-nos a uma conclusão que parece um paradoxo:

"As Polícias Militares, para servirem com eficiência ao Exército, como *fôrças auxiliares*, precisam especializar-se, cada vêz mais intensamente, nas funções policiais".

É conclusão perfeitamente lógica, decorrente da própria constituição das Polícias Militares, e das funções que elas desempenham, ou serão chamadas a desempenhar, si convocadas pela Nação, nas hipóteses já ventiladas.

Tendo em vista que o policial-militar exerce a profissão durante um mínimo de 25 anos em regime constante de trabalho disciplinado, especializando-se num ou em vários dos ramos de policiamento, é evidente constituir êle, para a Pátria, elemento precioso de manutenção da segurança interna e da ordem, nos Estados, especialmente em ocasião de comoções intestinas ou de guerra. Não há interêsse, para o País, em desviá-lo dessas funções, para outras em que não só o aproveitamento seria menor, como haveria perda de muito tempo, em adaptações. Para confirmar essa assertiva, basta considerarmos que

há cêrca de 20 anos ou mais, não tem havido convocação das Polícias Militares para missão alguma especificamente militar, sendo certo, no entanto, termos passado pelos anos mais convulsionados que o mundo já sofreu, tendo o Brasil entrado em guerra contra os países do Eixo. No entanto, a falta de convocação não significou terem sido isentas, as Polícias Militares, de cumprir seus árduos deveres profissionais para com a Pátria. Muitos sacrifícios lhes foram impostos tendo as milícias acolhido a tarefa com galhardia e fiel disciplina, de forma discreta, podemos dizer, quase anônima.

O paradoxal seria o Exército, à falta de polícia-militar eficiente, formada com base na hierarquia e na disciplina, ter necessidade de desviar, nas emergências focalizadas, oficiais e praças de seus quadros, a fim de cumprir missões de *fôrças auxiliares*!

Assim, não copiem as Polícias Militares as organizações e o armamento do Exército. Estruturem-se com base em rígida disciplina e bem definida hierarquia, visando cumprir, eficientemente, as funções policiais.

ADJETIVO AVASSALANTE

Não sabemos porque motivo é costume atribuir-se à palavra militar — no caso simples adjetivo — anexa ao termo polícia, o sentido principal da expressão *polícia-militar*. É uma conceituação errada, que tem prejudicado bastante o evoluir destes organismos, tal a fôrça de atração exercida pelo adjetivo em tela, a ponto de fascinar como verdadeiro e absorvente tabú. No entanto, o fulcro, a essência da expressão concentra-se na palavra *polícia*. Apenas para atender melhor aos imperativos

funcionais, essa polícia estrutura-se em bases militares, quanto à disciplina e hierarquia. Somente isso. E podemos lembrar, a título de exemplo, a lição dos mais avançados países do mundo, como Inglaterra, Canadá, França, Itália, Estados Unidos, Argentina, Uruguai, etc., em que a polícia fardada tem a estrutura militar, como meio de exercer as funções com mais eficiência.

Vemos, pois, que o adjetivo militar avassalou, absorveu o termo polícia, palavra-essência, no caso. Não há negar, no entanto, que em todo o Brasil, as Polícias Militares procuram definir precisamente suas funções para melhor prestar serviços aos respectivos Estados e à Pátria comum.

LEI DEFININDO A SITUAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES COMO FÔRÇAS AUXILIARES

Face às considerações expostas, as quais julgamos exprimir a situação atual das Milícias estaduais, urge seja estudada e promulgada lei que:

I — Defina precisamente a situação das Polícias Militares como fôrças auxiliares do Exército, abrangendo:

- a) — Instrução básica militar, a ser ministrada;
- b) — Programa básico de instrução policial a que elas devam obedecer;
- c) — Casos de convocação das Polícias-Militares e condições de seu emprêgo;

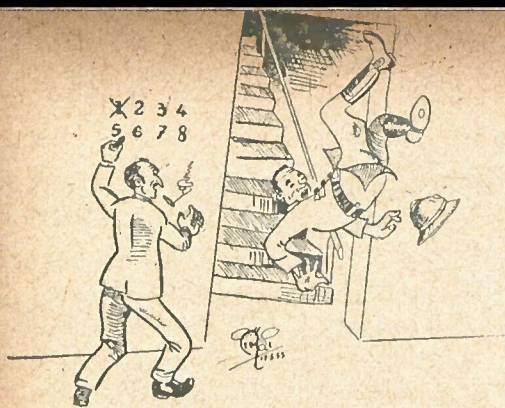
II — Defina, precisamente, os deveres e garantias dos componentes das Polícias Militares, em face da Constituição Federal de 1946;

III — Defina as responsabilidades e garantias de tôdas as polícias uniformizadas do país, sejam quais forem as denominações usadas, abrangidas tôdas elas na estrutura da Polícia Militar dos respectivos Estados, respeitadas as peculiaridades específicas, distintas, próprias de cada um.

É evidente que os programas básicos de instrução, quer policial, quer militar, a par de garantir um mínimo exigido a cada Estado da Federação, relativamente à sua Polícia-Militar, possibilitará uma flexibilidade de execução, de forma a cada Milícia poder amoldar-se às peculiaridades econômicas, históricas, sociais, políticas e administrativas do respectivo Estado, ampliando o que for preciso. Nem seria possível, em pleno regime federativo, neste imenso país de contrastes tão brutais, pretender-se criar polícias iguais, uniformes, por todo o território nacional, o que significaria antes de tudo, desconhecimento completo da realidade brasileira. Os problemas das Polícias-Militares não são os mesmos do Exército. Nem seria racional querer resolver, aplicando a mesma fórmula, problemas cujos elementos essenciais são tão diferentes!

No que tange à técnica de comando e racionalização do trabalho, em prol da segurança interna e manutenção da ordem, não há negar a urgência de ser resolvido o problema da multiplicidade de polícias fardadas no país, mantida a variedade, sem prejuízo da unidade de comando e conseqüente planificação eficiente dos serviços policiais.

Como está, é o cáos!



O CABRA DA PESTE

Cap. Sérgio R. Caldas

Há coisas que acontecem às vezes e guardam o sabor das nossas aventuras; ficam na História Cômica ao lado dos nossos dramas.

Sebastião das Neves era um cabra disposto, sempre atento, vestindo a farda com o garbo dum general inglês. Topava qualquer parada e era homem de confiança das autoridades locais.

Suas qualidades de "cabra valente" se exibiam nas fanfarrônicas crioulas, no andar desempenado e na postura agressiva sempre que parado.

Tudo correu bem até que foi nomeado para a delegacia local, o doutor Alvarenga, homem probo e disposto a fazer respeitada a autoridade policial.

Sentiu-se a nova autoridade, de pronto, atraída pela figura simpática daquele nortista falador e folgazão.

O caso se passou assim: na sociedade recreativa Flôr do Oeste, corria sôlto um baile de Aleluia...

Os tais, porém, haviam cismado em não tirar alvará e não tiraram mesmo. Era um desacato; um desafôro; um insulto direto ao novo delegado, que assim ofendido chamou logo o Sebastião.

— Pronto "seo" dotô.

— Nós vamos acabar com aquê achincalhe, praça. Vamos fechar aquela espelunca de qualquer jeito.

— "Seo" dotô, Vossa Senhoria esteja adescansado; o sinhô pode deixá, que eu vou lá em cima e acabo com o baile. Ora já se viu? Essa negrada

sem vergonha avexá uma autoridade como o senhor?

As onze horas o baile estava mesmo aceso no sobradão da esquina.

O doutor Alvarenga chegou à porta, com o Sebastião armado e equipado, com o "cofnblain" a bater agressivo o flanco do antigo rastreador dos razos do nordeste.

— "Seo" dotô, o sinhô pode ficá aqui em baixo, só contando os cabras safado que eu vou jogando pela escada abaixo.

— Está bem, praça, acaba com êsse desacato logo.

O Sebastião subiu firme os degraus da escada e o doutor Alvarenga ficou na penumbra, recostado ao portal da casa, fumando fleumático um cigarro de palha.

Lá em cima a orquestra parou de súbito.

Silêncio completo... De repente, um tropel, trancos nas portas... e lá vem pela escada abaixo o primeiro folião atrevido.

De costas para o escuro, o doutor Alvarenga apreciou intimamente a cena, vendo em pensamento, a figura hercúlea do Sebastião a desancar os cabras.

Calmo e metódico, contou em voz alta.

— Um.

E a voz agoniada do Sebastião, saindo do desvão escuro no patamar.

— Pode pará, "seo" dotô, que sou eu mesmo !!!

Miliciano,

a

SEC. REEMBOLSÁVEL DO S. I.

(Quartel do S. I. — Rua Alfredo Maia, 194)

defende os seus interêsses
porque oferece o que Você
necessita, a preços inferiores
aos da praça.

Faça-lhe uma visita _____
_____ logo que pader

Coisas da Força Pública

Cel. Anchieta Torres

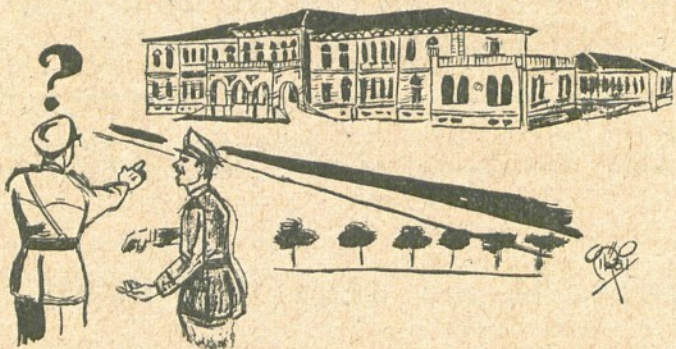
AMBULATÓRIO DA CRUZ AZUL

A Cruz Azul de São Paulo inaugurou vários melhoramentos em seu ambulatório, sito à rua Jorge Miranda, nesta Capital.

Representando "MILITIA", comparei à solenidade inaugural e, então,

na mesma avenida, onde funcionou precariamente por mais de 10 anos.

Como o anterior, este não se prestava ao fim a que foi destinado, principalmente por não se ajustar o funcionamento de um ambulatório conjunta-



mente com um jardim da infância e um grupo escolar, o "Duque de Caxias", instalados no mesmo prédio.

lembrei-me de que a história da construção do mesmo ambulatório é bem pouco conhecida. Fundada a Cruz Azul em 1925, tratou logo sua diretoria de dar um cunho ativo aos seus serviços assistenciais afim de que ela pudesse cumprir sua nobilitante missão, e não se estagnasse.

Um dos primeiros serviços criados foi o de assistência médica às famílias de seus associados, instalando-se, para tal, um ambulatório em velho sobradão da avenida Tiradentes, próximo à Praça dos Esportes, do qual era diretor e, ao mesmo tempo, "corpo clínico", o capitão médico Benedito Leite Penteado.

Ali ficou o ambulatório pouco tempo, sendo transferido para outro prédio

mente com um jardim da infância e um grupo escolar, o "Duque de Caxias", instalados no mesmo prédio.

Era imprescindível a construção de um edifício próprio para o funcionamento desse serviço.

Disponha a Cruz Azul de dois terrenos, que poderiam ser aproveitados: um na avenida Brasil, Jardim América, doado em testamento, mediante a cláusula exclusiva de ser ali construído um ambulatório; outro, na rua Jorge Miranda, doado pelo Estado e destinado ao fim que a instituição julgasse conveniente.

Diga-se de passagem que esta doação foi dupla. Julgando o ten. cel. Marinho Sobrinho, então presidente, pertencesse o terreno à Prefeitura Mu-

nicipal, solicitou e obteve sua doação. A Prefeitura, porém, não era a proprietária. O terreno pertencia ao "Tramway da Cantareira", que reclamou, resultando novo pedido, desta vez ao Estado, seu legítimo proprietário, que efetivou a doação.

Voltemos ao nosso caso.

Assumindo, mais tarde, a presidência da Cruz Azul, o cel. Tenório de Brito resolveu, apesar das dificuldades financeiras decorrentes principalmente do início de funcionamento do Hospital, dar solução ao caso do ambulatório. Começou pela escolha do local. O terreno do Jardim América foi logo posto de parte por ficar muito distante. O da rua Jorge Miranda, bem próximo dos principais quarteis, foi o escolhido.

O Serviço de Engenharia, então sob a chefia do ten. cel. Euclides Marques Machado, encarregou-se da confecção das plantas e do orçamento. As obras ficariam em perto de 200 contos. Surgiu obstáculo que parecia insuperável. Onde buscar o dinheiro? A Cruz Azul contava apenas com as contribuições dos seus associados, que não eram muitos na ocasião, e com um ou outro donativo particular.

Resolveu a Diretoria recorrer ao comando geral da Fôrça Pública, solicitando fôsem as obras construídas pelo Serviço de Engenharia, mediante indenização futura. Estavam as negociações bem encaminhadas nesse sentido quando ocorreu mudança de comando. Assumiu-o o então cel. Milton de Freitas Almeida, em substituição ao cel. Arlindo de Oliveira.

Alguns dias após a posse do novo titular, voltou o presidente da Cruz Azul a reatar as negociações interrom-

pidas, encontrando, porém, pouca receptividade por parte do novo comando geral. Estranho à Fôrça Pública, ignorava êle a amplitude dos serviços da Cruz Azul, assim como o poder associativo dos elementos da corporação que comandava.

Tenório de Brito não desanimou e, certa manhã, convidou o comandante geral para uma visita aos nossos diversos órgãos assistenciais.

Fiz parte da caravana.

Os serviços do ambulatório foram devidamente apreciados, reconhecendo a autoridade visitante ser, de fato, impróprio o local onde se achavam instalados.

Novo pedido de Tenório para execução dos serviços do novo ambulatório pelo S.E. Silêncio do Comandante Geral. Visita ao local escolhido para a construção, que foi achado bom. Nova investida, novo silêncio.

Finalmente rumamos para o Cambucí.

Ao entrarmos na avenida Lins de Vasconcelos, o cel. Milton avistando o magestoso prédio do Hospital e Maternidade Santa Maria, indagou:—

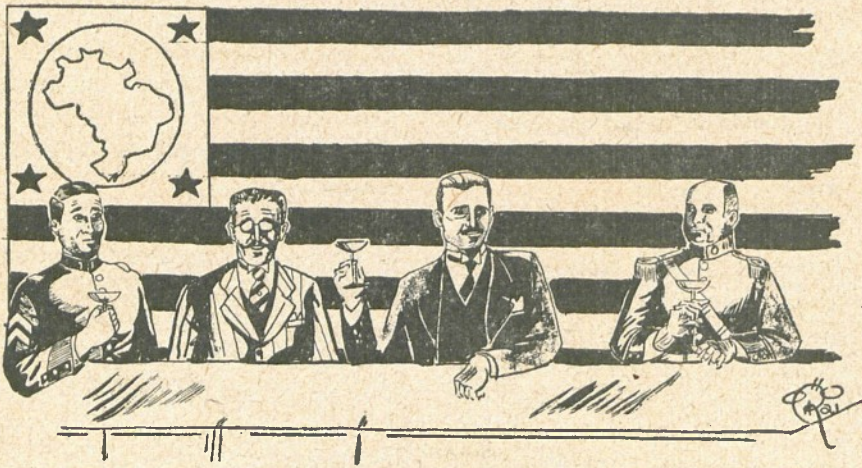
— Que prédio é aquele?

— Aquêle prédio, respondeu o cel. Tenório, é o nosso Hospital.

O comandante geral calou-se um momento e, antes de chegarmos à entrada do estabelecimento, voltou-se para o presidente da Cruz Azul:

— O senhor pôde entrar em entendimento com o chefe do S.E. para início das obras do ambulatório. Hoje à tarde expedirei a necessária autorização.

A simples vista do que já fôra realizado valera mais que todos os argumentos do Presidente da instituição.



À sua saúde, “seu” Cabo...

Cel. Tenório de Brito

Até 1920 o presidente do Estado e membros do governo eram figuras desconhecidas no interior paulista, a não ser na região de influência política de cada qual dêles como seu representante na Câmara dos Deputados, no Senado e finalmente na presidência ou na alta administração estadual, como secretários de Estado.

Não existiam comunicações fáceis entre as zonas intermediárias que as estradas de ferro demarcavam. Esse o motivo.

Coube ao sr. Washington Luís, pioneiro que foi da rodovia no Brasil — criador, aliás, dêsse interessante neologismo *rodovia* — desenvolver tão útil intercâmbio econômico e social entre as populações interioranas dos municípios bandeirantes.

De-lá para cá vem o automóvel — de passeio ou de carga — resolvendo o

problema com intensidade cada vêz maior, contando hoje com o extraordinário auxílio do avião que diàriamente cruza os céus paulistas, graças aos ótimos campos de pouso existentes nas suas principais cidades.

Venho daqueles tempos heróicos em que o presidente do Estado, na companhia do secretário da pasta que superintendia o serviço — primeiro a da Agricultura, depois a da Viação, criada no governo Júlio Prestes — e do ajudante de ordens, às primeiras horas de todos os sábados e, extraordinariamente, noutros dias da semana, largava do palácio dos Campos Elíseos em automóvel guiado pelo Narciso Dal’Molin, tendo como ajudante o Alcides ou o Eduardo, à procura do ponto avançado das obras da estrada de rodagem que demandava à capital da República, Bragança, São João da Boa Vista, Ri-

beirão Prêto, Bauru, Alta Sorocabana (atingiu Piraju antes de 1930) e Ribeira, divisas do Paraná, inaugurada em 1929. Estimulava, o presidente, com a sua presença no acampamento, almoçando na barraca do Timóteo Penteadado, êsse abnegado desbravador, no Brasil, da técnica rodoviária e a quem o País deve, a quantos alí mourejavam: engenheiros, mestres de obras e operários.

Era o despertar de energias novas em novo ramo de atividade que se abria ao trabalho paulista e que em consequência requeria a atenção de todos, desde o chefe do govêrno ao mais modesto obreiro da nossa grandeza.

Acompanhava inicialmente, o presidente do Estado, nessas excursões, o saudoso comandante Marcílio Franco, bravo chefe da Casa Militar — composta, aliás, dêle e do ajudante de ordens — o rabiscador destas linhas.

Serviço áspero, pois que exigia, além de múltiplas faculdades de resistência, a fôrça física que auxiliava, às vêzes, a arrancar do atoleiro o automóvel — ocasião em que até o presidente concorria com o seu esforço — incompatibilizava até certo ponto o Marcílio com essas proesas semanais, dada a sua compleição franzina e a delicadeza da sua saúde.

Assim é que fui eu aos poucos substituindo o meu saudoso chefe nesses originais fins de semana que marcavam sem dúvida a hora da saída mas nunca a da chegada, a qual poderia verificar-se no domingo ou na segunda feira, no mais incerto dos momentos.

As vêzes quebrava o chefe do govêrno o rigoroso incógnito que envolvia as suas viagens de inspeção a serviços públicos em andamento pelo interior do Estado.

Foi o caso da visita à Una — hoje Ibiuna, lá pelos idos de 1928.

* * *

Saindo às 7 horas dos Campos Elíseos, via S. Roque, por volta das 11 atingíamos a pitoresca cidadezinha serana, depois de vencer o automóvel perigosíssimos caminhos através de seranias inacessíveis à maioria dos nossos motoristas.

Aguardavam o presidente do Estado, à entrada da cidade, o que em Una havia de mais seletos: — o juiz de direito, o promotor público, o vigário, o prefeito, o presidente da câmara municipal, vereadores, o diretor do grupo escolar, membros do diretório do Partido Republicano Paulista, os coletores federal e estadual, o agente do correio e o cabo comandante do destacamento, que se apresentou bem fardado e em rigoroso porte militar fêz à mais alta autoridade do Estado, a continência do estilo. Após a visita protocolar ao Fórum, à Prefeitura, à Igreja, dirigiu-se a comitiva para o local do almôço. Enquanto se distribuía o aperitivo, notei que se falava em voz baixa de alguém que estava ausente. Providências foram tomadas e daí a pouco era o cabo comandante do destacamento que, aflito, me procurava. É que o prefeito fazia empenho de sua presença no almôço. Vinha consultar-me. Respondi: — se o sr. tivesse tomado o seu lugar à mesa, nada de anormal ocorreria; desde, porém, que traz o caso à minha solução, obriga-me a levá-lo ao presidente.

Era o dr. Júlio Prestes um espírito superior, dotado de aguda inteligência a serviço de ampla cultura. Homem do interior, conhecendo e amando sinceramente a sua gente, com ela se irmanava sem afetação nos momentos como aqueles que então vivíamos. Dei-

lhe conhecimento do constrangimento do cabo. Fitando-me fundo com aqueles olhos azuis e penetrantes e que se iluminavam em certas ocasiões de estranho brilho, perguntou se havia qualquer expressa disposição regulamentar que impedisse o cabo comandante do destacamento de Una de tomar parte naquele almôço.

Disposição expressa não haveria; nas generalidades é que se poderia enquadrar a questão. Mas eu que sem-

pre tive quisílias especiais pela letra fria dos regulamentos e notando, por outro lado, o interêsse do presidente pela negativa da resposta, respondi que nada havia sobre o caso em aprêço.

E assim é que pôde aquele correto graduado, integrante digno do quadro das autoridades de Una, tomar parte no banquete ao presidente do Estado de São Paulo, em pleno fastígio dos belos tempos da República velha.

Consumir

E' um dever da patriotismo.

Produtos

E' contribuir para o
desenvolvimento da
nossa produção.

Nacionais

E' ajudar a libertação
econômica do Brasil.

Determinação e desenvolvimento do VALOR PESSOAL

Último de uma série de trabalhos de tradução e adaptação de instruções sobre o assunto, em vigor na Polícia Rodoviária do Estado de Ohio, EE. UU.

XXVI — MANUTENÇÃO E CUIDADOS COM O EQUIPAMENTO MOTORIZADO

A manutenção do equipamento motorizado envolve a atenção, a manutenção e os reparos desse equipamento e a presteza ao efetuar tais serviços e reparos.

Por cuidado com o equipamento motorizado se entende a maneira ponderada com a qual o equipamento motorizado deve ser manejado e usado, no propósito de que se evitem gastos desnecessários ou avarias.

A Fôrça é uma organização com tendência a ser colocada sobre rodas, pois que sua eficiência depende de sua mobilidade e presteza para a ação.

Essa mobilidade se obtém através do equipamento motorizado. Se este estiver em más condições o serviço não poderá ser feito de maneira satisfatória. Cada viatura sua, em más condições, se traduz por uma redução na eficiência da Corporação. Por isso devem ser elas mantidas nas melhores condições possíveis de funcionamento, e sua aparência deve ser tal que se coadune com a eficiência e a consideração da Fôrça.

A manutenção do equipamento motorizado abrange:

- 1 — A limpeza regular e a execução das servidões periódicas;
- 2 — A atenção aos mínimos detalhes;
- 3 — A correção dos pequenos defeitos antes que se tornem sérios;
- 4 — A comunicação imediata dos defeitos notados ao superior;
- 5 — A realização de reparos prontamente;
- 6 — A atenção constante às condições da viatura que estiver em movimento.

As instruções do Comando estabeleceram processos adequados para a feitura de reparos e manutenção.

Aos comandantes de unidades, destacamentos e postos cabe a responsabilidade geral pelas condições de seu equipamento motorizado.

Contudo, a responsabilidade imediata pelas servidões e manutenção de tal equipamento pode ser atribuída a indivíduos, em particular, dependendo da própria natureza do serviço na unidade, destacamento ou posto.

Os membros da Fôrça aos quais se atribuem veículos motorizados para uso exclusivo devem arcar com a responsabilidade total de sua manutenção e cuidado.

Além disso a responsabilidade alcança o homem responsável pelo equipamento, quando o operando efetivamente, visto admitir-se que êle o conduza de maneira ponderada, efetue os reparos necessários ou comunique a seus superiores os defeitos encontrados, e que efetue a limpeza regular e as servidões periódicas.

Isto, na maioria das vêzes, se aplica a uma viatura que é atribuída a um indivíduo para uma simples viagem ou para seu uso exclusivo numa base temporária.

O cuidado com o material rodante aqui considerado exige que seu operador evite práticas de condução que venham a causar desnecessário desgaste ou avaria.

Exemplos de êrro no guiar são:

- 1 — Girar as rodas em falso em partidas desnecessariamente rápidas;
- 2 — Freiar com violência, fazendo com que as rodas se arrastem;
- 3 — Conduzir com velocidade maior do que a necessária;
- 4 — Impulsionar a viatura em curvas ou contra obstáculo;
- 5 — Arranhar as engrenagens do câmbio ao mudar de marcha;
- 6 — Manejar descuidadamente quando trafegando em más estradas;
- 7 — Atribuir a condução do veículo a muitos homens;
- 8 — Permitir seu uso em más condições.

A responsabilidade pela condução e manêjo adequado de viatura motorizada cabe inteiramente ao motorista.

XXVII — CUIDADO COM O EQUIPAMENTO DO POSTO OU DESTACAMENTO

Por isto se entende o cuidado e a consideração mostradas no uso e na manutenção e servidões de todo o equipamento atribuído ao posto, destacamento ou unidade, excetuando o motorizado, incluindo-se:

- 1 — Mobiliário de escritório, máquinas e suprimentos;
- 2 — Equipamento de quartel, como camas, colchões, roupas de cama, armários e similares;
- 3 — Construções, pátios, etc.

Em geral, aqui se incluirão todos os móveis e imóveis, no uso do posto, destacamento, ou unidade, quer sejam alugados ou arrendados, ou de qualquer forma destinados ao uso dos membros da Fôrça para o desempenho das atribuições oficiais.

Exige-se que todos êsses meios e recursos sejam usados de molde a evitar perda, desgaste ou dano desnecessários e a mantê-los perfeitos na aparência, limpos, e em estado de servibilidade.

Exige-se que tôdas as provisões para tal fim sejam seguras.

As operações concernentes às servidões e limpezas normais serão desenvolvidas de acôrdo com a rotina estabelecida no posto, destacamento ou unidade.

A não ser que sejam especificados de outra forma por instruções ou escala rotineira do destacamento, qualquer elemento ou viatura que use equipamento do posto, destacamento ou unidade deve recolocá-lo no seu lugar quando tiver terminado o serviço e em condições de ser imediatamente usado mais tarde.

Se o equipamento do posto, destacamento ou unidade for conveniente-

mente cuidado, êle estará a qualquer tempo em condições de uso imediato e dará uma impressão de eficiência às pessoas que a qualquer tempo, também lhe reclamarem os serviços.

Se não for convenientemente cuidado e mantido êle:

1 — Dará uma impressão de uma operação desmazelada e ineficiente;

2 — Fará com que as operações sejam demoradas e complicadas;

3 — Causará uma atitude geral de descuido relativamente aos serviços por parte do pessoal que servir no posto, destacamento ou unidade.

XXVIII — CUIDADO COM O UNIFORME E EQUIPAMENTO PESSOAL

Por isto se compreende o cuidado com que o policial usa seu uniforme e equipamento pessoal e a presteza e regularidade com que êle o cuida, limpa e mantém.

Aqui se incluem tôdas as partes dos seus uniformes, e todo equipamento que lhe for entregue para uso pessoal.

As condições de seu uniforme e equipamento, no que afetar sua aparência será considerada na parte dêste relatório que lhe for destinada.

As condições atuais de seus uniformes e equipamentos são consideradas sob êste tópico, quer afetem sua aparência ou não.

Os cuidados gerais a serem dispensados a todos os uniformes e ao equipamento exigem que êle esteja:

1 — limpo;

2 — em boas condições de confecção e reparos;

3 — escovado, passado ou por outra forma desamarrotado;

4 — completo.

Uniformes e equipamento que estiverem em uso, bem como os que estiverem preparados para uso quando necessário, serão guardados em condições adequadas.

1 — *Limpeza do uniforme e equipamento.*

No caso de capacetes ou bonés, blusas, túnicas, calças ou calções, gravatas ou qualquer pertence similar do uniforme, necessário se torna sejam lavados ou limpos quando necessário, sem desnecessária demora, ou prévia recomendação.

Botas, sapatos, cintos, cinturões, ou quaisquer outras peças de couro devem estar engraxadas e livres de sujeira.

Peças de metal ou partes metálicas do equipamento devem estar limpos e livres de sujeira, corrosão ou ferrugem.

As peças de borracha limpas e livres de sujeira, óleo, ou qualquer outra cousa estranha.

2 — *Condições de reparo e trabalho.*

Sem demora devem ser tomadas as medidas necessárias para corrigir qualquer dano, evidência de gasto ou de má adaptação que clamem a atenção.

3 — *Servidões e condições de uniforme e equipamento.*

As peças de couro devem ser engraxadas.

As peças de metal devem ser polidas, exceptuando-se algemas e outras de superfícies de aço, que devem ser protegidas por uma ligeira camada de óleo.

As peças de borracha não serão engraxadas.

Os capacetes devem estar com a pintura integral, os bonés limpos e desamassados e os uniformes passados de maneira adequada.

4 — *O equipamento deve estar completo.*

Faltas ou perdas devem ser reparadas ou comunicadas prontamente, do modo prescrito.

Em aditamento, deve ser exigido que o policial ao usar ou vestir qualquer uniforme ou equipamento tome cuidado no sentido de evitar gasto ou dano desnecessário, o que se aplica também ao armazenamento e transporte de tais peças.

XXIX — APRESENTAÇÃO AOS SRS. DELEGADOS E M.M. JUIZES E CONDUTA PERANTE ESSAS AUTORIDADES.

Aqui deve ser considerada a capacidade do homem em apresentar e relatar fatos às autoridades policiais e judiciárias.

Nela se incluem a eficiência com a qual êle conduz seus casos, desde o momento em que efetua uma prisão e completa a investigação, até o desempenho de sua prova testemunhal e a finalização do julgamento.

Também nisto está compreendido seu juramento, prestado seja com qual for o seu propósito.

Se parecer haver um conflito entre êste tópico e o de capacidade como investigador, deve-se considerar esta última como finalizando no momento em que a investigação foi encerrada e todos os fatos e provas reunidos e relatados.

Uma explicação da importância desta capacidade específica não é ne-

cessária. Ela é uma das mais importantes funções do policial.

Os diversos passos e fases desta operação são:

1 — Análise de seu caso, incluindo testemunhas, provas e oposição;

2 — Contacto com o delegado;

3 — Informação prestada no inquérito policial e no júri;

4 — Maneira de se conduzir e de proceder no tribunal;

5 — Maneira de dar seu testemunho;

6 — Tipo de testemunho a ser dado;

7 — Atitude para com o defensor, promotor, juiz, advogados, jurados e testemunhas.

XXX — USO DE ARMAMENTO.

Aqui se considera o conhecimento e a capacidade do homem no uso de armas de fogo.

A perícia e habilidade para usar com eficiência armas de fogo é de bastante importância e de natureza a ser considerada separadamente da *capacidade geral*.

Quatro fases separadas do uso de armas de fogo são consideradas sob êste fator:

1 — O modo seguro pelo qual as armas de fogo são manejadas e usadas;

2 — A habilidade na operação mecânica de armas;

3 — A perícia e habilidade atuais de atirar com eficiência.

4 — O uso tático de armas de fogo no cumprimento do dever.

(Uma quinta fase, aquela que trata das restrições legais e éticas relativa-

mente ao uso de armamento no cumprimento do dever, é matéria a ser considerada em "Julgamento").

A importância da perícia no uso de armas pelo policial é muito grande. O cuidado no manêjo e uso de suas armas para evitar a produção de ferimentos em pessoas inccentes é ainda de maior importância.

Ferir ou tirar a vida a um espectador ou a outra pessoa que não estiver envolvida em qualquer ação criminal creará maior campo para severo criticismo ao policial e à organização. Se um policial é incapaz de usar suas armas com eficiência no desempenho de seus serviços, não pode ser considerado um policial eficiente.

1 — *Segurança:*

Por segurança no uso do armamento se entende o modo pelo qual o policial maneja ou opera com armas de fogo levando em conta se êle o faz de molde a evitar ferir pessoas ou danificar propriedades não intencionalmente, e em conformidade com as regras para a segurança.

2 — *Operação mecânica:*

Isto significa seu conhecimento, perícia e capacidade de utilização e manêjo da arma, do seu funcionamento e de todo o seu contrôle. Inclue a sua capacidade de desmontagem e montagem para os cuidados e limpeza normais. Também se inclue sua capacidade de manejar e transportar com segurança qualquer arma com a qual possa se encontrar no cumprimento do dever. Seu conhecimento e perícia no manêjo de armas de serviço deve ser de tal grau que lhe permitam o manêjo e a operação de um modo seguro e suave

e sem perda de tempo, ou hesitações. Incluída está a capacidade de resolver os menores incidentes em armas automáticas.

3 — *Perícia no atirar:*

Aqui se considera a eficiência e a perfeição do tiro do homem.

Na falta de qualquer ocasião de atirar no cumprimento do dever, sua capacidade na prática será considerada nos exercícios de tiro.

4 — *Uso tático no cumprimento do dever*

Por isto se compreende os métodos, meios e artificios com os quais êle usa seu armamento para atingir um objetivo.

O objetivo usual é a prisão ou a obtenção de imobilidade num indivíduo, sob certas circunstâncias específicas.

Abrange tanto medidas preparatórias, tais como a presteza com que carrega e empunha suas armas, e o modo pelo qual emprega atualmente armas na execução de um serviço.

XXXI — EFICIÊNCIA GERAL

Por eficiência se entende a comum e aceita significação da palavra. O grau de poder produzir trabalho e a competência de executar todos os deveres desempenhando tôdas as funções necessárias do seu próprio posto e cargo.

O completo campo de conhecimento, competência e qualidades pessoais e sua aplicação, os quais se combinam para produzir eficiência num homem, não podem ser inteiramente separados em pequenas partes de molde a que cada uma possa ser examinada de per si.

Ainda resta uma grande quantidade de tais qualidades dos homens e de suas operações que não foram consideradas separadamente e as quais têm uma definida influência na sua eficiência. Todos êsses conhecimentos, habilidades e qualidades pessoais remanescentes e sua aplicação ao trabalho da organização, devem ser considerados sob o fator "eficiência geral".

Objetivando uma explanação, *eficiência geral* se divide nas seguintes partes:

1 — O conhecimento necessário ao desempenho de operações eficientes;

2 — A perícia e a capacidade necessárias à operação eficiente;

3 — Os traços pessoais e qualidades necessárias à operação eficiente.

1 — *Conhecimento.*

Abrange conhecimentos gerais de informações e de detalhes, obtidos, em escolas e cursos da corporação, de instruções e informações escritas e verbais e da experiência.

2 — *Perícia e habilidade.*

Uma grande quantidade de perícias e habilidades devem ser desenvolvidas por um homem com o objetivo de executar seus serviços eficientemente.

Algumas dessas habilidades são formalmente ensinadas na instrução de uma ou de outra maneira, mas a maioria delas deve ser desenvolvida pela experiência e pela prática.

3 — *Qualificações pessoais necessárias.*

Aqui se consideram as qualidades e qualificações pessoais que tornam efetiva e valiosa à corporação a eficiência do homem.

Em aditamento, os fatores que são especificamente considerados em outros lugares dêste relatório, que forem parte da *eficiência geral* de um homem serão também considerados aqui. Êste fator, pois, é um quadro completo e geral daquilo que se relaciona com a *eficiência* de um homem.



1 PACOTE DE 400 GRAMAS

CUSTA MENOS

DO QUE 2 DE 200 GRAMAS!

AMIDO DE MILHO

MAIZENA
DURYE

MARCAS REGISTRADAS

TRIANGULO

A Caminho da Escola

Ao meu colega major Décio

Chove torrencialmente...

A noite é fria.

Água corre, nas ruas, volumosa.

Açouta impiedoso o vendaval!

Uma sombra desliza silenciosa

Ao longo das calçadas, arrostando

O louco temporal...

O vento, o frio, a chuva?

Que lhe importa

Essa fúria banal da velha natureza!

Se na alma leva o sol de uma fé sempre viva

Que lhe dá da vitória uma plena certeza!

Sua idade? Não sei!

A idade é da matéria...

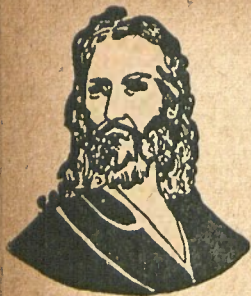
O espírito é moço, é moço eternamente.

Só o fraco se curva à força deletéria.

O forte, até morrer, sorri alegremente.

ALVES MATA





TIRADENTES

*Cel. Maurino Cezimbra Tavares
(Da Polícia Militar da Bahia)*

Recordar feitos heróicos, reviver mártires da Pátria é tarefa que nos encoraja a sintetizar uma das maiores epopéias de nossa história.

No último quartel do século XVIII, um movimento de liberdade tangenciou os quadrantes da velha Europa. Os mesmos motivos determinaram, lá e cá, a resistência: tributos, ônus, encargos, sempre impostos.

A Revolução Francesa, conseqüência de doutrinas sociais, divulgadas por Jacques Rousseau, Diderot, Voltaire e outros enciclopedistas e economistas, foi a explosão de êrros e ódios, que se acumularam até o ponto de saturação. Precederam-se a dos Estados Unidos e a da Inglaterra, cujos fatôres "mutatis mutandis", são iguais, daí a afinidade de idéias.

Povos sujeitos ao jugo de govêrnos déspotas acompanharam, em arrojados vôos, a vitória daquelas conquistas.

Sentimos também, a influência dessas causas. Brasileiros que formaram a sua cultura em universidades estrangeiras, de volta à terra natal, transmitiram aos compatriotas os assuntos palpitantes da época.

Minas Gerais os acolheria.

* * *

Joaquim José da Silva Xavier veio ao mundo em 1748. Nasceu na então florescente Vila de São João Del-Rei. Órfão de pais, mal completara nove

anos, quis o destino marcar-lhe a personalidade, pondo-a à mostra, desde os albores da meninice, privando-o dos carinhos e desvêlos de Domingos da Silva Santos e de d. Antônia da Encarnação Xavier.

Tivera o casal cinco filhos: dois cursavam o seminário de Mariana, destinavam-se ao sacerdócio; as duas meninas necessitavam de amparo; êle, o terceiro dos irmãos, tinha de conhecer, de logo, as vicissitudes da vida, numa luta sem trégua, em uma existência laboriosa. Estava predestinado a grandes sofrimentos. Não contaria vitória em nenhuma das várias profissões em que aplicou a sua atividade, não obstante exercê-las com certa habilidade. Era uma vocação indefinida: negociante, mineralogista, dentista e militar, exerceu cada um desses misteres com dignidade e proficiência.

Uma inteligência robusta a serviço de um grande ideal. Homem de ação realizadora, não podia permanecer em um meio, cujas condições econômicas e sociais não lhe possibilitavam empreendimentos de vulto. Resolveu viajar. Aqui, na Bahia, onde se fez maçom, esteve por muitas vêzes como comerciante ambulante. Mas, não estava satisfeito e, apesar de não ser ambicioso, buscava melhorar os seus bens.

Arrojado e impetuoso, deixa estas terras, indo instalar-se no Rio de Janeiro, cujo desenvolvimento anteviu.

Nessa cidade, propôs ao Vice-Rei a execução de obras para o abastecimento de água, aproveitando os mananciais dos rios Maracanã e Andaraí, por ser deficiente o Carioca. Os seus planos não tiveram acolhida, não logrando também êxito a construção de trapiches, tão necessários na época. Sômente um espirito audacioso seria capaz de tamanha empresa! O serviço foi realizado, anos depois, quando no govêrno D. João VI.

Na arte de minerar tornou-se um técnico, merecendo, por êsses conhecimentos, a insigne honra de ser nomeado pelo governador D. Luís da Cunha Menezes, membro da expedição, chefiada por Pedro de Afonso Galvão São Martinho, para estudar o sertão do Leste de Minas. Outras jazidas deviam ser procuradas e exploradas, porque muitas tinham entrado em decadência, por volta de 1765. Populações se deslocavam para novas regiões à procura do ouro e do diamante, numa aventura louca e desenfreada. Centenas de faiscadores ali se sepultaram, sem que ao menos vissem, no batear diário do seu garimpo, a gema preciosa e o metal nobre, avidamente cobiçados. Heróis anônimos da grandeza nacional!

De todos os officios, afeiçoou-se bastante ao de extrair dentes. Dêle resultou o apelido, por que é conhecido através da história. Nesse trabalho punha engenho e destreza, e disso deu testemunho o seu confessor Frei Raimundo de Penaforte: "tirava com efeito dentes com a mais sutil ligeireza e ornava a bôca de novos dentes, feitos por êle mesmo, que pareciam naturais". Não o fazia por dinheiro, mas por caridade e amor ao próximo, pois "tinha mesmo fama de abnegação e de desapêgo dos bens materiais".

As vêzes, praticava também a medicina; tinha pendor especial para essa ciência, entendendo, até, de cirurgia.

Imaginoso, "ardentíssimo gênio", possuidor de saber muito além da maioria dos seus conterrâneos, não parava nunca. Era de feitio nômade. Aquil ou alhures, tinha o seu ambiente, fazia amigos, conquistava admiradores. Extraordinário no pensar e no dizer as coisas, que o seu entusiasmo de patriota concebia em prol da terra e do povo, cujo sofrimento auscultava e sentia. Sem o perceber, era o agente das fôrças que convergiam para um só objetivo: libertar a Pátria do jugo da Metrópole.

Tiradentes volta ao torrão natal, com o propósito de se dedicar à carreira das armas. A coragem, a bravura, a audácia, a intrepidez, a impetuosidade e a valentia são virtudes marcantes do seu caráter. A caserna seria o cadinho onde elas iriam se desenvolver e aprimorar.

Alista-se no Regimento de Cavalaria Regular de Vila Rica, onde conquistou o posto de Alferes. Desempenhou com dedicação e fidelidade tôdas as missões que lhe foram confiadas, as mais arriscadas. Todavia, os seus méritos não tiveram a recompensa esperada. Disciplinado, recebia com mágoa a injustiça de que se considerava vítima. Por quatro vêzes, foi preterido nas suas promoções. Dessa iniquidade guardava ressentimentos, mas não foi o bastante para afastá-lo do cumprimento do dever.

Quando se resolveu aliciar prosélitos para a sublevação, o fez dominado pelo desejo de salvar a sua gente da tirania portuguesa. De palavra fácil e fluente iniciou a propaganda do movimento revolucionário, quase sem reserva. Atraía e convencia pela persuasão dos argumentos. O povo vivia oprimi-

do e angustiado e as bolsas estavam exangues. Como pagar à Real Fazenda setecentas arrobas de ouro? Não obstante isso, nova ameaça o inquietava: a cobrança dos "quintos del-rei". O campo encontrava-se amanhã para a plantação das idéias, e muito não tardou que de todos se apoderasse o mesmo entusiasmo, que avassalava aquela alma em efervescência.

Seria, em verdade, o Cabeça do motim, conquanto os demais companheiros achassem dispensável êsse chefe principal o que, aliás, não é admissível em nenhuma sedição. Dêle partiu a lembrança da conjuração, cabia-lhe, portanto, propagá-la e arranjar adeptos para execução dos planos.

Acabara de regressar de Portugal, onde recebeu o grau de Bacharel em Filosofia, pela Universidade de Coimbra, José Alvares Maciel, a quem Joaquim José da Silva Xavier procurou para visitá-lo, a pretexto de ser cunhado do seu comandante de Regimento, ten. cel. Francisco de Paula Freire de Andrade, em cuja propriedade, já em Minas Gerais, visto que o primeiro encontro se dera no Rio, avistou-se com os confidentes: cel. Inácio José de Alvarenga Peixoto, Padres Carlos Corrêa de Toledo e José da Silva de Oliveira Rolim, sendo, então, elaboradas e discutidas as medidas para efetivação da revolta, o que se daria, ao ser lançada a derrama. Nessa ocasião, declarou Tiradentes: "A maior ação, de maior risco, e dificuldade a queria êle para si". De fato, coube-lhe a responsabilidade integral dos acontecimentos.

"Que é verdade que premeditava o levante, que êle respondente confessa ter sido quem ideou tudo, sem que nenhuma outra pessoa o movesse nem lhe inspirasse coisa alguma". Disse-o em

seu 4.º interrogatório, contido nos Autos da Devassa.

Atitudes dessas revelam forte individualidade, haja vista a firmeza que demonstrou, em não querer envolver na rebelião seu desafeto pessoal, desembargador Tomás Antônio Gonzaga, o cantor de Marília, quando insistido para comprometê-lo na intentona. Contudo, não conseguiu impedir que o magistrado fôsse pagar, em Moçambique, crimes que não praticou, carpindo, ali, saudades infundas de seu grande idílio. No pensamento e no coração trazia aquela jovem de 16 primaveras, por quem tanto se apaixonou: Dona Maria Dorotéia Joaquina de Seixas. No exílio, querendo dar prova de sua inocência, escreveu estes versos:

"Esta mão, esta mão, que ré parece,
Ahl não foi uma vèz, não foi só uma
que em defesa dos bens, que são do
Estado, moveu a sábia pluma".

Tiradentes tinha lampejos de gênio na evangelização dos princípios que disseminava, entre doutos e apoucados, cidadãos e sertanejos, pobres e ricos. Por tôda a parte, fazia-se ouvir como apóstolo de uma nova éra que prometia redimir e salvar a Nação dos grilhões que a prendiam a terras de além-mar.

"Então todo êle se inflamava quando se punha a expôr as suas idéias aos seus conterrâneos. O seu coração se abrasava. As suas palavras rudes adquiriam fôrça e calor de uma estranha eloquência que impressionava e convencia. Homens de muito maior cultura e prestígio reuniam-se para ouvi-lo, e tal era a sua emoção e ardor, que não raro, chegava a chorar".

Porque "falava alucinadamente", arrebatava almas para emancipação política da Pátria idolatrada. Facho de luz andante por caminhos trevosos.

Temperamento ardoroso, em harmonia com a beldade do seu fisico, másculo e viril, "foi um daqueles individuos da espécie humana que põe em espanto a própria natureza".

Estavam as coisas em bom andamento, quando surge a figura execranda do traidor, ten. cel. Joaquim Silvério dos Reis, denunciando ao governador Luis Antônio Furtado de Mendonça, que se investira no cargo a 11 de julho de 1788, os seus cúmplices citando, como chefe, o poeta Gonzaga, de quem era adversário.

Alarmado, o Visconde de Barbacena (6.º) comunica o fato ao Vice-Rei, D. Luis de Vasconcelos e Souza e suspende a arrecadação do *dízimo*, providência que deixou apreensivos os conjurados que esperavam ser esse o momento azado para a insurreição, pois tôda a gente estava indignada, os comentários corriam, de bôca em bôca, surdos protestos também se ouviam, o descontentamento grassava entre comerciantes, fazendeiros, mineiros e colonos endividados e sem meios para saldar os compromissos. Aguardavam sômente a senha: "Tal dia faço o batizado", para a eclosão do pronunciamento.

Tudo foi previsto: a nova República teria a sua bandeira, com a inscrição: *Libertas quae sera tamen*; a Capital seria mudada para São João d'El-Rei; haveria parlamento; instalar-se-ia uma universidade em Vila Rica; várias indústrias seriam montadas e muitas outras medidas foram aventadas para o bem-estar geral e felicidade do País.

Encaminhada a delação, a Inconfidência estava virtualmente fracassada. Iniciaram-se as prisões dos implicados: padres José Lopes de Oliveira, Manoel Rodrigues da Costa, Luis Vieira da Silva, José da Silva de Oliveira Rolim e

Carlos Corrêa de Tolêdo Melo; ceis. Inácio José de Alvarenga Peixoto, José Aires Gomes, Francisco Antônio de Oliveira Lopes; tens. ceis. Francisco de Paula Freire de Andrade, Domingos de Abreu Vieira; sargento-mor Luis Vaz de Tolêdo Pizza; des. Tomás Antônio Gonzaga; drs. José Alvares Maciel, Domingos Vidal Barbosa, Cláudio Manoel da Costa; Oficial de carpinteiro Antônio de Oliveira Lopes; alferes dos Pardos Vitoriano Gonçalves Veloso; praticante de cirurgia Salvador Carvalho do Amaral Gurgel; lavradores José de Rezende Costa, José de Rezende Costa Filho; negociante João da Costa Rodrigues; cap. de auxiliares, João Dias da Mota, Fernando José Ribeiro e José Martins Borges.

Tiradentes havia seguido para o Rio de Janeiro, onde chegou a 25 de março, com o fim de obter a adesão dessa Capitania e da de São Paulo.

Sentindo-se vigiado, ocultou-se em casa de Domingos Fernandes da Cruz, à rua dos Latoeiros, onde foi prêso a 10 de maio de 1789 e recolhido à masmorra da ilha das Cobras.

Quando lhe leram a sentença de morte, êle se regozijou, pagaria por todos o ideal de tantos. Comoveu-se e chorou dando graças à Providência Divina por ser o preferido... "agora morreria cheio de prazer, pois não levava, após si, tantos infelizes a quem contaminara, que isto mesmo intentara êle nas multiplicadas vêzes que fôra à presença dos ministros, pois sempre lhes pedira que fizessem dêle só a vítima da lei".

Na opinião do padre José da Silva de Oliveira Rolim, "Tiradentes era um herói, que se lhe não dava de morrer na ação, contanto que ela se fizesse".

Com tanta coragem se houve, nos transeis mais difíceis e dolorosos, quando todos o acusavam como o causador de suas desgraças, que justifica, plenamente, o que a seu respeito disse Luís Vaz de Toledo Piza: "era o primeiro motor da Conjuração".

Alma nobre e coração bem formado, teve o cuidado de não envolver os companheiros de desventura, no drama épico em que foi parte, e que a maldade dos governantes, de então, transformaram-no em grande tragédia.

Pelas 11 horas do dia 21 de Abril de 1792, no campo da Lampadosa, sobre ao patíbulo, vestido de alva e barão ao pescoço, a figura imponente e singular do Alferes de polícia Joaquim José da Silva Xavier.

As escadas do cadafalso eram a estrada luminosa para a glória. Não lhe fraquejaram as pernas. A integridade física se manteve sem alteração, até o momento em que o seu corpo é atirado, bruscamente, ao ar pelo carrasco, o negro Capitania, que, na perícia da profissão tétrica, desce pela corda e firma a coxa sobre os ombros do condenado, para abreviar-lhe os sofrimentos.

Sereno, como um justo, entregou a alma ao Criador. Não teve um gesto de arrependimento. Não pediu nem im-

plorou clemência. Convicto de que se batera por uma causa santa — a liberdade de sua terra — não acusou, não discrepou da atitude que assumiu, quando se viu prêsô e percebeu que havia sido traído.

Pelo crime que cometeu, não bastou a pena de morte: foi esquartejado, salgado, a sua cabeça remetida para Vila Rica, onde ficou exposta na praça pública, e a sua família declarada infame até a décima geração!

O Rio de Janeiro tomou o aspecto dos grandes dias festivos. Regimentos saíram à rua. Houve sermões, música e festas. A Câmara ordenou aos habitantes pusessem luminárias nos dias 21, 22 e 23 e a celebração do "Te-Deum" na igreja dos Terceiros Carmelitas.

Eis o nosso Patrono, a quem cultuamos e homenageamos, a 21 de abril, e assim o faremos para todo o sempre, para que a chama do seu entusiasmo não se apague em nossos corações e o exemplo que nos deixou de patriotismo, bravura, honestidade, renúncia e, sobretudo, de lealdade, viva perenemente no pensamento dos que têm o sagrado dever de cultivar e praticar essas virtudes.

A memória dos mártires da INCONFIDÊNCIA MINEIRA, nossa veneração.

Comércio e Indústrias Arguiso Ltda

FORNECEDORES DA FORÇA PÚBLICA
EXERCITO E REPARTIÇÕES PÚBLICAS

Rua Duque de Caxias, 925

Caixa Postal, 4062

Fone 36-2397

— End. Teleg. «ARGUIISO»

— SAO PAULO



Para que esta marca esteja em

BOAS MÃOS

pagamos o que custa o serviço!

O serviço de nossos aviões é levado ao máximo antes de cada vôo, graças aos recursos de que dispomos e à comprovada experiência do nosso pessoal técnico. Para que a milhares e milhares de nossos passageiros seja proporcionado em todas as ocasiões o *Conforto Aerovias*, mantemos uma equipe de homens e de máquinas rigorosamente selecionados.

Recife? Belém?

Sirva-se dos luxuosos

"Skymaster" da

AEROVIAS BRASIL

R. Libero Badaró, 370

Fones: 32-5133 e 34-6001

Encomendas:

Fones: 36-2960 e 36-4302

AEROVIAS BRASIL

PANAM - Casa de Amigos

Chave dos bons caminhos

O NOVO COMANDANTE

DA FÔRÇA PÚBLICA

DR. SEBASTIÃO A. PINTO

Depois de 20 longos anos, volta a Fôrça Pública de São Paulo, a ser comandada por um dos seus elementos. No período 1932-52, por circunstâncias várias, oficiais do Exército é que comandaram a milícia estadual. Isto chocava os paulistas. Não se compreendia essa exceção, sabido que as polícias dos outros Estados, eram dirigidas por oficiais das próprias corporações.

Felizmente, agora no govêrno do sr. Lucas Nogueira Garcez, as coisas mudaram. Os paulistas, prazeirosamente, encontram à testa da Fôrça Pública um oficial da própria Fôrça. Um paulista. Experimentado. Calejado na luta. E' o coronel João de Quadros.

Para nós, botucatuense, êsse fato é bem significativo. E teve grata repercussão em Botucatu. Porque o novo comandante é prata da casa. Viveu sua meninice e parte da mocidade aqui, na terra dos bons ares. Muito cidadão respeitável, conspícuo, foi companheiro de tropelias do Joãozinho.

Em 1919, eu, rapazola, cursava a Escola Normal. Nas horas vagas, era copista de cartório. Trabalhava com meu saudoso pai Tabelião do 1.º Ofício. Tive, então, a oportunidade de ver um moleque azougado, preparando a papelada para assentar praça. Era o João de Quadros. Rapazinho vivo. Inteligente. Vendia jornais para o velho Costillas,

um espanhol, que monopolizava o comércio de revistas e jornais, na cidade e nos trens. Parece-me que até hoje a gente de Costillas está nesse negócio.

João de Quadros entrou na tropa. Como praça de pré. Carregou mochila. Deu duro. Depois, fêz o curso de pelotão. Foi cabo. E sargento. Graduado, com vontade de subir, continuou nos estudos. Ingressou na Escola de Oficiais. Fêz bom curso e saiu aspirante. Começou aí, sua bela carreira no oficialato.

Antigamente a Fôrça Pública era um verdadeiro corpo de exército. Tinha infantaria, cavalaria, artilharia. E até aviação. João de Quadros foi servir na aviação. Naquele tempo, voar, era aventura louca. Ei-lo piloto ousado. Prestando serviços à Revolução Constitucionalista, como bom paulista que era.

Outubro de 1932. A revolução fracassara. Os paulistas, derrotados, amargavam no sofrimento. O jovem oficial, comovido e triste, assistiu ao que reduziram a gloriosa fôrça policial. Mas, disciplinado, continuou servindo a S. Paulo.

O tempo corria. Aos poucos, o panorama foi mudando. João de Quadros, integrado na tropa, perseverante e estudioso, continuou sua brilhante car-

reira. Galgando postos. Atingindo funções de comando. Encontrei-o, não há muito tempo, já tenente coronel. Comandava um batalhão em Ribeirão Preto. Impondo-se, cada vez mais, no conceito dos camaradas. Ganhando a confiança dos homens do Governo.

Agora, com a promoção desse brilhante coronel Zerbini (atualmente chefe do Estado Maior da 2.ª Região Militar), vagou-se o comando da Força Pública. Para comandá-la, resolveu o sr. Governador do Estado, convidar um

oficial das suas próprias fileiras. E a escolha recaiu em João de Quadros, o coronel mais antigo da milícia. Essa escolha impressionou favoravelmente, dado o valor do oficial distinguido.

O menino vendedor de jornais, o moço praça de pré, o jovem oficial de 1932, está agora no ápice da carreira cujos pináculos alcançou, graças aos seus méritos pessoais, à perseverança no trabalho e no estudo, servindo com disciplina e patriotismo. É um exemplo para a mocidade.

(Transcrito da "Folha de Botucatu" de 4 de fevereiro de 1953).

PRAIA E CAMPO

S F I N K S

ARTIGOS DE ESPORTE PARA
HOMENS, RAPAZES E CRIANÇAS

LEON VOGEL

Rua José Paulino, 576 - Fone: 52-5717 - SÃO PAULO



Falam os novos alunos oficiais

Reportagem de Monte Serrat F.º

Ingressaram no Curso Pré-Militar da Escola de Oficiais da Fôrça, 51 novos elementos, oriundos dos meios civil e militar. MILITIA deu um pulo até o Centro de Formação e Aperfeiçoamento para entrevistar os novos alunos.

Fomos recebidos pelo comandante interino do C.F.A., ten. cel. Paulino Vieira das Neves, com aquêlê proverbial espírito de camaradagem que o caracteriza, o qual nos franqueou os meios para levarmos a efeito uma entrevista coletiva entre os "bichos".

NO DEPARTAMENTO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO

Neste Departamento, colhemos com o cap. Brasilino, seu diretor, os dados gerais referentes à realização do último exame de admissão levado a efeito na Escola de Oficiais. Apresentaram-se 281 candidatos para as 54 vagas existentes no 1.º ano do Curso Pré-Militar. Nos exames médicos e provas físicas foram reprovados 83 concorrentes ou seja, 28,5%. Compareceram ao exame de matemática 198 candidatos, tendo sido reprovados 79 ou 26,2%. Na prova de português, dos 119 examinandos, foram eliminados 65, o que corresponde a um índice de reprovação de 54,6%. Foram ainda desclassificados 2 candidatos nos exames de ciências físicas e naturais, dando para esta matéria o coeficiente de 3,7% de inabilitações.

De tôdas as provas foi a de português a que apresentou o maior índice de reprovações, mais do dôbro da de matemática.

COM OS CALOUROS

O cap. Ambrogi, comandante da Cia. de Alunos Oficiais, levou-nos até aos calouros, que estavam em aula, a quase totalidade ainda em trajés civis e com aquêlê ar de curiosidade e espanto, próprio dos recrutas de todos os tempos.

Por meio de um questionário, MILITIA obteve os seguintes dados dos "bichos" de 1953:

Idade — A média de idade dos 51 novos alunos é de 18 anos, sendo 7 de 16 anos; 9 de 17 anos; 16 de 18 anos; 8 de 19 anos; 4 de 20 anos; 5 de 21 anos; 1 de 22 anos e 1 de 27 anos.

Procedência — Da capital, 26; do interior, 23 e de outros Estados, 2.

Nível Cultural — 32 completaram apenas o ginásio;

13 possuem o curso colegial incompleto;

3 completaram o curso colegial; e

3 outros cursos secundários (normal, comercial, completos ou não).

Dêstes, 26 cursaram estabelecimentos oficiais; 18, estabelecimentos particulares e 7 estabelecimentos oficiais e particulares.

Seriação das matérias quanto à dificuldade — 24 alunos alcançaram sua maior nota em ciências; 23 em matemática e 4 em português. 37 dos aprovados tiveram o menor grau em português; 7 em matemática e 7 em ciências.

Profissão dos pais — 15 são filhos de militares do Exército, da Aeronáutica e da Força Pública, de postos que vão de soldado a coronel. Pais falecidos, 3. 33 são filhos de civis, cujas profissões assim se distribuem: funcionários públicos, 4; comerciantes, 4; fazendeiros, 3; industriários, 3; mecânicos, 2; dentista, 1; comerciário, 1; despachante policial, 1; funileiro, 1; barbeiro, 1; alfaiate, 1; professor, 1; foto-técnico, 1; contador, 1; advogado, 1; farmacêutico, 1; pintor, 1; carteiro, 1 e agente de representações, 1.

Nova vida — Sobre as condições da nova vida, 50 declararam-se plenamente satisfeitos, e 1 mais ou menos.

CONCLUSÕES

Pelos dados alinhados acima os leitores poderão concluir entre outras coisas: que os nossos futuros oficiais procedem quase que em igual número da capital e do interior do Estado; que a matéria em que houve maior porcentagem de reprovação foi português, sendo que mesmo entre os alunos aprovados, 37 tiveram menor nota nesta cadeira. Isso comprova serem fundamentados os zelos e medidas demonstrados e tomadas pelas nossas autoridades do ensino, com referência ao aprendizado da língua pátria, no ensino secundário. Finalmente, do item referente à profis-

são paterna, podem verificar os leitores ser errônea a idéia que comumente se faz das escolas militares, no sentido de que a elas só têm acesso os filhos e parentes de militares de altos postos. Os números mostram a variada procedência dos alunos, possibilitando aos que desconhecem a Escola de Oficiais da Força Pública, inferir que aquela casa de ensino policial-militar é uma instituição eminentemente democrática.

UMA SUGESTÃO PARA O PRÓXIMO ANO

Palestrando com o ten. Faustino, secretário da Diretoria de Ensino, contou-nos esse oficial da dificuldade e dos gastos materiais, sem contar a perda de tempo, ocasionados pelas centenas de candidatos (120 eram do interior e ficaram alojados por mais de um mês, no C.F.A.) que passam preliminarmente por exames médicos gerais e especializados, odontológicos e físicos, para depois serem submetidos ao exame intelectual que irá reduzi-los a meia centena de alunos aprovados. Seria interessante que no próximo ano se adoptasse o critério seguido nos concursos do funcionalismo público: nestes, os candidatos entram, de início, nas provas de conhecimento e então, já reduzidos em número, serão examinados no Departamento Médico Estadual a quem cabe dizer da capacidade física do pretendo funcionário, para a execução dos misteres a que se propõe. Com isso poupa-se tempo e dinheiro que poderão ser melhor empregados a serviço do Estado.

Sejamos bons primeiramente, depois seremos felizes. Não exijamos o prêmio antes da vitória, nem o salário antes do trabalho.

ROUSSEAU

Subsídios da Moderna Ciência Penitenciária aos Estudos de Reforma do Presídio Militar "Romão Gomes"

AO sermos saudados, em nossa recente viagem de estudos à Argentina, pelo cel. Roberto Pettinato, Diretor dos Institutos Penais da Argentina e indicado para Catedrático na Faculdade de Direito de Buenos Aires da recém-criada cadeira de Ciência Penitenciária, no momento que nos era proporcionada uma visita à Penitenciária Nacional, da qual é diretor o major Lorenzo Zunino, disse aquêlê famoso penitenciarista, já universalmente conhecido e renovador do sistema penitenciário argentino, que é o cel. Roberto Pettinato, repetindo trechos de entrevista sua a um jornalista brasileiro: — «Porque en verdad señor, en nuestros establecimientos no cabria el verso del Dante inscrito en el frontis del Infierno — *Lasciate ogni speranza o voi ch'entrate* —. Por el contrario, en todas nuestras casas, lucirá pronto en la materialidad de una inscripción aquella frase que es el Norte de nuestro cometido y que ya se ha hecho carne en el espíritu de la Institución: — *Aca se enseña a cultivar una esperanza.*» Tais palavras bem sintetizam a orientação da doutrina na moderna ciência penitenciária, que a seguir, pelo interêsse despertado diante da intenção do exmo. sr. Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado em transformar o atual Presídio Militar «Romão Gomes» em uma penitenciária militar modêlo, procuraremos re-

Aanello Camargo Penteado

(Juiz Auditor Suplente, por concurso, da Justiça Militar do Est. de S. Paulo)

sumir, no sentido de promover a sua divulgação.

Frank Tannenbaum, professor da Universidade de Columbia, prefaciando o livro «*Novos Horizontes da Criminologia*», de Barnes e Teeters, professores da Temple University, de Filadélfia, escreve que o crime é um fenômeno tão permanente como a própria sociedade: «*Crime is eternal — as eternal is society*». Seria uma quimera, acrescenta o prof. Noé Azevedo («*O fundo de vingança da Penologia Moderna*»), a pretensão de extinguir êsse fato social. Na luta contra êsse mal, na necessidade de atenuá-lo tanto quanto possível, a atual orientação é no sentido de criar uma nova penologia, «em que se substitua o castigo pelo tratamento e a prisão por estabelecimentos de ensino e de trabalho».

Em «*Novos rumos do tratamento penitenciário*», o prof. Flaminio Favero, o grande mestre de nossa Universidade, ensina «que, no seu aspecto pessoal, a finalidade da pena não é mais vingança, nem castigo, mas, a reeducação dos sentenciados, com propósito de habilitá-los à vida livre num razoável teor de aproveitamento no meio social», pelo

que se faz mister que a ciência penitenciária propicie tôdas as possibilidades para êsse escôpo. E, ainda, que «a ação da Polícia e da Justiça vão até às portas dos presídios. Aí, entregam à administração dos estabelecimentos os condenados, com a incumbência de readaptá-los, reajustá-los, refundi-los, plasmá-los outra vez para a vida livre. São quais doentes que se hospitalizam para, um dia, retornarem, curados, às próprias atividades. Em regra, os doentes saíram. Mas pode o mal evolver para a incurabilidade e exigir um asilo, ou para a morte. Também os criminosos. Na maioria se reeducam e voltam ao convívio social. E' possível, entretanto, que surja um transtôrno de mente a reclamar o manicômio ou, então, anadaptável, deva o recluso ficar sequestrado para sempre, qual morto para a sociedade».

Conseqüentemente, no dizer de Heitor Carrilho, a «medicinação do Direito Penal» é uma simbióse médico-jurídica, cheia de utilidade. Há uma interdependência, uma relação entre as atividades médicas e os ditames jurídicos penais. Se a verdade está, como hoje se entende, em se julgar os criminosos e não os crimes, a função orientadora dos médicos definindo a caraterologia dos criminosos e descobrindo a superestrutura de sua personalidade, torna-se cada vez mais necessária.

A Penitenciária moderna não pode ser considerada, como no século passado, uma «sepultura de vivos», um outro suplício da «Dona de São Nicolau», a emparedada viva. Não. É um instituto de regeneração, que não castiga, mas simplesmente isola o criminoso, procura educá-lo, tra-

ta-lhe as moléstias que o contaminam, para, sadio de corpo e alma, terminada a pena, reintegrá-lo à sociedade, de onde temporariamente foi afastado. Hoje o recluso tem o direito de trabalhar, apreender e é tratado não como um monstro, mas como um transviado, capaz de se corrigir e emendar. («O problema sexual nas prisões», pelo Drs. Dionísio Torres e Ulisses Paranhos):

A intervenção biológica e médica na vida penal é corroborada pelo justo conceito de Gelmas (in exposição de motivos do Deç. Est. 10.773, que criou o Serviço de Biotipologia Criminal do Estado), que diz: «Do mesmo modo que os asilos de alineados perderam o caráter de simples depósitos de loucos, para se tornarem hospitais psiquiátricos, assim, também, as prisões devem transformar-se em estabelecimentos de observação, de terapêutica e de profilaxia da delinqüência».

É de se observar, com Edwain H. Sutherland (Princípios de Criminologia) que não há prova de que exista isso a que chamam de criminoso nato. Ninguém tem uma hereditariedade tal que deva ser inevitavelmente um criminoso, independentemente das situações em que é colocado ou das influências que sobre êle se exercem. Um temperamento fleugmático, que podíamos supôr ser herdado, pode preservar uma pessoa de ser criminosa num ambiente, e torná-la criminosa em outro. Num ambiente, é o indivíduo que tem uma inteligência média que se torna criminoso, e noutra é o indivíduo estúpido. Devem incluir-se tanto o traço individual como a situação na formação da causalidade; nem um e nem outra atua

isoladamente para produzir o crime. Tôda pessoa é um criminoso potencial, mas são precisos contatos e direção de tendências para torná-la quer criminosa, quer respeitadora da lei.

Esse o porquê da afirmação de Felipe Saporito: «Estudiar a los detenidos; conocerlos para gobernalos; gobernalos para bonificarlos; bonificarlos para utilizarlos», bem como a de Jimenez de Asúa (El criminalista, vol. V) que, com Ruiz-Funes, é um pregador da escola de Dorado Monteiro, professor de Salamanca, autor de «El Derecho Protector de los Criminales»: «Cada día debe hacer un esfuerzo nuevo para demoler prisiones vigentes.»

Em linhas gerais, para tanto, dilenea o prof. Flaminio Fávero, no seu citado trabalho, o sistema penitenciário ideal, acorde, aliás, com os modernos princípios agasalhados pelo Código Penal Militar, começando por ditar que a nova Ciência, arejada pela medicina, põe em equação eficiente as fases do tratamento penitenciário, caminhando lado a lado dos presidiários, assistindo-os sempre, na escola, nas oficinas, no recreio, pôr tôda a parte, sussurando-lhes ânimo, estendendo-lhes a mão, afofando-lhes o terreno de dores por onde passa, enxugando-lhes lágrimas, concorre para quebrar as arestas de muito espírito revoltado, embotar periculosidades, estimular bons propósitos em botão. Nos novos rumos do tratamento penitenciário, tem a medicina, pois, seu lugar de honra, sabendo ela que cada personalidade é distinta no tempo e no espaço. Em medicina há doentes e não doenças... Também

na nova Criminologia. Hoje é pacífico que há criminosos e não crimes. Donde, deve a pena ser individualizada, o que, aliás, é determinado pelo art. 57 do Código Penal Militar.

Se o crime revela freqüentemente um desajustamento mesoantropológico, continua o prof. Flaminio Fávero, mister se torna a concorrência de ensino teórico-prático, com finalidade educativa, que ponha no ambiente de sua atuação os que delinqüiram. Comece-se pela educação moral, habituando-os a viver menos para si do que para o próximo, o qual deve ter a primazia. Em nexos com a educação moral prende-se a de ordem religiosa, eis que, sofrendo o corpo restrições em sua faculdade de locomoção, que é imperativo da pena, a consciência, todavia, continua livre, pelo que, dentro da lei e dos bons costumes, deve ela ser em caráter de liberdade, o que é intuitivo. A educação higiênica precisa ser lembrada em terceiro lugar, pois ao lado da saúde do caráter, que a moral enrija, e da do espírito, que a crença revigora, trate-se da saúde física, pela prática e ensino de bons hábitos de higiene. Por sua vèz, desde que se fala em educação higiênica, proclama-se logo a necessidade da educação física, fator de saúde de marcante relevância hoje. Segue-se a educação intelectual, proporcionando aos reclusos, no estudo, outras distrações que os lazeres do trabalho pesado exigem. A educação artística não é omitida na moderna terapêutica penal, que também não esquece a educação cívica e, acrescentamos nós, em se tratando de um presídio militar, finalmente, não é de se des-

cuidar da instrução militar dos detentos, militares que são.

Quanto ao trabalho presidiário, é ele, sem dúvida, um dos fatores preponderantes na regeneração dos criminosos. Donnedieu de Vabres, professor da Faculdade de Direito de Paris, lembra («A Justiça Penal de Hoje») que «a ociosidade é má conselheira, em tôda parte e mais ainda nas prisões. Obrigar os detidos a trabalhos úteis, tão conformes quanto possível às suas aptidões e à sua profissão, é prevenir, até certo ponto, o efeito deprimente da prisão; é reduzir, impondo o silêncio, os inconvenientes da promiscuidade; é preparar, enfim, o regresso à vida normal.» Outrossim, observam os drs. Dionisio Torres e Ulisses Paranhos, já aludidos anteriormente, que dentre os meios higiênicos mais aconselhados para refrear o sexualismo está o trabalho. O homem que trabalha todo dia, à noite está vencido pela fadiga e quer dormir, para descansar e reparar suas forças. E o sono não se articula com o amor, isso é velho, desde os tempos de Platão e Sêneca. O trabalho obrigatório, sistemático, além de educar a atenção e enrijar os músculos, é um sedativo poderoso para o auto-erotismo e para as preocupações de natureza sexual. A ociosidade acarreta todos os vícios. Não se compreende, portanto, regime penitenciário sem trabalho obrigatório. «Tôda penitenciária em que não exista trabalho é um estabelecimento imoral», afirma Américo Araujo («Ciência Penitenciária»).

Em seu erudito estudo sobre o trabalho penitenciário, diz Alfredo Issa Assaly, que a concepção jurídi-

ca da obrigatoriedade do trabalho penal enfeixa nas mãos do Estado um direito e uma função eminentemente social. O direito consiste em exigir trabalho dos condenados, de conformidade com o que prescrevem as leis penais, onde o trabalho não é prestado como mero dever social, mas como uma obrigação do sentenciado, como uma prestação de direito público, não existindo, pois, como na relação contratual de caráter privado o elemento sinalagmático. A obrigação resulta da própria norma de direito público que faculta ao Estado impôr trabalhos aos condenados, de acôrdo com as prescrições legais e em consonância com o interesse coletivo. Esse direito de exigir trabalho do condenado, cria para o Estado a função de orientá-lo em benefício seu e no do indivíduo. Alás, é de se observar com Roberto Lira («O trabalho penal e o novo Código») que «a prática do crime não pode importar insenção desse tributo», que constitui hoje um dever decorrente de preceito constitucional, firmado na proclamação de Ferri («Sociologie Criminale») «qui ne travaille pas ne mange pas.»

Aos princípios doutrinários que procuramos resumir, citando fontes afim de que seja facilitado um estudo mais profundo aos que por eles se interessarem, devemos acrescentar a necessidade, nas Penitenciárias, de um instituto ou secção de Biotipologia Criminal, como órgão essencial da moderna organização penitenciária, que se destina «a examinar os reclusos, dentro da técnica psíco-antropologia e médica, e seus métodos auxiliares».

O projeto de lei federal n.º 670-50, de autoria do deputado Carvalho Netto e que «dispõe sobre normas gerais de regime penitenciário, em conformidade com o que estatui o art. 5.º n.º XV, letra B, da Constituição Federal», cuja exposição de motivos representa o fruto de um acurado estudo, está em perfeita consonância com a mais avançada e eficiente doutrina penitenciária que divulgamos. Determina êle a classificação dos sentenciados, para efeito de cumprimento das penas e a individualização destas, de modo que a cada sentenciado, conhecida a sua personalidade, corresponda o tratamento penitenciário, afirmando que se a individualização é fundamental no tratamento penal, devendo a pena ser individualizada para ser eficaz, é porque doutra maneira será grave e dura para uns, e, para outros, uma insignificância; sendo um pressuposto do Código Penal vigente, bem como do Código Penal Militar, nos moldes do regime progressivo que adota, torna-se ainda mais imperativa porque decorrente de texto expresso da Constituição Federal (art. 141, parágrafo 29). Instituído o trabalho obrigatório dos sentenciados, segundo os preceitos da psicotécnica e a finalidade corretiva e educacional daqueles, determina a formação de um pecúlio deduzido do salário percebido no trabalho executado, uma vez que, segundo a experiência de A. Ortiz «el peculio tiene para el recluso un

incuestionable valor moral aun cuando de raiz economica», sendo de se notar que os sentenciados militares continuam a perceber parte de seus soldos. Determina mais, tal projeto de lei, o seguro contra acidentes no trabalho, interno ou externo, dos estabelecimentos penitenciários, e a assistência social aos detentos, aos liberados condicionais, aos egressos definitivos da prisão e às famílias dos mesmos, e das vítimas, lembrando que a desgraça do crime atinge a todos, preocupação esta colocada em relêvo na obra clássica de Lima Drumond — «Noções de Direito Criminal».

Finalizando, queremos registrar o fato de o regime penitenciário argentino, que ficámos conhecendo em contato direto, haver adotado uma orientação para solucionar, ao menos em parte, o problema sexual nos seus institutos penais, com sistema de visitas íntimas para os presos casados, por parte de suas respectivas espôsas, em edificios anexos, especialmente construídos, visitas estas periódicas, realizadas com o recato e discrição que exige e «merece a instituição do matrimônio», segundo reza o seu «Regulamento», consistindo mesmo um prêmio de que se pode ver privado o recluso, conforme o seu comportamento. Dissemos que tal solução resolveu em parte apenas o problema, porque continua insolúvel na prática, relativamente aos presos solteiros.

“Para as multidões ignorantes e corrompidas, a liberdade é o direito ao vício e à preguiça; a igualdade é a anarquia e a fraternidade a partilha.

Para os homens honestos, a liberdade é o direito à verdade e ao bem-estar pelo trabalho; a igualdade é o dever imposto a todos e a fraternidade é a assistência mútua”.

Elifas Levi

Comentando...

por HILDEBRANDO CHAGAS

Vai mal. Muito mal. Tão mal que até nos consola saber que não é possível ficar pior. E muito sentimos, não há dúvida. Porque, em verdade, já foi atingido o máximo, o ponto último da inconseqüência, o lugar de honra a que aspira a irresponsabilidade desenfreada, a falta de senso comum, o desamor ao respeito e à admiração.

Como vai mal a imprensa paulistana! Felizmente alguma coisa ainda se salva. Pouca coisa, aliás. Porque o resto, a maioria absoluta, persiste em desacreditar-se, dia a dia, afastando-se da confiança da nossa gente. Cadê o respeito a que foi destinada pela finalidade edificante da sua existência? Qual! Muita gente ainda lê os nossos jornais, é fato. Poucos, no entanto, são os que ingênuamente acreditam na veracidade das suas informações. E é uma pena! A imprensa não nasceu para ter como prêmio o escárneo dos seus leitores. Ah! isso é que não! O seu destino é outro. Melhor, bem melhor, desde que os seus mentores se compenetrem, realmente, das suas finalidades sadias, dos seus deveres para com a sociedade, para com a Nação.

No entanto, não sabemos quem tenha causado tanto mal a São Paulo, nestes últimos tempos, quanto certa imprensa. Dolorosa verdade! O sensacionalismo doentio, torpe, abominável, vem agravando os nossos males pelo aumento das dúvidas, pela provocação de animosidades, pela insuflação da indisciplina, pela desordenação da opinião pública já tão confusa.

Não. Positivamente não está certo. Tem faltado muita coisa aos nossos homens de imprensa. (As exceções existem, naturalmente). Tem faltado memória — porque os exemplos do passado ainda estão vivos; tem faltado espírito público — porque em jôgo não está o número de vendas avulsas dos seus periódicos, mais os interesses maiores da coletividade; tem faltado consciência — porque a anarquia jamais consubstanciou esperanças de bem-estar social, econômico ou político; tem faltado senso ético — porque é seu dever informar dentro da verdade, doutrinando, a fim de que a opinião pública seja formada em condições de contribuir para a solução dos problemas coletivos; tem faltado capacidade de análise auto-crítica — porque não se compreende a repetição de tantos desatinos, que só não desprestigiam o autor, como põem em dúvida o valor de cada elemento constitutivo do grupo social a que pertence.

Não há como disciplinar alguns jornalistas. Que não venham os malfadados "DIPS", é certo. Mas que é necessário um Código de Ética, justo e implacável na extirpação de um mal que não pode continuar, não temos dúvidas. E que venha logo.

O CUSTO DA VIDA

ENSINA-NOS a Economia e a Organização Racional do trabalho, esse estudo revolucionário que possibilitou o maravilhoso progresso e a fabulosa capacidade produtiva da indústria moderna, que o custo da produção de uma utilidade qualquer é igual à soma de tôdas as despesas realizadas pelo produtor, na operação em causa, ou seja, a remuneração do trabalho, do capital invertido, o pagamento da matéria prima, dos impostos, dos seguros, da previdência social e outras; e, o preço daquela mesma utilidade é representado pelo custo da produção acrescido do lucro que o produtor pretende obter ao colocar a utilidade no mercado. É fácil compreender que, se o custo da produção ou simplesmente o custo, pode ser sempre e perfeitamente determinado, uma vez concluída a produção de cada série de artigo ou de cada safra agrícola, já o preço não pode sê-lo, pois nêle influem o arbítrio do produtor, a especulação do mercado, a carência ou abundância do artigo oferecendo à venda, a maior ou menor procura e conseqüente venda e consumo, e até mesmo superstições e credices populares, que são os azares do comércio. Entretanto, poderemos afirmar, com segurança, que o preço tem por limite inferior o custo da produção e por limite superior, a quantidade de bem estar, de satisfação ou de conforto

que a mercadoria ou objeto possa proporcionar ao comprador, pois, é claro, que se o produtor pedir um preço abaixo do custo da produção estará tendo prejuízo, e não é razoável pensar que alguém o tenha deliberadamente; por outro lado, ninguém se sujeitaria a pagar por um artigo um preço tal que o próprio artigo não lhe possa retribuir em utilidade. Dentro desses limites age a lei econômica da oferta e da procura.

Assim, se houver no mercado grande quantidade de um determinado artigo e também se fôr grande o seu consumo, a concorrência entre os diversos produtores faz com que o preço pelo qual êle é oferecido abaixo, e tanto mais se aproximará o preço do custo da produção quanto maior for a oferta. Esta é uma condição ideal de mercado, do ponto de vista do consumidor em geral, pois representa um momento de fatura; é bem verdade que o produtor tem menor lucro por unidade produzida, mas a grande quantidade de mercadoria expedida, dá como resultado total um lucro compensador. É ainda esta uma situação ideal do ponto de vista social, pois dado o preço mais baixo, maior é o numero de pessoas que pode adquirir, usar ou consumir um artigo que de outra forma poderia, por sua condição econômica, ficar privado dêle. Se, en-

tretanto a produção for grande e o consumo pequeno, o preço também sofrerá abaixamento, que em dadas circunstâncias poderá ser inferior ao custo da produção, com prejuízo para o produtor; mas, neste caso, o equilíbrio entre a produção e o consumo se refaz rapidamente, desviando-se parte da produção para outros ramos de atividade correlata.

O caso inverso seria aquele em que a demanda cresce acima da produção; ora, sendo a produção pequena face à procura, o preço subirá, e é de se notar, que êsse aumento de preço não é apenas causado pela necessidade de maior lucro do produto por unidade vendida, para compensar a pequena quantidade de artigos postos no mercado, mas, e principalmente pela própria iniciativa do consumidor, que oferece «mais dinheiro» pelo mesmo artigo, afim de não se ver privado do bem que ele lhe proporciona. Êste desequilíbrio, entretanto, já não é tão fácil de se corrigir, pois exige o aumento rápido da produção, o que nem sempre pode ser feito, principalmente no caso dos produtos da agricultura e da pecuária que, além de serem artigos de consumo forçado para a sobrevivência do homem (alimentação) estão sujeitos aos caprichos do tempo, das estações do ano e portanto, de fatores incontroláveis pelo homem.

Esta é uma maneira simplista e direta de encarar a lei econômica citada; porém, na vida real não acontece exatamente assim, porque, entre o produtor e o consumidor se intercalam outros elos da cadeia econômica; o transporte, indispensável quando o consumo é feito em local diverso do da fonte de produção,

e o comércio, dispensável tôda vês que o próprio produtor distribui diretamente aos consumidores sua mercadoria. Entretanto, dada a organização social vigente, nem sempre é possível o encontro direto entre o produtor e o consumidor, havendo necessidade do comerciante, para promover as vendas, e comerciante só deveria ser assim próprio chamado aquele que concilia as necessidades de ambas as partes interessadas na transação econômica, reservando para si apenas a parte do lucro que caberia ao produtor, se êle mesmo promovesse a venda.

Mas, infelizmente, como a transação comercial é a que mais próxima está da especulação, em virtude da ausência de responsabilidade pelo custo da produção, indivíduos exploradores (no sentido pejorativo) e aventureiros de tôda especie se alvoram em comerciantes e através de manobras abusivas, legais e às vezes imorais, como o açambarcamento, a sonegação e outras, fazem com que momentaneamente, variem e até mesmo se invertem os resultados harmoniosos e justos da aplicação da lei da oferta e da procura.

Agora, tendo em vista as considerações acima, vamos tratar dos fatores que possibilitam o abaixamento do custo da vida ou melhor, do custo da manutenção da vida:

1.º — **ABAIXAMENTO DO CUSTO DA PRODUÇÃO**, pois, sendo êle o limite inferior do preço, êste só poderá ser tão baixo quanto aquêle permitir. O conhecimento científico demonstra sua possibilidade e a técnica realiza êsse abaixamento do custo da produção, através de eficiência, caracterizada, entre outros, pe-

los seguintes princípios estabelecidos por técnicos de reconhecida capacidade:

a) — na indústria: eliminando o desperdício de tempo, de matéria prima e de energia; hamonizando, dentro das devidas proporções, o trabalho dos homens e das máquinas; controlando rigorosamente tôdas as fases da produção, quer em quantidade, quer em custo; pesquisando métodos e processos mais rápidos e mais baratos, para substituir os tradicionais; nos processos da produção industrial, como também na agricultura e na pecuária, a tradição não deve ser cultuada, mas sim, remetida o mais depressa possível para um museu ou para os anais da história, pois aí existirão estudiosos com tempo e paciência bastantes para prestar-lhes as honras que merecer; estabelecendo sempre, quer para as instalações quer para o pessoal, um regime de aproveitamento total de sua capacidade; eliminando máquinas e equipamentos defeituosos ou de baixo rendimento e dispensando todo o pessoal incapaz de produzir um mínimo pré e cientificamente estabelecido. Para êste ponto cabe uma explicação, afim de não ferir suscetibilidades: quanto se estabelece um mínimo de produção individual para uma dada coletividade, a base é a do individuo médio, com alguma tolerância; portanto, aquele que não puder dar produção comparável com a do elemento médio, estará forçosamente desajustado e executando funções para as quais não tem aptidão natural. O empregador que permitir a continuação em serviço de um elemento de baixa capacidade produtiva em dada função, estará

não só contribuindo para elevar o custo e conseqüentemente o preço do artigo produzido, como também privando o próprio trabalhador de procurar a ocupação para a qual seja mais apto, e portanto, onde tenha possibilidade de ser melhor remunerado.

b) — na agricultura: aproveitamento racional do solo fértil evitando a erosão e conservando sua produtividade através de culturas recuperativas e adubação conveniente e pré-determinadas para cada tipo de solo; emprêgo exclusivo de sementes selecionadas e expurgadas; mecanização progressiva da lavoura, e assitência permanente de agrônomos dedicados.

c) — na pecuária: adoção de reprodutores de linhagem reconhecida-mente boa e de fêmeas sadias e fecundas; fornecimento, aos animais, de pastagem adequada à espécie ou de rações equilibradas e assistência contínua de veterinários capazes.

2 — Eliminação, tanto quanto possível, da necessidade de transporte e quando isso não for viável, dar preferência aos meios mais rápidos e seguros, pois são essas as condições que fazem baixar seu custo real.

3 — Procurar o produtor vender diretamente ao consumidor e êste por sua vez dar preferência à compra direta, pois, eliminando-se o número de agentes com os quais deva ser dividido o lucro, é claro que a parte dêle, fruida pelos intermediários, reverterá em beneficio do consumidor, sem que com isso o produtor tenha seu quinhão diminuído.

4 — Estabelecimento de penalidades severas e sua aplicação efetiva e indistinta a todos os explorado-

res e aventureiros, atravessadores da corrente econômica, que impedem a livre circulação das utilidades. Esses indivíduos (tubarões) que vivem com u'a mão na garganta do consumidor e a outra no bolso do produtor, não podem ser tratados com indulgência.

E' interessante notar que, quase tôdas considerações acima, já foram realizadas, ou tentadas, e o custo da manutenção da vida continua subindo cada vêz mais. Será que a

capacidade de direção e de organização de nossos homens esteja diminuindo à medida que os preços sobem? Não quero crer nisso. Fica mais a gôsto pensar que o rápido aumento do custo da vida hoje observado seja uma advertência da própria vida, ajudada por boa dose de negligência e de comodismo de uma grande parte da população e pela ganância desmedida de uma pequena minoria.

BISCOITOS AYMORÉ LTDA.

BISCOITOS DE QUALIDADE

O policial encontrou dois marinheiros bêbedos. E indagou ao que se equilibrava melhor:

— Por que não leva seu companheiro a bordo ?

— Está difícil. Ele esqueceu o nome do navio e só se recorda de que é o mesmo em que eu estou...



SECCÃO *Feminina*

UM POUCO DE TUDO PARA AS FILHAS DE EVA

Orientação de Rita de Cássia
(Bacharelada da Escola de Jornalismo
"Casper Líbero").

FATO EM FOCO:

Era uma vez um rei gordo, de bigode e divorciado, que procurou, para segunda esposa, uma burguesa gordinha, simpática e no esplendor de seus dezesseis anos.

E o casamento foi celebrado com tôdas as pompas reais.

Pobre Narriman! Nem bem tivera sua lua de mel; mal seu filhinho começava a balbuciar algumas palavras e eis que uma revolução a faz abandonar às pressas, seu palácio real, em busca de segurança na velha Itália, sempre disposta a acolher os refugiados reais.

E vieram as memórias de Faruk. Memórias cheias de elogio à sua jovem, "doce e compreensiva" esposa.

Porém, o destino, sempre cruel e implacável, não permitiu que Faruk continuasse a gozar da companhia de sua adorável segunda mulherzinha.

Num belo dia, Narriman bateu asas e voou, juntamente com a sua progenitora, para longe de seu ex-reinante esposo.

E Faruk, que tanto amava sua cara-metade, ficou, triste e choroso, a cantar, como o nosso Chico Alves: "Que rei sou eu, seu reinado, sem coroa, sem castelo, sem rainha...".

Coitadinho, afinal que rei é ele?...

SER OU NAO SER

A "CASA DE CASTRO ALVES", da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, acaba de receber das mãos do dr. Orville de Almeida, médico desta capital, uma coleção de manuscritos valiosíssimos. São versos e cartas que o inesquecível poeta baiano escreveu ou coligiu durante os últimos anos de sua vida, quando estava em São Paulo. A doação partiu do sr. Alves Guimarães, bisneto de d. Elisa, irmã de

Castro Alves e está destinada à divulgação, durante as comemorações do 106.º aniversário de nascimento do poeta.

Dentre as treze relíquias recebidas, destaca-se a gravata que segundo reza a tradição, foi usada pelo poeta na noite em que travou polémica com Tobias Barreto, no teatro de Recife. Castro Alves usava-a na hora do seu falecimento.

Segundo a opinião dos magnatas de cinema de Hollywood, a mulher ideal de-



Consultas

Se você, prezada leitora, tem alguma dificuldade em resolver os seus problemas, escreva-me e veremos se juntas, tudo se tornará mais fácil.

Meu endereço é: Redação da "Militia"

Rua Alfredo Maia, 106
São Paulo.

Rita de Cássia

veria ter o rosto de Greta Garbo, a ingenuidade de Ingrid Bergman, o corpo de Rita Hayworth e as pernas de Marlene Dietrich.

Candido Portinari conseguiu, em Batataes, aquilo que lhe foi negado quando pintou a igreja de Pampulha. E' autor das quatorze telas da igreja matriz de Batataes, cuja construção foi iniciada em 1927. O pintor da "Primeira Missa do Brasil" teve suas telas simbolicamente avaliadas em Cr\$ 14,00, embora, na prática, valham alguns milhões.

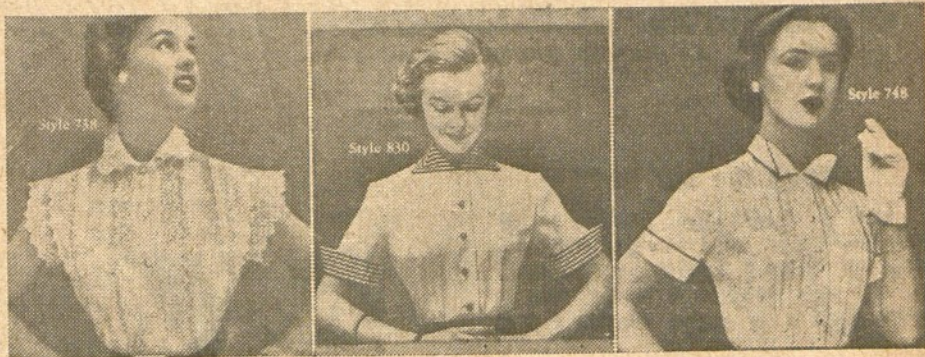
ELEGÂNCIA E PERSONALIDADE

Como é duro a gente ser mulher !

Em uma época como esta, quando tudo anda pela hora da morte, a mulher que quiser causar boa impressão, precisa fazer ginástica para não se enforçar com as prestações.

Enquanto o seu rival masculino, com dois ternos faz a festa, nós, pobres filhas de Eva, esticamos ao máximo o nosso ordenado, ou então a mesada que o nosso paizinho ou "mui querido cara-metade" nos fornece.

E, o pior é que há sempre uma "grande amiga", que não perde a menor oportunidade para criticar o nosso sapato, bolsa ou vestido que usamos no verão passado...



Para vocês, que trabalham ou estudam, nada mais prático e elegante que estas bluzinhas laváveis e de fácil confecção. A primeira, por ser mais fina e original, poderá ou deverá ser usada numa ocasião mais "especial".



Originals

Nunca se deve deixar as cousas pela metade; sendo assim, resolvi apresentar às minhas leitoras dois modelos de saia, para completar a sua tualete.

Podem ser feitas de casemira "Príncipe de Galles", de tropical, ou mesmo de linho, se vocês quiserem.

Que tal? Não são mesmo originais?...

RECEITUÁRIO AMOROSO

Impulsiva — (RIO DE JANEIRO). Quando se tem dezoito anos e se é alegre e impulsiva, como você mesma diz, em sua cartinha, tudo é perdoável. Não há dúvida que o seu papel não foi muito bonito, mas será ainda pior se você quiser continuar a representá-lo.

Se o rapaz realmente sentisse qualquer afeição

pela sua pessoa, depois de ter desfeito o compromisso que o impedia de se aproximar, ou mesmo de se declarar, certamente correria para junto de si. Se não o fez e nem demonstra ter intenção de fazê-lo, é porque não gosta de você.

Esqueça-o. Dedique o seu amor a outro alguém, que dê provas de o merecer. Espere com calma, não se precipite, pois os ho-

mens gostam de fazer sua própria escolha.

Joaninha — (TERRA ROXA) — Terei imenso prazer em auxiliá-la, com meus conselhos, a solver dificuldades amorosas, financeiras ou culinárias. Data de tempos remotos o ditado: "Quatro olhos enxergam melhor do que dois". Dependerá de você, unicamente, o fato de seguí-los ou não.



ENRIQUEÇA SEU MENU

Leitora, atualmente, quando as patroas trabalham como escravas e as empregadas ficam a supervisionar o serviço, o melhor remédio é lançar mão de pouca louça e de pratos simples e rápidos.

Assim, quando algumas amigas de cerimônia vierem tomar chá com você, e a "figurinha difícil" pedir para sair cedo, a fim de evitar corre-corre e mal impressionar as visitas, prepare, de antemão, um "menu" rápido, gostoso e apresentável, mas que possa ser levado à mesa em pratos de papelão. Deste modo será pouca a louça que você terá de lavar.

Eis algumas receitas:



MICELÂNIA

Ingrediente:

100g de presunto;

50g de mortadela;

50g de salame;

2 colheres de sopa de manteiga;

1 pitada de pimenta do reino e outra de sal.

Cheiro verde, bem picado, à vontade.

Modo de fazer:

Passar as 200g de frios na máquina de moer carne, adicionando ao conjunto os outros ingredientes. Depois de tudo bem mexido, passar a mistura nas fatias de pão de forma.

SEQUILHOS DE MAIZENA

Ingredientes:

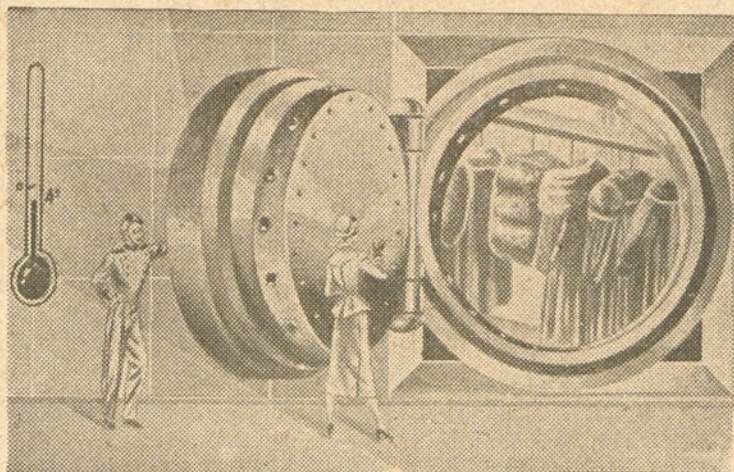
6 gemas, 6 colh. de sopa de manteiga, leite de 1 côco, maizena.

Modo de fazer:

Misturam-se todos os ingredientes numa vasilha; engrossa-se com maizena até ficar no ponto de enrolar. Faz-se um rôlo da grossura de um dedo e corta-se em pedacinhos de 1,5 cm. Depois de encher as formas, leve-as ao forno brando.



NOVIDADES
MODAS
PELES



(CÂMARA FRIGORÍFICA)

SUAS PELES conservar-se-ão sempre novas quando mantidas num ambiente hibernal.

A CASA DE MME. ROSITA oferece suas magníficas instalações frigoríficas, as mais modernas e perfeitas da América do Sul. Nelas, suas peles estarão perfeitamente protegidas contra o ressecamento produzido pelo calor e contra os insetos nocivos (principalmente as traças), e, além disso, asseguradas contra quaisquer acidentes, inclusive incêndio e roubo.

Mme Rosita

RUA BARÃO DE ITAPETINGA, 228
TELS, 34-1433 e 34-3899
SÃO PAULO

SALCHICHINHAS

Ingredientes:

2 latas de salchichinhas para coquetel, da marca que preferir.

100g de pickles.

1 mamão, ou várias maçãs, ou ainda algumas laranjas.

Modo de preparar

Retire as salchichas da lata, limpe-as, corte várias fatias, não muito finas. Es-



pete essas fatias, alternadas com um pickle, num palito. Quando tiver várias camadas alternadas, assim como também vários palitos prontos, espete-os no ma-

mão, ou na fruta que tiver em casa.

No caso da fruta ser um mamão, coloque-o no centro da mesa. Caso contrário, disponha as maçãs ou laranjas em pontos diferentes. Assim sendo, você obterá um colorido bastante agradável.

Líquidos

Você poderá servir essas iguarias com um aromático cafézinho ou mesmo com chá ou leite. Acredite: "Tudo sairá às mil maravilhas".



Limpeza do Quintal

Para evitar presença de aranhas venenosas e de escorpiões, mantenha bem limpos os quintais e jardins. Evite o acúmulo de pedras,

tijolos, telhas e pedaços de madeira e, se possível, cafafeite as frinchas existentes nos muros e paredes da casa, assim como também nos portais, assoalhos e fôrros. Não acumule objetos nos vãos das escadas e nem mesmo nos quartos de despejo, pois é justamente nesses lugares que os bichos peçonhentos gostam de se esconder.

Tira-bolor

Para eliminar o bolor da roupa, ferva-a com um pouco de fubá, misturado com água. Mexa sempre, para não deixá-la pegar no fundo da lata.

Depois que a roupa deu umas três fervuras, lave-a com sabão e coloque-a para quarar. Estará novamente em condições de ser usada.

A MULHER E O TEMPO

Se vocês não quiserem envelhecer antes do tempo, tratem de cuidar-se o mais possível. Reservem pelo menos alguns minutos só para vocês, para o cuidado diário da sua pele e dos seus nervos.

Procurem seguir estas seis regras importantes, pois para um bom êxito é preciso um bom preparo.

- a) durma as oito horas necessárias de sono;
- b) controle a sua alimentação, adaptando-a, em qualidade e quantidade, às suas condições físicas, às estações do ano, ao gênero de seu trabalho...
- c) tenha as suas horas de descanso, de divertimento, ao lado das reservadas ao trabalho;
- d) siga os hábitos gerais de higiene, evitando o cansaço demasiado, o excesso de fumo, de álcool...
- e) tome o seu banho de sol e de ar e siga os conselhos de higiene da pele e do vestuário, e
- f) faça um pouco de ginástica todos os dias, evitando os exercícios pesados, os que exigem muito esforço. Limite-se à ginástica simples, leve, balanceada, e conseguirá atingir seus fins benéficos.

Construtora Minerva Ltda.

Engenheiros - Empreiteiros



Encarrega-se de obras em
todo o Interior do Estado

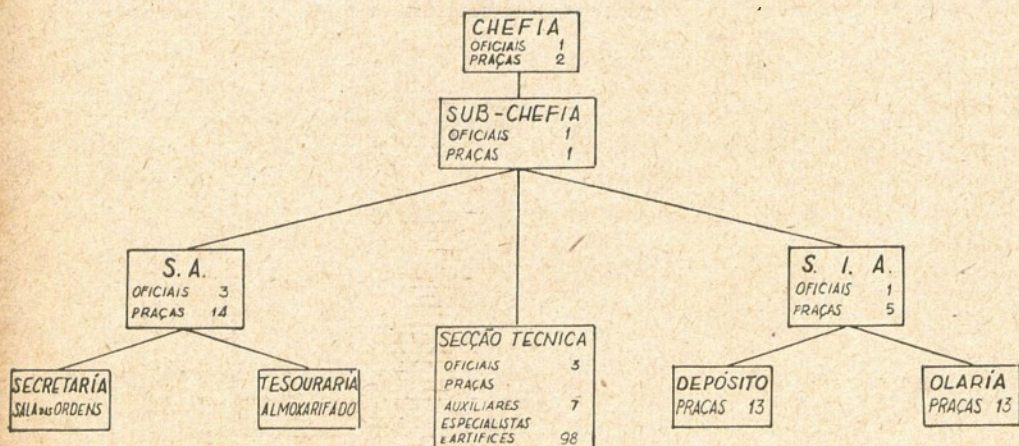


Rua Prudente de Moraes n.º 326.

Caixa Postal n.º 34 — Fone 121

Estado de São Paulo — BATATAIS

**FORÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DE ACORDO COM O DECRETO Nº 21.705-A DE 22 DE SETEMBRO DE 1952
TEM O SERVIÇO DE ENGENHARIA A SEGUINTE COMPOSIÇÃO**



DINÂMICO E EMPREENDEDOR

O SERVIÇO DE ENGENHARIA

**UM POUCO DE HISTÓRIA — FUNÇÃO PRECÍPUA — OBJETIVOS ALCANÇADOS
— FALAM OS NÚMEROS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS.**

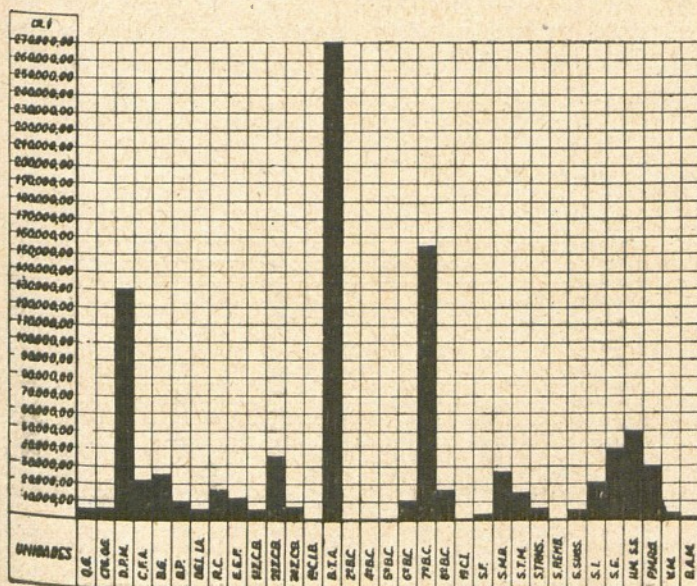
O Serviço de Engenharia da Força Pública difere de seus congêneres das Forças Armadas, pois, se aqueles constituem a especialização do emprêgo da engenharia como arma de guerra, êste se dedica inteiramente à engenharia civil. Esta orientação não nasceu com o S.E., mas foi decorrente de uma imposição das próprias necessidades da Corporação. Em seus primeiros passos, o S.E.

tinha aspectos intimamente ligados ao serviço de guerra, como suas primeiras denominações tão bem refletem. A Secção Cartográfica, fundada em 24-III-1927, foi a semente do atual Serviço. Esta Secção transformou-se no mesmo ano, em Serviço Topográfico Militar, que em 1931 foi extinto, dando lugar à fundação do Batalhão de Sapadores, transformado, em 1933, no atual Serviço de En-

genharia. Já naquela época, sua atividade no setor da engenharia civil vinha suplantando a da engenharia militar. São Paulo, das mais dinâmicas e progressistas cidades do mundo, absorvia tôdas as disponibilidades dos órgãos encarregados das construções do Govêrno do Estado. A Fôrça Pública, evoluindo paralelamente com seu Estado, exigia novos aquartelamentos, escolas, presídios, hospitais, reformas em geral. Daí a decorrência obrigatória de atribuir-se ao S.E. a função precípua de construir as obras necessárias à Corporação. Sendo o S.E., por fôrça de sua função, o construtor do alicerce do engrandecimento da Fôrça, sua atividade foi sempre de real importância para as diversas administrações que dirigiram os destinos da Corporação. Essa importância, últimamente, vem tomando maior vulto, em face de diretrizes condizentes com



Major Pedro Marques Magalhães, Chefe do Serviço de Engenharia



Importâncias gastas em diversos reparos, no ano de 1951.

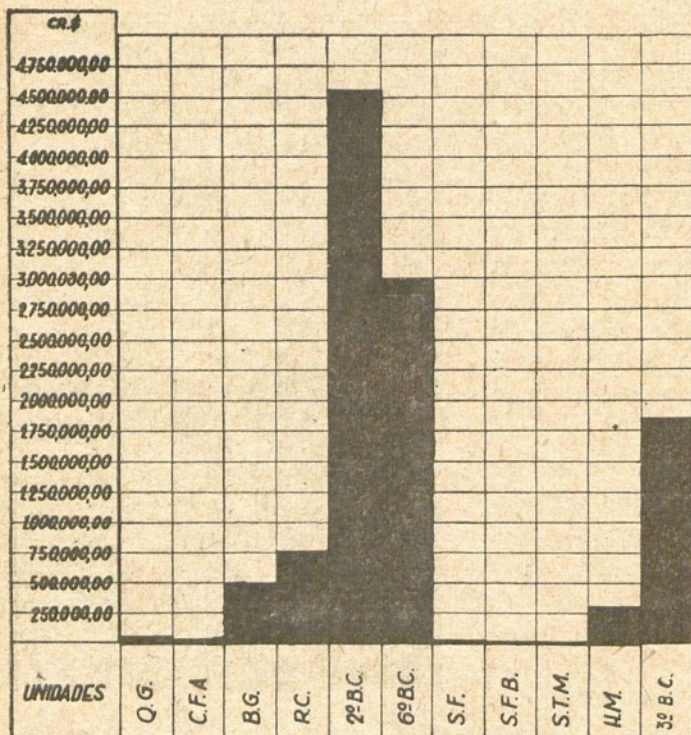
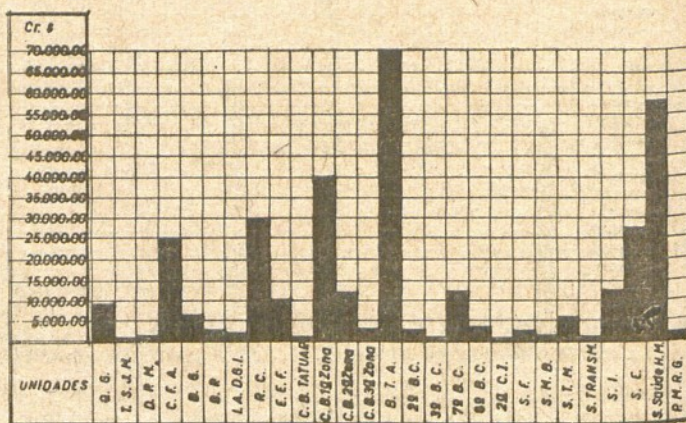


Gráfico das obras executadas pelo Serviço de Engenharia, durante o ano de 1951

as novas necessidades da Fôrça Pública, de modo a suprir-se tôdas as unidades de aquartelamento consoante sugere a técnica, ante os atuais objetivos da Corporação. Neste sentido é que, de ano para ano, maiores

têm sido as verbas reservadas para construções, com adequado aproveitamento. A Chefia do Serviço de Engenharia, compreendendo a amplitude do programa traçado, passa, nos dois últimos exercícios, do regime ex-

Importâncias gastas em 1952, na execução de reparos diversos.





*Sociedade Nacional de
Engenharia Ltda.*

ENGENHEIROS
EMPREITEIROS
CONSTRUTORES

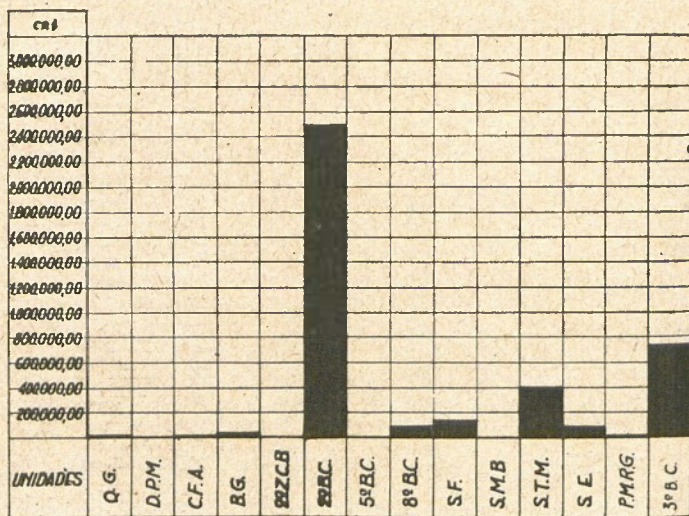
RUA MARCONI, 87 - 11.º ANDAR - FONE, 36-5445
SÃO PAULO

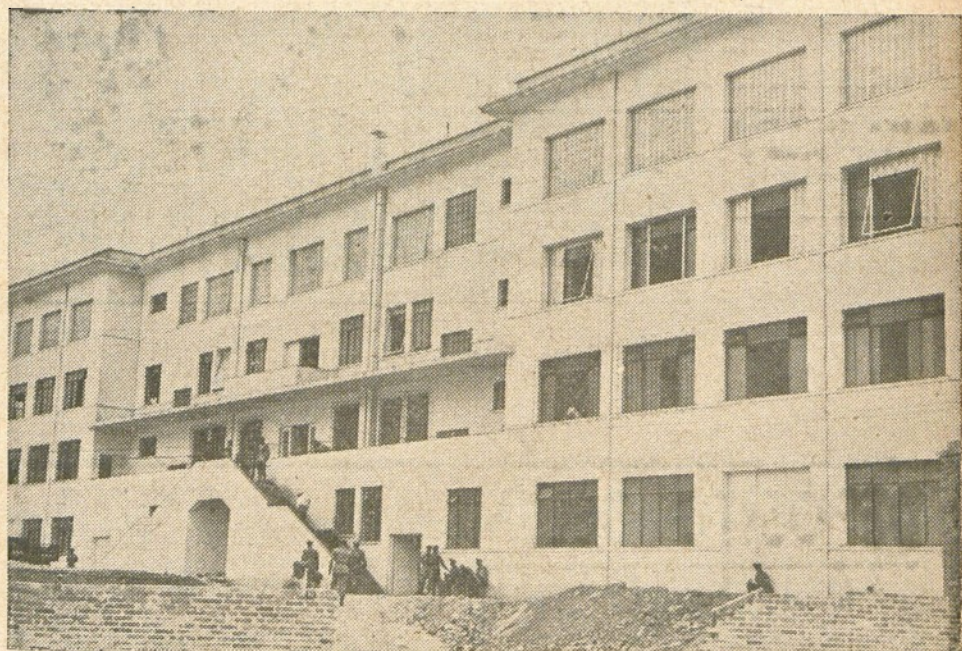


A OFICIALIDADE DO SERVIÇO DE ENGENHARIA

EM PE' — A PARTIR DA ESQUERDA: ten. Air Ribeiro de Carvalho, cap. Jorge Mesquita de Oliveira, cap. José de Abreu e 2.º ten. José Augusto Seixas. SENTADOS: cap. Ari Ferreira de Souza, major Pedro Marques Magalhães e cap. José F. Furquim de Campos.

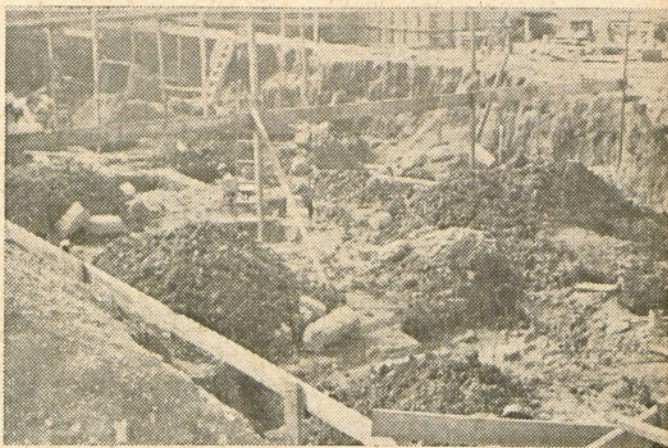
Gráfico das obras executadas durante o ano de 1952.



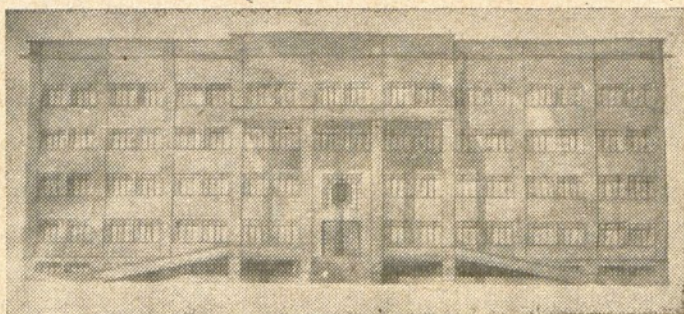


FACHADA DO QUARTEL DO 2.º B.C. recém-construído.

Aspecto do local onde está sendo construído o edifício do Quartel General



Maqueta da fachada
do futuro Quartel
General



DEPÓSITO BELEM

MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES
ESQUADRIAS

CAL, CIMENTO,
TELHAS, TUBOS,
TACOS, ETC.

V. Forcinetti & Filho Ltda.

AVENIDA ALVARO RAMOS, 593
TELEFONE, 9-0549

INSCRIÇÃO 40.034
SÃO PAULO



O novo Quartel do
3.º B.C., sediado em
Riberão Preto, em
fase de construção.

clusivo de administração direta das obras, para um regime misto, onde figura o anterior e o regime de administração contratada. Assim é que, com um efetivo reduzido, mas especializado, estuda, projeta, contrata e fiscaliza a construção das grandes obras e toma, inteiramente a seu cargo, as construções médias e os reparos necessários de tôdas as unidades.

A atividade do Serviço, no transcorrer dos tempos, tem sido imensa, bastando que se mencionem os quartéis do 4.º B.C., Ambulatório da Cruz Azul, 7.º B.C., Hospital e Maternidade Santa Maria, C.I.M. (atual C.F.A.), Administração e uma ala do R.C., 8.º B.C., D.C.S.T., para citar apenas os pontos altos da vida passada do Serviço, onde pontificaram chefes que tudo fizeram para o aperfeiçoamento da unidade.

CASA AGOSTINHO

AGOSTINHO DOS SANTOS RAMOS

Ferragens, ferramentas, tintas e dissolventes para todos os fins

Serras — Brocas — Limas — Pregos — Rebites — Parafusos em geral — Torneiras — Registros para água e vapor — Tintas em pó e preparadas à base de nitrocelulose, sintética e óleo — Massas para pintura rápidas, sintéticas e óleo — Vernizes — Alvaiades — Óleos — Dissolventes em geral — Lixas: água, madeira e ferro — Fitas Colantes.

AVENIDA CELSO GARCIA, 1233 - FONE 9-3553 - SÃO PAULO

SINAIS RODOVIÁRIOS

Em tôdas as estradas públicas existem os sinais previstos permanentes, indicando quando há necessidade de diminuir a velocidade do veiculo e orientando o viajante quanto aos possíveis obstáculos ou perigos. Assim, o motorista deve prestar atenção aos sinais, pois é com prudência e observação que se evitam acidentes. Nas estradas nunca se deve estacionar o veiculo no leito carroçável. Ter cuidado nas curvas, rampas, cruzamentos etc., é indício de ser um motorista que sabe avaliar o que é responsabilidade.

Com boa vontade e cooperação, teremos um tráfego fácil nas estradas e garantia aos que nelas transitam.

Novidades Policiais - Militares

O noticiário abaixo, que "Militia" colheu e transmite a seus leitores, dá conta da evolução técnica dos meios empregados no serviço policial e nos campos de batalha. Ei-lo:

Prisão móvel na polícia de Washington

Afirma-se que a cidade de Washington é possuidora da única prisão móvel do mundo. Consiste em elegante carro rebocado, de nove metros de comprimento, feito de alumínio, provido de comodidades residenciais, tais como chuveiros, venezianas, refrigerador elétrico, telas metálicas nas janelas e almofadas.

Serve muito mais como centro móvel de operações policiais, à polícia de fiscalização dos parques urbanos, do que como cárcere. Além de ser utilizado para interrogatórios e detenções provisórias, até a chegada do carro-ronda, presta valiosos serviços à polícia, na manutenção da ordem, por ocasião de passeatas e outras manifestações públicas.

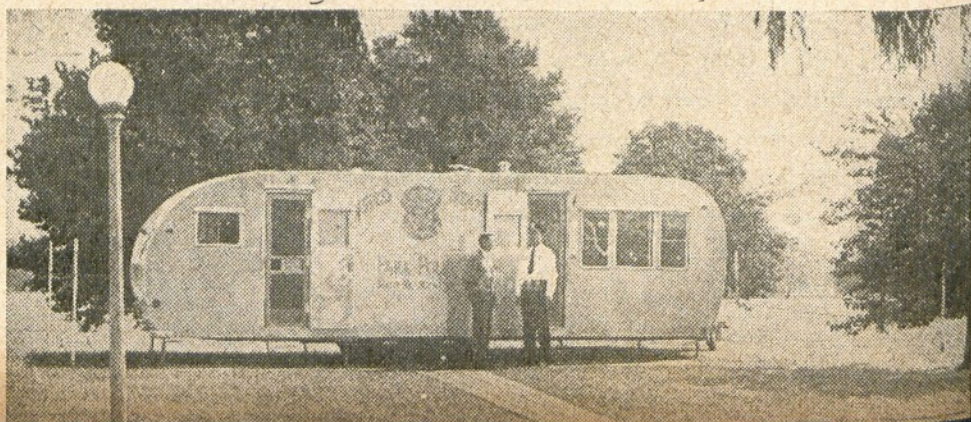
O carro é equipado com rádio transmissor e receptor de 60 watts, altofalante, telefone, máquina de escrever, refletores e demais material especializado necessário. É uma delegacia policial

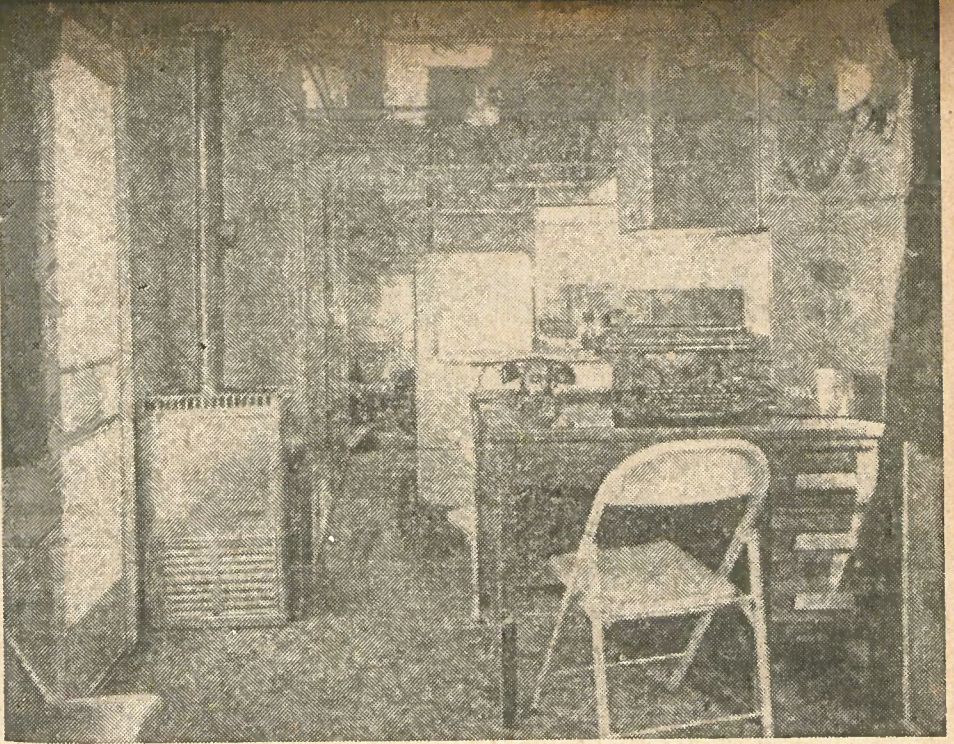
de emergência, da qual a autoridade desenvolve suas atividades.

Após um ataque aéreo ou a ocorrência de um acidente grave, a polícia deve transportar-se ao local do acontecimento, adotar medidas de segurança, socorrer os feridos, proceder a trabalhos de salvamento, providenciar o restabelecimento da circulação e assumir inúmeras outras obrigações. Um acidente de aviação, ocorrido em 1949, em que se chocaram dois aviões, ocasionando a morte de 55 pessoas, convenceu às autoridades da necessidade de contar-se com um centro móvel de operações policiais.

O carro reboque foi construído de acordo com as mais precisas especificações. É de construção sólida, dispendo de forte chassis de aço, devidamente soldado. Os eixos e rodas são fabricados para adaptar-se a um sistema de freios que atua sobre as quatro rodas. Os freios são acionados eletricamente, do carro rebocador. Outro transporte, rebocado por um jipe, conduz um gerador a gasolina, de 7 Kws., para suprir corrente elétrica, quando falta a do serviço público. A viatura está abastecida, também, com toda a espécie de artigos

A elegante prisão móvel da Polícia Norte-Americana





O interior do carro foi projetado para proporcionar comodidade e eficiência

úteis, de emergência e ferramentas de destruição (machado, maçarico de acetileno, etc.).

Dado seu espírito de previsão, a polícia de Washington julga imprescindível a unidade acima.

O papel do helicóptero no socorro aos feridos de guerra

Os helicópteros, anexos aos hospitais de sangue móveis das forças das Nações Unidas na Coréia, vieram reduzir grandemente o tempo no socorro aos gravemente feridos.

Os feridos são rapidamente transportados pelo ar, dos campos de batalha diretamente para os hospitais de emergência, os quais, sempre que possível são instalados em escolas abandonadas ou outros edifícios que se prestem para isso. Na maioria dos casos, porém, essas unidades hospitalares são instaladas em tendas.

Sem dúvida alguma, grande número de vidas tem sido salvo em virtude desse pronto tratamento. Os helicópteros a serviço dos hospitais acham-se no ar alguns minutos depois de ter sido recebido o pedido de socorro. Cada aparelho leva um piloto e um auxiliar-médico. De cada lado do helicóptero há um compartimento apenas do tamanho suficiente para conter um homem deitado numa maca. Aparelhados com aquecimento elétrico e sistemas de ventilação, esses compartimentos dispõem de janelas de material plástico verde transparente, para admitir luz.

Embora os hospitais de sangue sejam de organização estritamente militar, eles tratam também de casos civis de urgência, como feridos, em caso de ação comunista. Estes civis, depois do primeiro tratamento, são enviados aos hospitais do governo da Coréia ou aos hospitais da Assistência Civil das Nações Unidas, para prosseguir no tratamento.

O REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA MILITAR

«Fala à «A UNIAO» o cel. Ivo Borges da Fonseca, comandante daquele corpo de tropa — Os dois ambulatórios da Fôrça Pública — Funciona com regularidade o Curso de Formação de Oficiais — Aumentados os vencimentos em princípio de 52 — Armazém Reembolsável para a manutenção de oficiais e praças, em Campina Grande — A excelente qualidade da «boia» — «A ordem tem sido mantida» — Os Bombeiros e o material recém-adquirido pelo Estado.

No ensejo da passagem do segundo aniversário da atual administração, a nossa reportagem procurou o cel. Ivo Borges, comandante da Polícia Militar do Estado, prestando aquela ilustre militar interessantes declarações acêrca das medidas que foram ali introduzidas visando o melhor aparelhamento daquele corpo de tropa.

No Gabinete do Comando, tendo à mão extenso relatório das atividades desenvolvidas nesses últimos dois anos, o cel. Ivo Borges disse, inicialmente: — Dentre os nossos esforços no sentido da melhoria geral de todos os setores da Polícia Militar, melhoria essa que buscava, antes de tudo, o maior rendimento das atividades ligadas à nossa missão, instalámos, por iniciativa do governador José Américo, no dia 16 de abril de 1951, o Ambulatório anexo ao Hospital da Polícia Militar, que tem a finalidade de atender às famílias de oficiais, sargentos e praças da corporação. O Ambulatório desta cidade — na mesma data, inauguramos outro em Campina Grande — compreende um serviço de pediatria, outro de clínica geral, obstetria,

otorinolaringologia e, mais, um consultório médico-dentário.

Outra conquista do Governo, em nosso setor, frizou o cel. Ivo Borges, outra conquista interessante para a Polícia Militar foi, sem dúvida, a reorganização do Curso de Formação de Oficiais, que vem funcionando, últimamente, com toda a regularidade.

Mais adiante o distinguido militar palestrou com o repórter sobre as transformações que teve que operar dadas as recomendações do Chefe do Executivo, no Quartel, onde se efetuou demorado trabalho de limpeza e melhoria de suas instalações. Assim é que se adquiriram três máquinas para as oficinas de sapataria, que está satisfazendo, com as medidas postas em prática, a todas às necessidades. Também o Governo do Estado dispendeu avultada importância com a instalação de uma estação rádio-telegráfica na cidade de Cajazeiras, que vem prestando assinalados serviços à segurança pública do Estado.

Referiu-se o cel. Ivo Borges à oportunidade do aumento de vencimentos que o Governador José Américo concedeu

à Fôrça Pública paraibana, no princípio de 1952, acentuando, por outro lado, que, tôdas as viaturas da Polícia tinham sido inteiramente restauradas, podendo, agora, prestar, com segurança, os serviços sob sua responsabilidade. Respondendo a uma pergunta da reportagem, o cel. Ivo Borges declarou:

— Desde que assumiu a chefia do Executivo o Governador José Américo, a distribuição de fardamento à tropa, que estava atrasada há dois anos, vem sendo feita com toda a pontualidade. E o apóio governamental não nos falta em nenhuma ocasião. Assim, foi instalado, na cidade de Campina Grande e para fazer face às necessidades do Batalhão ali sediado, um armazém reembolsável, que distribui, a preços reduzidos, todos os gêneros alimentícios para a manutenção das famílias de oficiais e praças. E aqui, para voltarmos à situação do contingente aquartelado nesta Capital, já funciona, com freqüência promissora, a Escola Regimental do Serviço de Educação de Adultos.

Nada menos de sessenta soldados estão sendo alfabetizados, no momento.

O repórter foi ao "Rancho" observar de perto a qualidade da "boia" dos praças. E pôde constatar a excelente refeição que a Fôrça Policial está fornecendo aos seus homens.

Finalizando as suas declarações sobre a corporação sob seu comando, o cel. Ivo Borge, fez questão de salientar o aspecto disciplinar da tropa que é, aliás, excelente, dizendo, ainda: — A ordem pública tem sido mantida, seguindo-se as expressas determinações do governador José Américo. Custe o que custar, será sempre assim. Nesses últimos dois anos, no cumprimento do dever, a nossa crônica assinala o desa-

parecimento de nada menos de 18 homens, além de numerosos feridos.

OS BOMBEIROS

O Governô do Estado dispensou a melhor atenção, igualmente, ao reaparelhamento da Companhia de Bombeiros. Já se encontra em João Pessoa parte do material encomendado para aquele fim, tendo chegado, recentemente, o moderníssimo carro-material e a escada metálica "Magyrus" de 24 metros, como também a bomba-reboque, verdadeira miniatura do carro Ford - "F-8" Ward La France, que está aparelhado com 650 metros de mangueiras de 2 1/2 polegadas, um conjunto para iluminação própria com dois refletores de 1.500 "watts" cada um, dispositivos para o combate a incêndios de inflamáveis usando CO₂ e espuma, esguichos para neblina, e um tanque com a capacidade de 4.000 litros d'água. O canhão-monitor de que dispõe o novo carro dos Bombeiros lança jactos d'água com a pressão de 80 libras, atingindo 25 metros na vertical e 50 horizontalmente. Todo esse novo equipamento trabalha tanto com água doce como com água salgada, isto é, pode ser usado com sucesso em incêndio na cidade ou na zona portuária: é mais uma grande vantagem do material recém-adquirido pelo Governô do Estado. O referido aparelhamento custou nada menos de Cr\$ 930.000,00.

Campina Grande também foi aqui-nhoada com as providências governamentais nesse setor. Assim é que já foi aberto o crédito de Cr\$ 180.000,00, destinado à construção do quartel da Secção de Bombeiros, naquela cidade, estando o respectivo material pronto para ser ali empregado, dentro de dois meses".

(Transcrito de "A União", de João Pessoa, de 31-I-1953).

Visita do Cmt. Geral da Fôrça Pública à Câmara Municipal de São Paulo

A 27 de março último o cel. João de Quadros visitou a Câmara Municipal de São Paulo.

Foi festivamente recebido na Edilidade Paulistana pelo seu presidente, major Cantídio Nogueira Sampaio e demais componentes da mesa. Na oportunidade, saudando o comandante geral, falou em nome da Casa o vereador Marcos Mélega, o qual pronunciou o seguinte discurso.

"Sr. Presidente, sr. coronel João de Quadros, dignissimo comandante da Fôrça Pública do Estado de São Paulo, nobres colegas.

A visita de v. excia., sr. coronel João de Quadros, a esta casa do povo da cidade de São Paulo, muito a distingue e muito a honra, porque, sem dúvida, o povo de São Paulo, e notadamente o da Capital do Estado, vem acompanhando os inestimáveis serviços prestados por essa gloriosa Corporação às instituições e, ao mesmo tempo, ao povo.

Já nos acostumamos a admirar e mesmo, em muitos dos seus atos, a venerar a atuação da Fôrça Pública do Estado. Entre vários dos episódios gloriosos da sua vida, quero apenas destacar aquêlê que mais perto esteve de cada um dos munícipes desta capital: o Movimento de 32.

Esse movimento trouxe ao povo desta Capital e ao povo de São Paulo, através do movimento político que então empolgára tôda a capital e todo o Estado, a sensação de uma autonomia legal, autonomia constitucional, que tinha a garantir-lhe as bases e o seu pressuposto exclusivo a gloriosa Fôrça Pública do Estado de São Paulo, ao lado

de outras facções do glorioso Exército Nacional.

Temos a figura de um mártir no general Salgado, comandante que bem esculpe, na Fôrça Pública do nosso Estado, o sentimento de renúncia e o espirito de responsabilidade na missão que lhe é confiada.

E, agora, que ao lado da autonomia dêste Município logrou também, a gloriosa Fôrça Pública de São Paulo, ter a sua autonomia, confiada que foi a sua responsabilidade a um dos seus mais bravos, cultos e patriotas oficiais que é o coronel João de Quadros. Neste momento de opressão para as nossas instituições, ao lado do que toca, sem dúvida, ao nosso glorioso Exército Nacional, toca também à gloriosa Fôrça Pública de São Paulo, uma parcela ponderável na manutenção da ordem e segurança das nossas instituições.

Para ela todos nós temos os nossos olhos voltados. E dentro daquele conceito de respeito absoluto que sempre defendemos, por cultura e por noção de responsabilidade, às forças armadas do nosso país, em lugar de destaque, também nesse plano de alto apêço e de alta consideração, está per-

feitamente localizada a gloriosa Fôrça Pública de São Paulo.

Os munícipes de São Paulo, através da sua Casa Legislativa e através do mais humilde dos representantes do seu pensamento, se honram com a visita de v. excia., sr. comandante, e aproveitam êste ensêjo para, mais uma vez, render as suas mais respeitadas homenagens a essa distinguidíssima e gloriosa Corporação, na certeza de que de parte de cada um dos munícipes a Fôrça Pública encontrará, sempre, quem possa exalçá-la ao máximo, pelo seu glorioso passado, e quem possa emprestar-lhe uma solidariedade cheia de responsabilidade, de civismo e de patriotismo para que ela possa continuar nessa senda luminosa que é cumprimento de seu dever, em benefício do Brasil e, notadamente, em benefício de São Paulo.

Bem-vindo seja a esta Casa, nobre comandante da Fôrça Pública do Estado de São Paulo”.

Agradecendo, o cel. João de Quadros proferiu as seguintes palavras:

“Exmo. sr. Presidente e nobres srs. vereadores.

Sejam as minhas primeiras palavras de agradecimento ao ilustre edil, dr. Marcos Mêlega, que, rememorando os feitos da nossa Fôrça Pública e rendendo uma homenagem ao nosso passado, fêz votos de um porvir grandioso a essa Corporação já centenária e que, como disse s. excia., tão bons serviços tem prestado a São Paulo e ao Brasil.

Assumindo o comando da Fôrça Pública de São Paulo, o velho soldado que ali tem vivido e acompanhado as grandes arrancadas da Corporação, não poderia deixar de trazer a v. excia., sr. presidente e aos demais nobres vereadores, a nossa afirmação de que continuaremos a obra já encetada pelos nossos antecessores, de bem servir à causa pública.

Sr. presidente e srs. vereadores, neste momento, em que a crise de autoridade vem, de maneira assustadora, criando problemas novos para os velhos povos, e tanto mais para o nosso, novo — sem a experiência necessária — não seria demais dizer que, se nós não estivéssemos ligados por ideais — ideais alevantados — seríamos tragados pela onda que marcha, e marcha com velocidade já assustadora.

Assim, pois, nossa visita não tem outro sentido senão trazer o tributo de nossa admiração a esta augusta Casa, a certeza de que a Fôrça Pública continuará a prestar os serviços que já vem prestando e a convicção de que encontraremos nesta assemblêia amigos que saberão compreender nossa ação e nossas necessidades. Itmanados, estaremos em condições de continuar a prestar ao Brasil os serviços de que tanto nos vangloriamos e que um passado nos legou.

Muito obrigado sr. presidente e srs. vereadores”.

CONTA-SE A SEGUINTE HISTÓRIA A RESPEITO DE PICASSO

O célebre pintor estava numa pequena praia a tomar banho, quando viu um indivíduo a fugir roubando-lhe o roupão. O artista, rapidamente, traçou um esboço do larápio e o apresentou à polícia, posteriormente. No dia imediato os investigadores já haviam prendido 97 mulheres, 123 homens de tôdas as idades, três martelos, um gato, uma escada e uma chave de abrir latas.

Novos Comandos e Chefias

Com as modificações havidas no alto comando da Fôrça Pública, como natural decorrência, processaram-se algumas alterações nos comandos e chefias de unidades da Corporação. Assim foram designados:

— o cel. Cândido Bravo, para as funções de inspetor administrativo;

— o cel. João de Oliveira Melo, diretor geral de instrução;

— o ten. cel. Rubens Teixeira Branco, sub-chefe do Estado-Maior, com transferência do S.T.M.;

— o ten. cel. Otacílio Vieira, que comandava o 7.º B.C., sediado em Sorocaba, para a chefia do S.T.M.;

— o ten. cel. Otávio Gomes de Oliveira, para o cargo de comandante do

B.G., com transferência do 4.º B.C., sediado em Bauru;

— o ten. cel. Agenor de Almeida Castro, para o comando do R.C., com procedência do 8.º B.C., sediado em Campinas.

Nas vagas verificadas no 4.º e 7.º B.C. foram classificados, respectivamente, os tens. ceis. Pedro Alves de Brito e Paulino Vieira das Neves, recentemente promovidos.

Os novos comandantes e chefes, em singelas, mas expressivas solenidades regulamentares, já assumiram suas novas funções.

"Militia", felicitando-os, almeja a cada um o maior sucesso na nova investidura.

TRÂNSITO

Anotamos as recomendações dos serviços técnicos:

CUIDADO NO ATRAVESSAR A RUA!

1.º — *Antes de descer do passeio, olhe à esquerda, para certificar-se de que não vem nenhum veículo em sua direção.*

2.º — *Quando estiver no meio da rua, olhe à direita, de onde poderá vir algum veículo.*

3.º — *Si houver sinalização luminosa para pedestres, atravesse somente quando estiver acesa a luz verde.*

4.º — *Si houver guarda de trânsito, siga as suas instruções.*

5.º — *Si houver faixa para pedestres, não deixe de respeitá-la.*

6.º — *Não corra; mantenha-se calmo; não seja precipitado.*

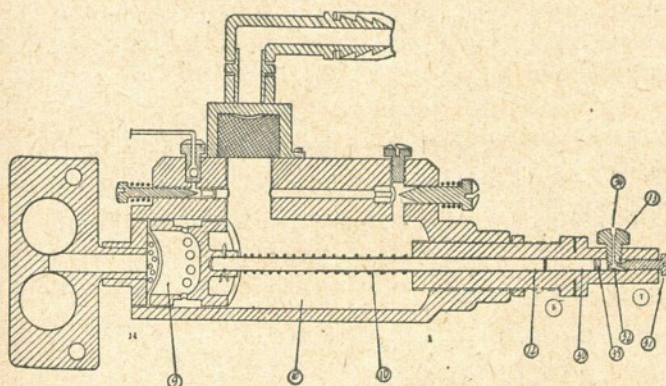
7.º — *Não leia, não converse, nem olhe para trás.*

8.º — *Atravesse em linha perpendicular à rua; nunca em diagonal.*

9.º — *Si houver um automóvel parado, não passe por detrás dele, sem antes certificar-se de que não vem nenhum veículo pela direita.*

10.º — *Em dias de chuva, si estiver com guarda-chuva aberto, mantenha-o no alto, sem tapar a visão.*

CORTE LONGITUDINAL DO APARELHO RUPLEX



- 1) Corpo do aparelho
- 2) Franja
- 3) Mangueira
- 4) Filtro
- 5) Bico de regulagem
- 6) Câmara
- 7) Tampa
- 8) Regulagem opcional
- 9) Pistão
- 10) Mola
- 11) Regulagem opcional
- 12) Vareta
- 13) Base
- 30-31 - 32 - 33 - 34 -
35 - Conjunto opcional

SERVIÇO DE TRANSPORTES E MANUTENÇÃO DA FÔRÇA PÚBLICA

RELATÓRIO técnico sôbre o funcionamento e economia proporcionada pelo aparelho "RUPLEX": —

O aparelho acima destina-se a economizar uma parte do combustível que é desperdiçada normalmente nos motores de combustão interna.

Consta de uma tubulagem de borracha cuja primeira extremidade é ligada ao respiro de óleo do carter, donde aspira os vapores de óleo e ar quente, vapores esses que passam por um filtro e por um dispositivo munido de uma válvula regulável, estando a outra extremidade do aparelho ligada à tubulagem da admissão, por onde se processa, em virtude da depressão existente nessa tubulagem de admissão, a sucção dos vapores de óleo, combustível, ar quente, aproveitando-se em parte.

Das diversas experiências realizadas, a primeira com um chassis Chevrolet de 2.500 quilos, à velocidade de 80 quilômetros por hora, resultou uma economia de 10%, isto é, a referida viatura percorreu com um litro de gasolina, sem emprêgo do aparelho, a distância de 4.600 metros e posteriormente com o aparelho, a distância de 5.200 metros.

Na segunda experiência nas mesmas condições anteriores, verificou-se a mesma economia.

Na terceira experiência feita com um caminhão "Chevrolet" de 2.500 quilos, carregado com 2.000 quilos, o aparelho acusou uma economia de 12%.

Na quarta experiência, nas mesmas condições anteriores, a economia acusada foi de 15%.

Daí se nota que a economia proporcionada pelo referido aparelho é variável, sendo maior o seu rendimento quando empregado o referido aparelho em caminhões, que quase sempre permanecem por longo percurso e tempo empregando toda a potência do motor.

Verificou-se também que quanto maior fôr o número de paradas e saídas, maior é a economia que o aparelho proporciona pelas mesmas razões do caso anterior.

Verificou-se também que o referido aparelho não causa mal ao motor uma vez que seu funcionamento seja perfeito, proporcionando ainda lubrificação extra às válvulas.

Quanto ao seu emprêgo na Fôrça Pública, esta Comissão não tem oposição a fazer.

São Paulo, 8 de setembro de 1952. (aa) José Rufino Freire Sobrinho — Major Presidente da Comissão, Mario Goncalves Teixeira Filho — Capitão membro e Edmur Moura Salles 1.º Ten. membro.

Clube Militar da Fôrça Pública

A Diretoria do CLUBE MILITAR leva ao conhecimento dos senhores associados que as festividades comemorativas e bailes, no corrente ano, serão realizadas de acôrdo com o seguinte calendário:

Dia 11 de abril — Baile

Dia 9 de maio — Baile

Dia 28 de junho — Festas Joaninas

Dia 11 de julho — Baile comemorativo da Revolução Constitucionalista

Dia 8 de agosto — Baile

Dia 5 de setembro — Baile

Dia 17 de outubro — Aniversário do Clube Militar

Dia 14 de novembro — Baile comemorativo da Proclamação da República

Dia 5 de dezembro — Baile

Os bailes serão realizados no Palacete Trocadero.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

"Paraguaçu Paulista, 3-II-953 — Exmo. Sr. Cel. Presidente do Clube Militar da Fôrça Pública de S. Paulo — Pelo presente, venho apresentar a V. Excia. os meus agradecimentos pelas atenções e acolhida recebidas por parte da Administração da Colônia de S. Vicente, durante nossa permanência ali, de 1.º de janeiro a 15 do mesmo mês. — A organização, a direção dos serviços e o ambiente que reinam ali, são de molde a proporcionar aos hóspedes o mais absoluto conforto e bem-estar. — Desejando ingressar no Quadro Social, solicito informações, rogando fazer chegar

ao conhecimento da Administração da Colônia de São Vicente, os meus agradecimentos. — Saudações — a) - José Menezes Jr. — Promotor Público".

* * *

"Bicas do Meio (Itajubá), em 10 de fevereiro de 1953 — Do Chefê da Comissão Especial de Obras n.º 5 — Ao Exmo. Sr. Cel. Presidente do Clube Militar da Fôrça Pública do Estado de S. Paulo — I - Esta Chefia e mais um pequeno número de oficiais com suas famílias teve a feliz oportunidade de visitar, em 8-II-53, a Colônia de Férias de Campos de Jordão. II - Pela gentileza

za do tenente encarregado, que nos cum-
mulou com grande atenção e não menor
consideração, foi-nos dado o ensêjo de
percorrer as dependências e parques do
Clube. III - Consulta a V.S. da pos-
sibilidade de um grupo de oficiais do
Exército da ativa (máximo 6) pertenc-
erem ao Quadro Social do Clube. IV -
Aproveito a oportunidade para apresen-
tar a V.S. e à Diretoria do Clube, em
meu nome e no de meus oficiais, a ad-
miração e o entusiasmo com que assis-
timos, como brasileiros, Obra Social tão
interessante, organização ímpar nas Fôr-
ças Armadas de nosso Brasil. — a) -
Paulo Teixeira da Costa — Maj. "T"
Chefe da CEO.-5".

* * *

"São Paulo, 15 de janeiro de 1953
— Exmo. Sr. Cel. Presidente do Clube
Militar da Fôrça Pública — Ao agra-

decir e retribuir os votos de feliz e prós-
pero 1953, que me foram formulados pe-
la dinâmica e incansável Diretoria do
Clube Militar, seja-me permitido congra-
tular-me convosco pela intensa ativi-
dade que vindes mantendo, agora tam-
bém no campo cultural, alargando os
horizontes da futura oficialidade da Cor-
poração, e na frente política, preservan-
do o prestígio e o bom nome da nossa
mais que centenária Milícia. Estou certo
que esta recente orientação do Clube
Militar irá inaugurar uma nova fase na
vida da Fôrça, colocando-a no devido
lugar de destaque, dentro do organismo
policial do Estado. — Nessa campanha
louvável, de soerguimento da Fôrça Pú-
blica, hipoteco, incondicionalmente, o
meu apóio à Diretoria do Clube Militar.
— Respeitosamente subscrevo-me — a) -
Paulo Monte Serrat Filho — 1.º Te-
nente".



VISITA

Prazeirosamente registramos a visi-
ta feita aos diretores de "Milítia", pelo
cadete Arnaldo de Lima Novais, secre-
tário de "Aguilhas Nêgras", o qual, sa-
lientando a apresentação técnica e ar-
tística de nosso órgão de classe, mani-
festou o interêsse da redação da revista
da Academia Militar em estabelecer co-
nosco o maior intercâmbio.

Ofertou-nos, ainda, magnífico exem-
plar da mesma revista, de excelente con-
fecção e com aprimorada colaboração
técnica e literária.

O clichê apresenta o bellissimo bra-
ção que constitue a capa de "Aguilhas
Nêgras".





O cel. João de Quadros recebe cumprimentos.

Homenagem ao Cmt. Geral

A Associação dos Oficiais Reformados e da Reserva da Fôrça Pública, demonstrando sadios sentimentos de seus componentes, também comemorou, com euforia, a investidura de nossos oficiais nos mais altos postos de comando da Corporação.

Assim é que, em expressiva e eloqüente homenagem, a Diretoria e associados ofereceram, na séde daquela entidade, às 15 horas de 18 de março último, festiva recepção aos ceis. João de Quadros, Luiz Gonzaga de Oliveira e ten. cel. Rúbens Teixeira Branco, recentemente empossados nos cargos de comandante geral, chefe e sub-chefe do estado-maior da Milícia Paulista, respectivamente.

Além dos homenageados viam-se presentes à marcante festa de camaradagem os ceis. Odilon Aquino de Oliveira, Sebastião do Amaral e José de Anchieta Torres, presidente e juizes do Tribunal de Justiça Militar; Arlindo de Oliveira, juiz aposentado do mesmo Tri-

bunal; Cândido Bravo, inspetor administrativo da Fôrça Pública; João de Oliveira Melo, diretor geral de instrução; a quase totalidade de oficiais da reserva e reformados, autoridades, senhoras, senhoritas e pessoas gradas da sociedade paulistana.

Em magnífico improviso o cel. Homero da Silveira, presidente da Associação, saudou os homenageados, salientando a satisfação e entusiasmo de seus colegas, por verem os altos destinos da nossa querida, gloriosa e centenária Fôrça Pública entregues a mãos hábeis e experientes de valorosos, oficiais de suas próprias fileiras, lídimos e capazes representantes da classe. A seguir, ressaltou a personalidade do governador do Estado, prof. Lucas Nogueira Garcez, o qual, após tantos anos, soube compreender e materializar a mais grata aspiração que acalentava oficiais e praças da polícia militar de São Paulo.

Em nome da Associação dos Oficiais da Reserva e Reformados, o maj.



O major Benito Serpa saúda o homenageado

Benito Serpa, seu orador oficial, proferiu expressiva oração. À certa altura, emocionou profundamente os presentes, concitando os irmãos de armas, veteranos oficiais da Milícia, de tôdas as campanhas gloriosas em prol da defesa da Ordem e da Lei, para que, unidos indissolúvelmente, pelos vínculos sagrados de um passado prenhe de glórias, cheio de tradições e de nobreza, se congregassem com os companheiros da ativa, em torno dos dirigentes da Fôrça Pública, agora saídos de suas fileiras.

Também discursaram com entusiasmo e oportunidade, patenteando louvável e altruístico espírito de classe, os tens. ceis. José de Oliveira França e Benedito Mário da Silva.

Ladeado pelos ceis. Anchieta Torres e Sebastião do Amaral, o cel. João de Quadros agradece as homenagens que lhe foram tributadas.



Finalmente, agradecendo a homenagem, falou o cel. João de Quadros.

Salientou sentir-se embevecido, por constatar o alevantado espirito de classe que empolga os veteranos oficiais da Fôrça Pública, em uníssonos e com os mesmos idéais de seus camaradas do serviço ativo.

Recebia, como privilégio do destino, na qualidade de comandante geral, por confiança do exmo. sr. governador do Estado, o fato de ser o alvo das manifestações e homenagens dirigidas à gloriosa Fôrça Pública de São Paulo, pelos valorosos oficiais reformados e da reserva, muito dos quais — disse — ali presentes, concorreram para a sua formação técnico-profissional e lhe deram admiráveis exemplos de conduta, em que procurara moldar a formação de sua personalidade. Finalizou dizendo que tudo faria para levar a bom terno sua missão, contando com a colaboração e experiência de seus camaradas da ativa, da reserva e reformados. Ao terminar a oração, vibrante salva de palmas se fez ouvir.

Aos presentes, como encerramento da grata e significativa reunião de camaradagem, a diretoria da Associação dos Oficiais Reformados e da Reserva ofereceu esplêndido coquetel.

Abnegação

Não nos furtamos ao prazer de transcrever, para conhecimento dos leitores de «Militia», a nota publicada em «A Gazeta», de 4 de março de 1953. Através da mesma tomámos conhecimento de ato heróico e humano, praticado pelo sd. Valdomiro Gonçalves, do 6.º B.C. da Fôrça Pública. Procedimentos tais apontam os autores como dignos do maior respeito público e como exemplos de inteira dedicação à Corporação, engrandecendo-lhe o nome.

“UM ATO DE ABNEGAÇÃO DE UM SOLDADO DA FÔRÇA PÚBLICA”



Sd. Valdomiro Gonçalves

Santos, 4 (Dep. A Gazeta) —

No município de Pedro de Toledo, do dia 22 de fevereiro último, registrou-se um fato que comoveu toda a população daquela cidade da linha da Estrada de Ferro Sorocabana. O soldado Valdomiro Gonçalves, do 6.º B.C. da Fôrça Pública ali destacado, num ato de abnegação, vendo cair no rio Itariri, uma criança de três anos de idade, e que teria perecido não fôsse a coragem daquele militar, atirou-se à água salvando-a de morte trágica.

Em sinal de reconhecimento ao ato de bravura do soldado Valdomiro Gonçalves, a prefeitura Municipal de Pedro de Toledo enviou ao Tenente-Coronel Cícero Bueno Brandão, comandante do 6.º B.C. da Fôrça Pública, o seguinte ofício:

«E' com o mais vivo entusiasmo e verdadeira admiração, que venho em nome do povo, comércio e dos pais de família de Pedro de Toledo, trazer ao conhecimento de V. Excia., um ato de abnegação e desprendimento levado a efeito na manhã de ontem, 22 do corrente, pelo praça de Pré n.º 16549, sr. Valdomiro Gonçalves, aqui destacado e que bem merece os louvores e ser também anotado nos seus assentamentos. Cêrca das nove horas da manhã, caiu ao rio uma criança de três anos de idade, filha do sr. Vicente Azevedo Grassano, a qual foi carregada pela correnteza do rio Itariri, numa extensão de mais de 100 metros, e teria perecido afogada si não fôsse a intemerata intervenção

do praça Valdomiro, que com risco da própria vida e mesmo gripado, se atirou à água salvando-a de morte certa, pois já estava perdendo o fôlego, tendo aplicado os recursos de socorro ministrados pela Fôrça Pública em casos dessa natureza, fazendo-a voltar a si, para de imediato entregá-la aos seus venturosos pais.

Solicito permissão a V. Excia. para promover publicamente uma coleta a fim de premiar êsse ato que ficou gravado no coração de todos os que o presenciaram.

Protestando minha elevada consideração e respeito, aproveito-me do ensejo para apresentar saudações cordiais (a).

Hayde Mury Neto
Diretor Geral».



Grupo Escolar "Edu Chaves"

No dia 9 de março corrente, dando cumprimento ao programa educacional organizado pela Comissão do Convênio Escolar entre a Prefeitura e o Estado, a fim de que "para o IV Centenário não haja uma criança sem escola", determinou o prefeito Armando de Arruda Pereira ao seu assistente militar, cap. Genésio Nitrini, que lançasse a pedra fundamental e desse início às obras do Grupo Escolar "Edu Chaves", sito à Rua "H", no Parque Edu Chaves, onde estão sendo construídas as casas de nossos sargentos, a respeito das quais demos uma nota em nosso número anterior.

O clichê ao lado fixa o instante em que o cap. Nitrini lançava a pedra fundamental.



PASSAGEM DE COMANDO

Tendo sido designado para ocupar as elevadas funções de Inspetor Administrativo da Fôrça Pública, o cel. Cândido Bravo, que vinha comandando o Regimento de Cavalaria há quase quatro anos, ou seja desde 17 de março de 1949, foi transferido para o R.C. o ten. cel. Agenor de Almeida Castro, que comandava o 8.o B.C., em Campinas.

A solenidade da passagem de comando, marcada para às 9,00 horas do dia 11 de março, coincidiu, por mero acaso, com a data natalícia do cel. Bravo.

Ao ato compareceram, prestigiando sobremaneira o acontecimento, os ceis. João de Quadros, cmt. geral da Corporação, Odilon Aquino de Oliveira, presidente do Tribunal de Justiça Militar, Luiz Gonzaga de Oliveira, chefe do E.M. e João de Oliveira Melo, Diretor Geral de Instrução, dr. Câmara Lopes, juiz do T.J.M., cmts. de Corpo, chefes de Serviço, grande número de oficiais e pessoas gradas.

A passagem de comando da Unidade, de longa data solenidade interna, tomou nova feição com o gesto do cel. João de Quadros, que, a ela comparecendo, veio demonstrar o interêsse de s. excia. em valorizar tais solenidades, dando maior brilho ao acontecimento, expressando seu apôio aos comandantes de corpo e manifestando o carinho com que acompanha as coisas da Fôrça Pública.

Diante da tropa formada, debaixo de chuva que empanava o brilho da manhã festiva, foi lido o Boletim Especial. Nele acentuou o cel. Cândido Bravo: "Cumpre-nos passar em conscienciosa revista nossos atos de cmt. desta Unidade durante quase quatro anos: julgamos ter, efetivamente, cumprido com nossos deveres e procuramos exercer com lealdade e justiça o que nos propusemos a executar no setor de nossas atribuições. Tivemos em mira, na medida das possibilidades e das contingências materiais, conduzir o Regimento em firme direção de seus objetivos grandiosos, procurando levar a cabo as tarefas que nos foram confiadas e cremos ter atingido nosso alvo". Agradeceu, ainda, a colaboração de seus oficiais e praças, ressaltou ser o ten. cel. Agenor de Almeida Castro, seu sucessor, o oficial talhado para o exercício das funções de comando do R.C. e augurou a todos felicidade na carreira.

No salão nobre do Quartel do Regimento usaram da palavra, em protestos de estima, sã camaradagem e compreensão de seus deveres, o cel. Bravo, o ten. cel. Agenor e, finalmente, o cel. João de Quadros. Foi uma prova evidente do elevado espírito que une, no momento, os oficiais de dirigem o barco da Fôrça Pública, a caminho de suas elevadas missões e a serviço do Estado e da Pátria.

40.^o Aniversário do 5.^o Batalhão de Caçadores

Grandes festividades foram realizadas no dia 22 de fevereiro último, pelo 5.^o B.C. da Fôrça Pública, sediado em Taubaté, em comemoração à passagem do 40.^o aniversário de sua fundação a 17-II-1913.

Momentos de júbilo foram vividos pela sociedade taubateana e pelos milicianos da unidade.

As solenidades compareceram altas autoridades civis e militares, tendo sido desenvolvido o seguinte programa, organizado pelo comando do Batalhão:

a) Pela manhã: às 8 horas, no pátio interno do quartel, ao som do Hino Nacional, foi hasteada a Bandeira, sendo lido, a seguir, o Boletim alusivo à data;

às 9,00 horas, pelo cap. Célio Prado Meiniche, representando o cmdo. e oficiais do 5.^o R.I., sediado em Lorena, foi dado o tiro de partida para a Prova Pedestre "Cel. Graça Martins", vencida brilhantemente pelo atleta C. João da Silva, do 5.^o B.C., seguido por José Edézio de Araujo, do Regimento de Cavalaria. Venceu, por equipes, o 5.^o B.C.

b) à tarde: às 15,00 horas - Prova de salto pelos cavaleiros do Regimento

de Cavalaria da Fôrça Pública, sobre obstáculos de 1,40 mt., chegando ao desempate a 1,70 mt. A prova foi ganha pelo ten. Nelson Tranchesi, montando *Galã*; classificou-se em 2.^o lugar o cap. Hugo de Almeida Portela, montando *Kid*. A equipe de cavaleiros esteve constituida dos seguintes oficiais: caps. Adérito Augusto Ramos e Hugo de Almeida Portela, tens. Wilson Vasconcelos, Roldão Nogueira de Lima, Humaitá Vila Nova, Nelson Tranchesi e José Gominho da Costa.

As 16,30 realizou-se movimentada partida de futebol entre os quadros do 5.^o B.C. (elementos do E.C. Jacques Félix) e do S.T.M. Venceu este último pelo escore de 2 a 0, tentos de Elias e Viana.

c) à noite: finalizando as comemorações, no Taubaté Country Clube, os elementos da Escola de Educação Física da Fôrça Pública realizaram várias demonstrações de ginástica, esgrima e bailado, sendo vivamente aplaudidos pela enorme assistência.

Encerrando as festividades a Banda de Música do 5.^o B.C., sob a regência de Rafael Moscatiello, executou, sob aplausos, seletto programa.

NOSSOS CLICHÊS SÃO CONFECCIONADOS

PELA GRAVARTE LTDA.

CAMPINAS E O 8.º BATALHÃO DE CAÇADORES

O Batalhão da Força Pública, sediado na terra de Carlos Gomes, Campinas, a Princesa D'Oeste, e que presta serviços, com seus destacamentos policiais, a 63 cidades de nosso interior, através das Delegacias Regionais de Polícia de Campinas, Piracicaba e Jaú, goza de grande conceito entre o povo a que serve, graças à sua atuação. Durante o curto espaço em que essa unidade esteve sob o comando do ten. cel. Agenor de Almeida Castro, ainda mais se acentuou o carinho que a população de Campinas tem pelo 8.º B.C., graças às qualidades pessoais dêsse comandante, sua grande sociabilidade, seu interesse pelo desenvolvimento sempre crescente dos serviços policiais do Batalhão.

Nos últimos dias de seu comando, o 8.º B.C. recebeu duas visitas honrosas. A de d. Paulo de Tarso Campos, bispo de Campinas, que foi recebido pelos oficiais e pela tropa, no pátio do quartel, onde teve oportunidade de externar, de viva voz, sua gratidão aos guardiões da ordem e da segurança pública da cidade de Carlos Gomes. Em outra oportunidade visitaram o Batalhão os dr. Alfredo Gomes Júlio, prof. Mário Gianini e Osmando Mascaro, respectivamente, presidente e secretário da Câmara Municipal de Campinas e vereador major dr. Laerte de Moraes. Recebidos pelo Comando e oficiais do 8.º B.C., a seguir, visitaram as dependências de unidade, ficando sumamente surpreendidos com o que lhes foi dado observar. No refeitório dos oficiais, onde lhes foi servido um refrigerante, usou da palavra o dr. Alfredo Gomes Júlio,

que externou sua admiração por tudo que viu, dizendo mesmo não julgar que nossa unidade tivesse tão perfeita organização. Em simples, porém, expressivas palavras, agradeceu o ten. cel. Agenor de Almeida Castro.

Homenageando o 8.º B.C., a Mesa da Câmara Municipal de Campinas, em 12-III-1953, apresentou à Casa o requerimento que abaixo transcrevemos:

"A Mesa da Câmara Municipal de Campinas, ao ensejo da visita que lhe foi proporcionada pelo comando do 8.º B.C. às instalações dessa brilhante unidade da Força Pública, deseja externar sua magnífica impressão por tudo quanto ali foi visto.

Realmente, o 8.º B.C. além de instalado em excelente edifício, muitos outros fatores possui que em muito o recomendam à admiração e respeito do povo campineiro. A tropa garbosa e disciplinada, tem sido cuidada pela oficialidade com todo o carinho, visto que ali se visa a formação de homens que possam, pela sua moral, conduta e adestramento, se responsabilizar pela manutenção da ordem em nosso Município. E êsse objetivo tem sido concretizado, para garantia do sossego das famílias conterrâneas.

O 8.º B.C. constitui, por muitos títulos, motivo de grande orgulho para Campinas, seja porque está integrado na vida da cidade, seja ainda porque seus responsáveis zelam pelos mínimos detalhes da organização, de maneira a torná-la cada vez mais perfeita e eficientíssima.

Diante da oportunidade que se nos apresenta, não poderíamos, pois, deixar de consignar nossas felicitações por tudo que foi visto pelos componentes da Mesa da Câmara que estiveram dia 10 no 8.º B.C.

Dai propormos ao plenário approve um voto de congratulações com o sr. Comandante e a oficialidade do 8.º B.C., de tão riquíssimas tradições, bem como ao Comando Geral da Fôrça Pública em

São Paulo, como sincera e merecida homenagem da Câmara a tão aguerrida corporação, onde tudo é eficiente e que bem merece o reconhecimento dos cam-pineiros pelas palavras dos seus legítimos representantes.

Sala das Sessões, 12 de março de 1953.

Alfredo Gomes Júlio, presidente;
Mário Gianini, 1.º secretário; *Osmando Macaro*, 2.º secretário".

JOVEM!

Você que pretende ser oficial da Fôrça Pública, inicie desde já os seus estudos. Matricule-se no

CURSO MILITIA

que nos últimos exames de admissão ao Curso Pré-Militar apresentou maior índice de aprovação.

Número de vagas limitado a 25 em cada classe, para melhor aproveitamento dos alunos.

Informações: telefone 7-6698.

INÍCIO DAS AULAS: 1 DE ABRIL

IV Centenário de São Paulo

Aproxima-se o dia em que a capital paulista — São Paulo de Piratininga — festejará seus quatrocentos anos de existência. Os mais sugestivos festejos estão sendo programados para a comemoração condigna da efeméride.

Evidentemente, a Fôrça Pública do Estado não poderia alheiar-se a tão marcante acontecimento. E, realmente, como primeiro sinal de sua participação nas comemorações do próximo 25 de janeiro, registramos a visita feita ao cel. João de Quadros, comandante geral, pelo sr. Francisco Matarazzo Sobrinho, presidente da Comissão do IV Centenário, o qual se fazia acompanhar dos srs. João Alfredo de Souza Ramos, Horácio Costa e maj. Hugo Bradaschia. Ao que apurámos, com recíproca boa vontade, ficaram assentadas as primeiras providências relativas à participação da Fôrça Pública nas comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

NOSSOS REPRESENTANTES

Representam MILITIA no Exterior, nos Estados e Territórios

- BOLIVIA (Cuerpo de Carabineros)
— Dirección General de Policía (La Paz) — cap. Saul Herbas Casanovas.
- CHILE (Cuerpo de Carabineros)
— Victoria Subercaseaux, 172 2.º piso (Santiago) — teniente Efraín de la Fuente Gonzáles.
— Prefectura General (Valparaíso) — capitán Franklin Troncoso Bachler.
— IV Zona de Carabineros (Concepcion) — capitán Moisés Suty Castro
- ACRE (Guarda Territorial)
— Q.G. (Rio Branco) — ten. Carlos Martinho Rodrigues Albuquerque.
- ALAGOAS (Policia Militar)
— Q.G. (Maceió) — cap. José Cavalcante Maranhão.
- AMAPA (Divisão de Segurança e Guarda)
— Sede (Macapá) — Raimundo Walter Luz.
- AMAZONAS (Policia Militar e Corpo de Bombeiros)
— Major Caetano Felix do Nascimento
- BAHIA (Policia Militar)
— Q.G. (Salvador) — cap. Gestsemani G. da Silva.
- CEARA (Policia Militar)
— B.I. (Fortaleza) — 1.º ten. Antônio Nilson Rodrigues.
- DISTRITO FEDERAL (Policia Militar)
— Q.G. (Rio de Janeiro, D.F.) — major Darcy Fontenelle Castro
— R.C. (Rio de Janeiro, D.F.) — ten. Manoel Apolinário Chaves.
— 6.º B.I. (Rio de Janeiro, D.F.) — cap. Hélio Miranda Quaresma.
— Escola Técnica do E.B. — cel. pe. João Tenei de Camargo e Silva.
- ESPIRITO SANTO (Policia Militar)
— Q.G. (Vitória) — 1.º ten. Alfredo P. Barroca.
- GOIAS (Policia Militar)
— Q.G. (Goiânia) — 2.º ten. Brasil Coury
- MARANHAO (Fôrça Policial)
— Q.G. (São Luiz) — major Arlindo Faray.
- MATO GROSSO (Policia Militar)
— Q.G. (Cuiabá) — ten. cel. Gonçalo Romão de Figueiredo.
— 2.º B.C. (Campo Grande) — ten. cel. Hermenegildo T. do Nascimento.
- PARÁ (Policia Militar)
— Q.G. (Belém) — cap. Walter Moreira Cals.
- PARAÍBA (Policia Militar)
— Q.G. (João Pessoa) — 1.º ten. José Belarmino Feitosa Filho.
- PARANÁ (Policia Militar)
— Q.G. (Curitiba) — Cap. Washington Moura Brasil.
— Guarda Noturna (Curitiba) — sr. Floriano José da Costa.
- PERNAMBUCO (Policia Militar)
— Q.G. (Recife) — cap. João Rodrigues Pereira.
- PIAUI (Policia Militar)
— Q.G. (Teresina) — cap. Santiago Vasques Filho.

RIO DE JANEIRO (Policia Militar)

— Q.G. Capitão Walter Zulmiro Pereira de Castro

RIO GRANDE DO NORTE (Policia Militar)

— Q.G. — cap. Antônio Moraes Neto

RIO GRANDE DO SUL (Brigada Militar)

— Q.G. (Pôrto Alegre) — 2.º ten. Ernani Pereira de Aquino.

— 4.º B.C. (Pelotas) — cap. Renato Moro Ramos

— 1.º B.C. (Santa Maria) — ten. Pedro Celeny S. Pires Garcia.

— 2.º R.C. (Livramento) — 2.º ten. Carlos Cravo Rodrigues.

— B.G. (Rio Grande) — 2.º ten. João Matos de Araujo.

— 3.º B.C. (Passo Fundo) — Asp. Armando Chaves Credideu.

SANTA CATARINA (Policia Militar)

— Q.G. (Florianópolis) — 2.º ten. Manoel Gomes

SÃO PAULO (Fôrça Pública)

— Q.G. (Capital) — cap. Nelson Agostinho Ferreira.

— C.F.A. (Capital) — 1.º ten. Osvaldo Hildebrand.

— B.G. (Capital) — 2.º ten. Paulo Ribeiro.

— 2.º B.C. (Capital) 1.º ten. Ricardo Gonçalves Garcia.

— R.C. (Capital) — cap. Plínio Desbrousses Monteiro

— C.B. (Capital) — 1.º ten. Samuel Rubens Armond

— 3.º B.C. (Ribeirão Preto) 1.º ten. Odilon Spinola Neto.

— Btl. Tobias de Aguiar (Capital) — 2.º ten. Almir Ribeiro Gomes

— B.P. (Capital) — 2.º ten. Hélio Guaicuru de Carvalho.

— 4.º B.C. (Bauru) — 2.º ten. Alaôr de Souza Campos

— 5.º B.C. (Taubaté) — 2.º ten. Mário Ferreira

— 6.º B.C. (Santos) — 1.º ten. Luiz Nobrega e Silva

— 7.º B.C. (Sorocaba) — ten. Alvaro Parreiras

— S.M.B. (Capital) — cap. Olívio Franco Marcondes.

— S.E. (Capital) — cap. Augusto de Abreu.

— S.I. (Capital) — 2.º ten. José Picelli.

— S.F. (Capital) — 2.º ten. Mário Costa e Silva

— S.Subs. (Capital) — ten. Tiago Vilaverde Prior.

— E.E.F. (Capital) — 1.º ten. Ademar Ferreira.

— S.T.M. (Capital) — 1.º ten. Hildebrando Chagas da Silva

— S.S. - H.M. (Capital) — 1.º ten. Irani Paraná do Brasil

— 1.ª Cia. Ind. (Mogi das Cruzes) — 1.º ten. Alfredo P.P. Neves

— 2.ª Cia. Ind. (S. José do Rio Preto) — 2.º ten. José Ribeiro de Godoi.

— 3.ª Cia. Ind. (Presidente Prudente) — cap. Divo Barsotti

— 4.ª Cia. Ind. (Araraquara) — cap. Antônio Augusto de Souza Filho.

— 1.ª C.I.B. (Santos) — cap. José Limongi França

— Rádio Patrulha (Capital) — sr. Epaminondas Caldas Camargo.

— Cia. Policiamento Rodoviário (Capital) — 1.º ten. Jalmir C. Costa

— Polícia Florestal (Capital) — cap. Rodolfo Assunção.

SERGIPE (Policia Militar)

— Q.G. (Aracaju) — 2.º ten. José Félix da Silva

Além dos supra mencionados, mantemos agentes em tôdas as cidades do interior do Estado de São Paulo e ainda em numerosas outras cidades do Brasil.

128.º Aniversário da Polícia Militar

E. Franklin de Queiroz

“Nos dias de paz, nas cidades populosas como nos logarejos mais longínquos, são as suas vigílias permanentes e patrióticas, as horas de sentinela à tranqüilidade pública, à segurança, à ordem, à vida, ao sono, à fortuna do povo, qual antiga e misteriosa coluna protetora dos hebreus”. (Mons. Arruda Câmara).

Em 17 de fevereiro de 1825 — conta-nos a História — foi criado o CORPO DE POLÍCIA, por decreto imperial, organização que já então se considerava “muito necessária para a tranqüilidade e segurança da cidade da Bahia”.

A medida que se desenvolveu e aumentou o seu efetivo, mudou de denominação. Regimento Policial, Brigada Militar, Fôrça Pública, Fôrça Policial e, enfim, POLÍCIA MILITAR.

Aos seus 128 anos de existência, a Polícia Militar apresenta aos seus conterrâneos um acervo inestimável e glorioso de serviços prestados não só à segurança interna do Estado como à soberania nacional, já como organização policial, já como fôrça militar, já, em suma, como corporação de homens, de brasileiros que amam acendradamente a sua pátria.

Na Guerra do Paraguai, em Canudos, no sul e no norte do país, no combate aos revolucionários entre 1924 e 1926, na Revolução Outubrista de 1930 e, também, na Campanha contra o Ban-

ditismo no Nordeste que durou mais de dez anos, vimos a Polícia Militar atuar denodada e herôicamente em defesa da Ordem, da Legalidade e dos Poderes Constituídos. Ninguém conhecedor da nossa História poderá deixar de reconhecer e afirmar, como o Mons. Arruda Câmara em seus memoráveis discursos parlamentares — “Não entibiaram a sua coragem indômita o troar dos canhões e o cólera morbus do Paraguai, nem as emboscadas cruéis, os assaltos a ferro frio, corpo a corpo, nem as chuvas candentes de chumbo dos trabucos das legiões esguias e esfarrapadas, fanáticas e ferozes do velho cismático de Canudos”; — ou referir-se às baionetas coruscantes e valentes dos bravos e estoicos soldados do 5.º Corpo de Polícia, em Canudos, como o fez o imortal Euclides da Cunha em o seu imortal “Os Sertões”; ou como o General Cândido Rondon, vitorioso e satisfeito pela conquista de Cantanduvás, proclamando ao então Governador da Bahia: “. . . Os baianos ali combateram com fé e patriotismo, com o estofamento de bravura dos filhos da gloriosa Bahia”. E assim por diante.

A Polícia Militar da Bahia faz parte daquela legião de bravos filhos do Brasil que anônimamente deram, dão e darão sua contribuição com trabalho, devotamento, suor e vida, pela ordem e pelo progresso da terra-máter. E, vale ressaltar, não temos notícia de que haja alguma vez se levantado de mão armada contra os poderes legalmente constituídos, assegurados pelo mandato do povo livre e soberano, muito menos animada por ideologias políticas estranhas à índole e formação liberal, democrática e pacífica de nossa gente. Fiel aos governos, sempre foi devotada aos sublimes ideais do povo Patricio.

Por todo o "hinterland" baiano encontramos no mínimo um soldado da Polícia Militar como sentinela da lei e da ordem pública ou, seja como o infatigável "olho" da Justiça", na definição de Faustin Melie, seja em lugares saudáveis, de cômodas condições de vida, bem abrigado e servido pelos governos municipais (o que raramente se verifica), quer seja em localidades de precaríssimas condições, sem lhe oferecer nenhum conforto, onde os chamados quartéis (que sempre existem), chegam a carecer dos mais rudimentares elementos de higiene pessoal. Tais necessidades se evidenciam ainda hoje, quanto mais em tempos passados em que eram demasiados escassos os meios de locomoção, que obrigava o soldado a jornadas em busca das Lavras Diamantinas, das regiões sudoestinas, das margens do São Francisco, — suarento, estropiado, faminto e sedento, — muita vez para imediatamente enfrentar o criminoso desalmado, o desordeiro contumaz e outros malfeitores que infestavam a sociedade de então.

Era mesmo como dizia o Padre Arruda Câmara: "Quanta vez tortura-

dos pela fome e pela sede, encontram (os policiais militares) o epílogo da sua carreira à curva da vereda, onde o bacamarte descansa na pontaria certa do celerado frio, essa raça de estropiados, produto direto dos desequilíbrios de origem sócio-econômica agravados pelas influências mesológicas?!" Sim, quanta vez? — Não foram poucas as vítimas, as vidas sacrificadas, as torturas, as mutilações e até mesmo os esquarteramentos!

E mesmo na capital os serviços dos policiais-militares não é dispensado. Policiamento urbano, guardas das instituições e serviços públicos. Segurança das autoridades. Garantia do povo contra os "fora da lei", agitadores, agentes de ideologias adversas e hostis à paz e tranqüilidade dos concidadãos que constroem o progresso da Bahia. Tudo isso significa dias de permanente vigilância e noites insones. Enquanto a população civil dorme tranqüila em seus lares, o oficial, sargento ou soldado da Polícia Militar, mesmo em tempo de paz, de folga, sabe que a qualquer hora da noite o dever poderá exigir a sua presença imediata a locais onde até a sua vida terá que ser dada em holocausto na defesa da segurança e tranqüilidade pública, dos bens e direitos individuais e coletivos. A par desses percalços todos, no exercício perene da sua dupla missão, policial e militar, encontramos seus componentes, dentro das casernas, laborando a cultura técnica-profissional, formando e aprimorando homens para os árduos misteres que o Estado lhes reserva. Há quase dois decênios os seus quadros passaram a ser constituídos de homens possuidores de cursos, prevalecendo o mérito pessoal contra o nefasto e corruptível "pistolão", de sorte que os policiais-militares não só se prepararam para a guerra, como também para

os serviços de policia preventiva e repressiva, habilitando-se, assim, para as funções mais destacadas da organização policial do Estado.

Esta a vida e a sorte dèsses modestos homens fardados de cáqui que pontilham todo o território baiano, alertas e prontos para vencerem e resistirem às asperezas e contingências da profissão orgulhosamente abraçada, em prol de uma Bahia sempre bendita pelo clima de segurança, ordem e paz, vivida em suas terras.

Hoje, quando se comemora festivamente o 128.o aniversário da Polícia Militar, não é demasiado um apêlo ao Govêrno e ao povo da Bahia, um apêlo

justo e oportuno, precisamente na hora presente, em que olhamos para a frente e vemos um futuro de perspectivas assás sombrias, que não podem de modo algum tranqüilizar os povos democratas que habitam o ecúmeno.

Govêrno e Povo da Bahia conservai êste patrimônio glorioso e centenário, com o seu apôio e apreço imprescindíveis, para que êle continue sempre como elemento de vanguarda, ativo e decidido, na defesa dos sagrados princípios de soberania nacional, vez que, como ainda em 1825, a Polícia Militar é e será sempre uma organização "muito necessária para a tranqüilidade e segurança públicas" do Povo da eterna Bahia!

(Transcrito do "Diário da Bahia", de 24-II-53).

DEPOSITE AS SUAS ECONOMIAS NA

AGÊNCIA NOTURNA

DA

CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL

Aberta das 12 às 23 horas

Praça Ramos de Azevedo, 192 (Ladeira do Esplanada) —

Edifício C.B.I — S. PAULO.

— GARANTIDA PELO GOVÊRNO PAULISTA —



AMAZONAS

Veículos para o Corpo de Bombeiros

Segundo telegrama enviado ao sr. governador do Estado, o diretor da Cexim reconsiderou o ato denegando o pedido da firma Henrique Salatiel de Carvalho, para importação de veículos destinados ao Corpo de Bombeiros. Assim, muito breve, serão desembarcados em Manaus os veículos destinados àquela corporação.

Polícia técnica no Amazonas

A chefia de polícia do Amazonas vem de convidar, para uma visita ao Estado, o técnico da polícia carioca Carlos de Melo Ebole, que já se encontra em Manaus. S. s. apresentaria sugestões e conselhos sobre a preparação de processos e também trataria da criação de um laboratório de técnica policial, auxiliar indispensável nas pesquisas e encontro de provas criminais.

O técnico carioca fará também diversas palestras sobre assunto da sua especialidade, para os elementos da polícia amazonense.

BAHIA

Diretoria do Clube dos Oficiais

Foi empossada, em 24 de fevereiro deste ano, a nova Diretoria do Clube dos Oficiais, para o exercício 1953-954, assim constituída: presidente - major Antônio Rodrigues de Souza; 1.º vice-presidente - major Alvim Rodrigues de Melo; 2.º vice-presidente - cap. Augusto Fernandes Santa Rita; 1.º secretário - 1.º ten. Edson Franklin de Queiroz; 2.º secretário - 2.º ten. Antônio Newton Meireles Costa; diretor cultural - cel. Antenor Zeferino Cossenza; diretor recreativo - 2.º ten. Dilson Freitas Seixas; diretor de esportes - 1.º ten. Nestor Tavares da Silva; orador oficial - 1.º ten. Alirio Cerqueira da Silva; 1.º tesoureiro - 1.º ten. Jorge Silva Freire; 2.º tesoureiro - 2.º ten. Itami Santa Bárbara.

Este Clube foi instalado oficialmente em 17 de fevereiro de 1951, com sede provisória à rua General Labatut, n.º 6, aos Barris - Salvador, Ba.

Reconhecido oficialmente o Curso Preparatório

Com a sanção presidencial da Lei Federal n.º 1.821, de 12 de março último, ficou reconhecido oficialmente, para fins de matrícula em qualquer dos Cursos de Colégio, o Curso Preparatório da Escola de Formação de Oficiais, em que os sargentos e subtenentes recebem os ensinamentos correspondentes aos do curso ginásial.

A iniciativa dessa disposição legal, por sinal, extensiva a tôdas as Polícias Militares do Brasil que possuem cursos de formação de oficiais com duração mínima de cinco anos e contendo pelo menos seis matérias do curso ginásial, partiu do ilustre parlamentar baiano Carlos Valadares, ora na Câmara dos De-

putados, que solicita e decisivamente trabalhou pela concretização dêsse há muito esperado amparo legal aos que se formam nas casernas policiais-militares.

Promoções

Por ato do Governo do Estado, foram promovidos, no dia 21 de março p. passado, os seguintes oficiais: a ten. cel. armas, o major Francisco Pedro da Fonseca, por merecimento; a major das armas, o cap. Gerson Aureliano Alves, por antiguidade; a cap., o 1.º ten. das armas Lourildo Lima Barreto, por antiguidade; a 1.º ten. das armas, os 2.ºs tens. Ernani Magnavita de Freitas e Elpidio Albuquerque Cavalcante, por merecimento e antiguidade, respectivamente; a 1.º ten. mecânico, o 2.º dito Augusto Tranquili, por antiguidade.

Reabertura do ano letivo do Centro de Instrução

Em sessão solene realizada no Centro de Instrução, sob a presidência do cel. José Isidro de Souza, atual Comandante Geral da Polícia Militar, foram reiniciados os trabalhos letivos dêsse estabelecimento de ensino, quando, então, proferiu a aula inaugural o cel. Antenor Zeferino Cossenza, professor da Escola de Formação de Oficiais, sob o tema: "O que se entende por *defeito físico irremediável*".

Os cursos funcionarão, neste ano, obedecendo à reestruturação efetivada recentemente pelo governo do Estado, dêste modo:

Escola de Formação de Oficiais:

- Curso de Formação de Oficiais das Armas - 3 anos; Curso de Formação de Oficiais de Intendência - 3 anos; Curso Prévio (para possuidores do Curso Ginásial) - 1 ano; Curso Preparatório (sargentos e subtenentes) - 3 anos.

Escola de Formação de Sargentos e Graduados: Curso de Sargentos das Armas - 1 ano; Curso de Cabos das Armas - 6 meses.

Escola de Soldados: Curso de Soldados Recrutados - 4 meses; Curso de Formação Policial - 4 meses; Curso de Investigações e Capturas - 4 meses.

DISTRITO FEDERAL

FLAGELADOS DO NORDESTE

Em face da aflitiva e penosa situação em que se encontra grande parte da população do Nordeste brasileiro, vítima do fenômeno das sêcas que assola aquela região, o comando geral da Polícia Militar, patenteando o seu elevado espírito de fraternidade e compreensão, autorizou os comandantes de corpo e chefes de serviço e repartição, a aceitar contribuições que oficiais e praças desejem fazer em benefício daqueles nossos irmãos que afrontam os maiores sofrimentos pela própria sobrevivência.

MATRÍCULA DE OFICIAIS NO C. A. O.

Foram matriculados no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, os caps. Alfredo dos Santos Cunha Júnior, Jarbas da Luz Melo, Ernesto Ferreira Carqueja, Adolfo Martins e Nelson Tavares, e 1.ºs tens. Felício Brandi Ribeiro e Renato Ferreira Lorens.

POSSE DO NOVO COMANDANTE

Por decreto de fevereiro último, foi nomeado, pelo sr. presidente da República, para exercer o cargo de comandante geral da corporação, o cel. do Exército, João Ururai de Magalhães, em substituição ao cel. Niso de Viana Montezuma, que, por motivo de doença, solicitou exoneração.

A solenidade de posse realizou-se às 16,00 hs. do dia 4 de fevereiro, no Ministério da Justiça, ante a presença do titular da pasta, vários oficiais gerais, autoridades civis, oficiais superiores da Polícia Militar e do Regimento Escola de Infantaria, de onde procedia o cel. Ururái.

Usaram da palavra o ministro da Justiça, para felicitar o novo comandante, e este para agradecer, inclusive a presença, ali, das autoridades e amigos. Um e outro puseram em evidência as tradicionais qualidades de disciplina e de utilidade pública da corporação e a necessidade de harmonia, compreensão e eficiência dos oficiais e praças para que ela jamais desmereça do conceito que se impôs por muitas e patrióticas lutas policiais ou militares.

A seguir, dirigiram-se os presentes para o Quartel General, na rua Evaristo da Veiga, onde se realizou a transmissão de comando pelo ten. cel. Almir Barreto, que assumira o cargo quando, inopinadamente, adoeceu o cel. Montezuma.

Conhecedor do vigoroso plano de ação do seu antecessor, consubstanciado nas suas "Diretrizes", já em início de execução, o cel. Ururái, em seu boletim inicial, deixou claro que continuará a obra de seu colega, procurando integrar a corporação especialmente na função policial, visando, assim, servir mais constante e diretamente o público.

HOMENAGEM AO CORONEL URURAI

A 31 de fevereiro último, os oficiais e praças do Regimento Escola de Infantaria, cujo comando vinha de deixar o cel. Ururái, depois de nove anos de eficiente labor, prestaram-lhe significativa homenagem.

No exercício de suas funções, o cel. Ururái realizou no tradicional REI obra notável e criou vigorosos laços de amizade, de u'a amizade profundamente sadia, tais as manifestações de apreço que lhe externaram, dentro de largos e interessante programa, oficiais e praças.

Homem de ação, o cel. Ururái sempre encontrou ali a forma de superar as deficiências de meios, executando invulgar obra material e espiritual, razão da vibrante homenagem de que foi alvo.

As 12,00 hs. foi servido saboroso churrasco e finas bebidas, estando presente, entre vários oficiais gerais, o ex-ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, oficialidade do REI, comandantes e diretores de serviço da Polícia Militar, além de inúmeros amigos do homenageado.

Durante o churrasco, realizou-se animado "show" por artistas da Rádio Nacional.

Por fim, falaram, externando o sentir dos oficiais do REI, o ten. cel. Antero de Azevedo agradecendo, em emocionado improviso, o cel. Arurái.

DISTRITO FEDERAL

CORPO DE BOMBEIROS

Ajuda aos nordestinos

Consoante sugestão feita pelo seu comandante, cel. Sadock de Sá, todos os elementos da corporação doarão uma pequena parcela dos seus vencimentos para auxiliar os nordestinos vitimados pela seca implacável que assola os seus pagos.

Quadra "Sargento

José Ferreira do Nascimento"

Foi inaugurada, no dia 13 de março p.p., com a presença do cel. Sadock de Sá, na sede dos bombeiros do Meyer,

a nova quadra de basquete, que recebeu o nome de "Quadra Sargento José Ferreira do Nascimento", em homenagem a êsse saudoso graduado, que foi grande batalhador pela causa do esporte em sua corporação.

Almôço de confraternização

Fazendo reabrir, a 13 de março último, os cursos da corporação, o C.B. ofereceu um grande almôço de confraternização, a que compareceram altas personalidades do mundo social e político, tendo sido orador oficial o bel. Avio Brasil, advogado da entidade, ocasião em que pronunciou interessante palestra sôbre o tema "Não está tudo perdido",

RIO DE JANEIRO

Sede própria para o Clube de Oficiais

Realizou-se, no dia 31 de março último, no quartel da Polícia Militar, o ato da entrega de prêmios relativos ao sorteio de uma tómbola feita em benefício de campanha pró-construção da sede própria do Clube dos Oficiais daquela co-irmã. A reunião, que esteve muito concorrida, compareceram, além de muitos associados do Clube, inúmeros elementos da sociedade local e pessoas gradas.

Rancho no destacamento de Petrópolis

O destacamento policial da Cidade das Hortências vem de ser dotado de um eficiente serviço de rancho. Quando da inauguração, o ten. Perígio Teixeira, comandante daquele destacamento, ressaltou, em discurso, o apôio eficiente e decisivo do cel. Gerardo Lemos do Amaral, então comandante da P.M., motivo por que solicitou ao comando da corporação fôsse dado o nome de "Cel. Gerardo Amaral" a uma das salas do

rancho, "como pálida homenagem àquele insigne chefe, jamais esquecido em nossos corações".

Pleiteado o retôrno da força de cavalaria para Campos

Voltou à baila a necessidade de Campos vir a ter, novamente, cavalaria nos auxiliando o policiamento local, graças ao estado de quase indigência do seu organismo policial.

Aceita pelo cel. Lourival Ventura, comandante do batalhão da P.M. ali sediado, a idéia foi levada ao comando da corporação, que imediatamente designou 10 soldados e 14 cavalos para ali servirem. Todavia, a ação da P.M. vem de ser prejudicada pela falta de meios para a construção das baias em que serão abrigados os animais. Assim, aquela idéia, das mais aproveitáveis, ficará nos comentários dos jornais e nas aspirações do povo campista, até que seja afastado o obstáculo do "res non verba".

ESPÍRITO SANTO

Formatura



1.º ten. GONZAGA FARIAS

Formaram-se em Direito, pela Faculdade de Direito do Espírito Santo,



2.º ten. dent. SEBASTIAO
TAVARES BAETA NEVES

os 1.º ten. Gonzaga Farias e 2.ºs tens. Alair Alves da Calçada, Hélio Nascimento Reis e Sebastião Tavares Baeta Neves.

Graduação de oficiais

Por decreto de 17 de março p.p. foram graduados, de acôrdo com a lei n.º 714, de 12-I-53, os seguintes oficiais: no posto de cel., o ten. cel. Pedro Maia de Carvalho; no de ten. cel., o major Djalma Borges; no de major, o cap. Abdon Rodrigues Cavalcanti; e no de cap. o 1.º ten. Francisco Pereira da Silva.

MINAS GERAIS

Concerto da Orquestra Sinfônica da P.M. em benefício dos flagelados do Nordeste

Depois de amplamente divulgado pela imprensa belorizontina, teve lugar no Teatro Francisco Nunes, no dia 24 de março p.p., o esperado concerto da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar, com a participação do Orfeão Santa Ifigênia e da soprano Lia Salgado.

O festival, a que compareceu numerosa e seleta assistência, foi organi-

zado pelas entidades estudantis universitárias, apoiadas eficientemente pelo rádio e pela imprensa, em prosseguimento da campanha de auxílio aos nossos irmãos flagelados pela sêca que assolou aquela parte do Brasil.

A primorosa exibição da Orquestra Sinfônica, bem como as magníficas interpretações de Lia Salgado e a eficiente participação do Orfeão Santa Ifigênia, constituíram acontecimento de mais alta expressão social e artística, agradando plenamente ao público, que não lhe regateou calorosos aplausos.

Consultório de Higiene Pré-Nupcial

A Associação de Assistência e Cooperação Educacional da P.M., ampliando os seus serviços, instalou, no dia 24 de março p.p., com a presença do governador Juscelino Kubitschek, de outras altas autoridades, comandante geral, comandantes de unidade e outros oficiais, o Consultório de Higiene Pré-Nupcial, anexo ao Centro de Puericultura "Odeite Valadares", da Polícia Militar.

O cap. médico Altair Camargo, saudando o governador Kubitschek, salientou os benefícios que resultarão do funcionamento da instituição. Ressaltou, igualmente, o apôio moral e administrativo do govêrno mineiro, doando à entidade 120 mil cruzeiros.

O governador mineiro, agradecendo a homenagem, teve oportunidade de fazer circunstanciado relatô sôbre a sua administração e manifestou a satisfação de pertencer ao quadro de médicos da Polícia Militar e falar aos seus companheiros de farda, em ocasião tão significativa.



APRESENTAÇÃO

Embora esta revista sempre se interessasse pela cultura física e desportos no seio da Corporação, salientando seus feitos, muitos dêles altamente honrosos e merecedores de todos os aplausos, iniciamos, com êste número, a secção cujo título encima esta nota, a cargo de nosso redator, 1.º ten. Francisco Antônio Bianco Júnior. Nova, diferente, completa, registrará para conhecimento dos leitores e entusiastas da matéria, as novidades esportivas, salutareos conselhos e noções para a boa prática de desportos, suas regras e regulamentação. Noticiará o que se passa nesse importante setor da vida humana, não só no seio da Corporação, mas em São Paulo, no Brasil e em todo o mundo.

Visa, pois, a secção que ora se inicia, modestamente, a difusão de noções de educação física geral e desportos, concorrendo, de qualquer forma, para o aprimoramento da raça.

Prova "Cel. Graça Martins"

A Escola de Educação Física organizou em 1952, com bastante êxito, o I Campeonato de Pedestrianismo da Corporação.

Constituiu-se êsse campeonato de diversas "provas-homenagens", mensais, tendo o patrocínio das diversas unidades. Proporcionaram essas disputas a descoberta de novos valores para a nossa milícia, tradicionalmente conhecida como celeiro de "fundistas" para o atletismo de São Paulo e do Brasil. E o fruto dessas provas estímulo teve seu coroamento na majestosa São Silvestre última, onde conseguimos, com aqueles valores, o 1.º lugar das Fôrças Armadas.

Continuando esta série de iniciativas, a Escola já iniciou, êste ano, o II Campeonato Interno de Pedestrianismo, com a realização, em Taubaté, da prova "Cel. Graça Martins". Fêz parte, essa corrida, dos festejos comemorativos do 40.º aniversário do 5.º B.C. Num percurso de 3.900 metros, 64 participantes representaram as diversas unidades da Corporação.

Dada a partida pelo cap. Célio Prado Meiniche, do 5.º R.I., sediado em Lorena, lançaram-se os atletas para o percurso, que teve início defronte ao quartel do 5.º B.C., seguindo-se pelas ruas Dr. Winther, Voluntário Pena Ra-

mos (até a rua Quintino Bocaiúva), Dr. Pedro Costa (até a rua Floriano Peixoto) e rua Winther.

A prova em questão foi brilhantemente vencida pelo representante do

5.º B.C., soldado João da Silva, secundado pelo cabo José Edésio de Araujo, do Regimento de Cavalaria. A classificação individual até o 10.º foi a seguinte:

- 1.º lugar — sd. João da Silva, do 5.º B.C.;
- 2.º lugar — cabo José Edésio de Araujo, do R.C.;
- 3.º lugar — sd. José Vitoriano, do 5.º B.C.;
- 4.º lugar — sgt. Osvaldo Gonçalves Mendes, do 5.º B.C.;
- 5.º lugar — sd. Nelson Muniz de Souza, do Btl. Tobias de Aguir;
- 6.º lugar — sd. Valdo M. dos Santos, da 1.ª Cia. Ind.;
- 7.º lugar — sd. Aureliano R. D'Avila, do Btl. Tobias de Aguiar;
- 8.º lugar — sd. Paulo Pereira de Araujo, do B.G.;
- 9.º lugar — sd. Gabriel Cândido, do Btl. Tobias de Aguiar;
- 10.º lugar — sd. Divino da Silva, do R.C.

Por equipe, vitoriou-se, com bastante mérito, o 5.º Batalhão, conseguindo 8 pontos. Em segundo posto classificou-se o Batalhão Tobias de Aguiar, com uma boa turma.

Com o entusiasmo que se está iniciando, obteremos, estamos certos, ótimos resultados no decorrer deste II Campeonato Interno, na procura de mais valores para as nossas equipes representativas.

MIUDEZAS EM GERAL

FERRAGENS, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS,
LOUÇAS, VIDROS, ARMAS E MUNIÇÕES
Fios, Barbantes, Cordas, Cabos, Rêdes, Encerados, Cachimbos e demais Artigos para fumantes.

IRMÃOS DEL GUERRA

COMERCIO E INDÚSTRIA S/A

Tels. { 36-6311 - RAMAIS
34-1234 -
36-4439 - DEPÓSITO

R. FLORENCIO DE ABREU Ns. 619 a 625
Caixa Postal, 4733 - End. Teleg. «IDEGÊ»
SAO PAULO

ARTIGOS PARA CAÇA
E PESCA EM GERAL

O GUARANI TEÓRICO

O trabalho em série, com a epígrafe acima, de autoria do cap. Adauto Fernandes de Andrade, vinha sendo publicado neste mensário de maneira regular. Todavia, teve que ser suspenso, por motivo de ordem técnica. É que não possuímos, em nossa linotipo, matrizes com y, i ou e com til ou mesmo outros sinais gráficos próprios do guaraní, e nem foi possível obtê-los, na praça, apesar dos nossos esforços.

É por isso que vimos apresentar nossas desculpas aos leitores e ao cap. Adauto, de quem continuamos aguardando novas colaborações ("desguaranizadas", por certo).

XVII CAMPEONATO BRASILEIRO DE ATLETISMO

A participação dos nossos atletas nesse magno torneio do desporto base —
Laudionor Rodrigues, vice-campeão dos 1.500 metros.



O atleta Antonio Joaquim Roque, campeão dos 1.500 ms., ladeado por Laudionor Rodrigues e Benedito de Paula.

Tiveram lugar no grande estádio "Dorival de Brito", na bela cidade "sorriso", capital do Estado do Paraná, o XVII Campeonato Brasileiro de Atletismo masculino e o VII Campeonato Brasileiro para "damas", do mesmo desporto base, que tantas glórias têm dado ao Brasil, culminando com o estrelato olímpico, na modalidade difícil do salto triplo, para orgulho e honra do nosso povo.

A brilhante cerimônia cívica de abertura estiverem presentes os srs.: representante do governador do Estado, dr. Rubens de Melo Braga; secretário de Estado dos Negócios do Governo; general João Valdetaro de Amorim Melo, comandante da 5.ª Região Militar; deputado Antônio Anibeli, presidente da Assembléia Legislativa; dr. Erasto Gærtner, prefeito Municipal de Curitiba; major Nei Braga, chefe de Polícia local; cel. Breno Pernetá, comandante da Polícia Militar e outras altas autoridades civis e militares que tiveram assento na tribuna de honra do Estádio.

Compareceram, também, à solenidade de abertura, os dr. Gastão de Abreu Pires, presidente do Conselho Regional de Desportos e dr. Hugo Lobão, presidente do Conselho Técnico da C.B.D. e Diretor Geral da Competição e demais dirigentes desportivos estaduais e representantes das diversas Federações Atléticas.

Antes do juramento dos atletas, proferido pelo campeão mundial Ademar Ferreira da Silva, em nome dos participantes que se alinhavam no campo, frente à tribuna de honra, houve o hasteamento da Bandeira ao som do Hino Nacional, executado pela banda da Polícia Militar do Estado. Após, desfilaram as delegações uniformizadas, transportando suas bandeiras e flâmulas num colorido bonito, realçando toda a

Da direita para a esquerda: — Pedro de Andrade; Luís Gonzaga de Oliveira; ten. Bianco; Laudionor Rodrigues; Antonio Joaquim Roque e Edgar Mitt.



beleza e pujança de u'a mocidade que, logo mais, se a'rraria à luta leal e honesta nas mais variadas modalidades de atletismo.

Fremiu de entusiasmo o público assistente, que não poupou aplausos aos atletas que garbosamente desfilaram na reta da pista.

Passadas as três grandes jornadas do atletismo, imperando a tradicional rivalidade desportiva entre as entidades Metropolitana e Paulista, sem, entretanto, desunir os sagrados liames da amizade e da confraternização que deve existir no desporto pátrio decidiu-se a sorte para os bandeirantes, que se firmaram, dêsse modo, como "Campeões Brasileiros do XVII de 1953", nos setores masculino e feminino.

Como sempre acontece, para orgulho da Fôrça Pública, dois nossos

companheiros foram convocados para integrar a equipe paulista: sgt. Laudionor Rodrigues da Silva e sd. Luís Gonzaga Rodrigues, êste último não podendo, por motivos de saúde, concorrer por sua Federação. Laudionor Rodrigues, porém, treinado e em plena forma fisica, conseguiu o honroso titulo de "vice-campeão" dos 1.500 metros e o 3.º posto nos 5.000 metros, dando à entidade bandeirante um total de 10 preciosos pontos.

Sirvam de estímulo estes resultados aos nossos caros atletas. Sirva esta classificação como testemunho do que podemos nos desportos de São Paulo, de modo a projetar cada vez mais o nome glorioso da Fôrça Pública, nesse vasto campo, para a continuação das legítimas tradições que mantemos há dezenas de anos nesse setor.

— // —

Podê o individuo resolver ser médico, funcionário público, militar, sacerdote e até mesmo capitalista; ninguém, entretanto, poderá se transformar em poeta do dia para a noite, pois o poeta já nasce com êsse destino.

Alcântara Silveira



FEDERAÇÃO PAULISTA DE TIRO AO ALVO

1.^a Prova "Fôrças Armadas e Policiais"



Grupo formado pelos participantes da prova

Programada pela Federação Paulista de Tiro ao Alvo, teve lugar no dia 8 de fevereiro último, no «stand» do Clube de Regatas Tietê, a 1.^a Prova de Tiro ao Alvo para as Fôrças Armadas e Policiais, a qual contou com a participação dos melhores representantes das diversas corporações militares e policiais da Capital. Realizada com revolver cal. 32/38 — arma livre, 30 tiros, na distância de 25 metros e em alvo internacional, alcançou esta prôva resultados auspiciosos. Arma de maior uso para os militares e policiais, mercê suas profissões, deveria, sem dúvida, atrair para o polígono muitos

atiradores, o que de fato aconteceu. Defrontaram-se verdadeiros mestres do revolver e a vitória do certame coube, individualmente, ao cap. Jorge Mesquita de Oliveira, de nossa Fôrça Pública. As 2.^a e 3.^a classificações couberam respectivamente ao ten. cel. Rubens Teixeira Branco e 1.^o ten. Alfredo Pereira das Neves, da mesma corporação.

Foi uma vitória de gala para a milícia paulista, sagrando-se não só individualmente, mas por equipe, a vencedora da 1.^a competição desse gênero no Estado. Valorizou a vitória o valôr insofismável dos repre-

sentantes de outras corporações, que foram grandes adversários.

Além do benefício para o tiro ao alvo, incrementando-o nas Fôr-

ças Armadas e Policiais, trouxe essa próva mais perfeita confraternização entre os responsáveis pela ordem pública no Estado.

A classificação geral individual e por equipes, foi a seguinte: —

- 1.º — Cap. Jorge Mesquita de Oliveira — F.P. - 280 pontos.
- 2.º — Ten. Cel. Rubens Teixeira Branco — F.P. - 278 pontos
- 3.º — Ten. Alfredo Paula Pereira das Neves — F.P. - 273 pontos
- 4.º — Major Arise Pais Brasil — E.N. - 272 pontos.
- 5.º — Ten. Nelson Sheffer de Oliveira — F.P. - 272 pontos.
- 6.º — Cap. José Tenório Q. dos Santos — F.P. - 272 pontos.
- 7.º — Ten. Antonio Leão Rocci Jr. — E.N. - 270 pontos.
- 8.º — Major Fausto Quirino Simões — F.P. - 267 pontos.
- 9.º — Cap. Waldemar O. Bianco — E.N. - 264 pontos.
- 10.º — Ten. Luiz Gonzaga Del Nero — F.A.B. - 264 pontos.

Por equipes

- 1.º — Fôrça Pública do Estado — 831 pontos; 2.º — Exército Nacional — 806 pontos; 3.º — Polícia Civil — 743 pontos; 4.º — Guarda Civil — 724 pontos e 5.º — Polícia Marítima — 721 pontos.
- No clichê, numeroso grupo de participantes.



PREFIRA O NOVO PACOTE DE 400 GRAMAS

AMIDO DE MILHO

MAIZENA
DURYEA

MARCAS REGISTRADAS

É MAIS PRÁTICO, HIGIÊNICO E
MAIS BARATO!

Legislação

Interessando às Polícias-Militares do Brasil, transcrevemos, na íntegra, a lei federal abaixo, recentemente sancionada.

O diploma legal em foco dispõe sobre o regime de equivalência entre os diversos cursos médios, para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores.

Art. 1.º — Poderá matricular-se na primeira série do curso clássico, ou do científico, o estudante que, satisfazendo às demais condições legais, haja concluído um dos seguintes cursos: I) ginásial; II) básico do ensino comercial, industrial ou agrícola; III) normal regional, ou de nível correspondente; IV) curso de formação de oficiais pelas polícias militares das unidades federais, em cinco anos letivos, pelo menos, e com o mínimo de seis disciplinas do ciclo ginásial.

Parágrafo único — Nos casos dos itens II, III e IV a matrícula dependerá da aprovação dos candidatos, mediante exame das disciplinas que bastem para completar o curso ginásial.

Art. 2.º — Terá direito à matrícula na primeira série de qualquer curso superior o candidato que, além de atender à exigência comum do exame vestibular e às peculiares a cada caso, houver concluído: I) o curso secundário, pelo regime da legislação anterior ao decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942; II) o curso clássico ou o científico, pela legislação vigente; III) um dos cursos técnicos do ensino comercial, industrial ou agrícola, com a duração mínima de três anos; IV) o 2.º ciclo do ensino normal de acordo com os artigos 8.º e 9.º do decreto-lei n.º 8.530, de 2 de ja-

neiro de 1946, ou de nível idêntico, pela legislação dos Estados e do Distrito Federal; V) curso de seminário de nível, pelo menos, equivalente ao curso secundário e ministrado por estabelecimento idôneo.

Parágrafo único — Sem prejuízo das exceções admitidas em lei, exigirse-á sempre do candidato, não habilitado no ciclo ginásial, ou no colegial, ou em nenhum dos dois, exame das disciplinas que bastem para completar o curso secundário.

Art. 3.º — Cumprirá ao Poder Executivo, pelos seus órgãos competentes: I) proceder aos estudos necessários para estabelecer geral regime de equivalência entre os diversos cursos de grau médio a fim de possibilitar maior liberdade de movimento de um para outro ramo desse ensino e de facilitar a continuação de seus estudos em grau superior; II) expedir os atos regulamentares necessários à execução da presente lei, tendo em vista a organização do sistema de ensino de cada Estado e do Distrito Federal, relativamente ao ensino normal e ao de formação de oficiais pelas polícias militares.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Caixa Beneficente da Fôrça Pública

Penções Concedidas: — Viúvas: Anália Rabelo, 3.000,60; Olívia Ferreira de Campos, 2.399,40; Maria da Conceição Amaral, 1.920,60; Maria José Stadler e filha, 907,20; Odila Luiza Neves Pinto e filho, 778,60; menores: Luiza de Carvalho Santana e irmãos, 1.260,00; Tereza Corrêa Pedroso e irmãos, 450,00.

Empréstimos hipotecários: — Major Décio de Lima, 420.000,00; 1.ºs tens. Marcolino Machado, 252.900,00; Jacob Vilas Boas, 251.000,00; José Gomes da Silva, 289.000,00.

Empréstimos sob compromisso: — 1.º ten. Justo Eugênio Filho, 150.000,00; 2.º ten. Diomar de Melo Torquato, 200.000,00; sgt. ajd. Josino Rodrigues, 104.000,00; sd. Evaristo Pires, 84.000,00.

Requerimentos despachados: — Ana Damásio dos Santos, genitora do falecido sd. Benedito Damásio dos Santos, pedindo pensão: — “Prove o seu estado de viuvez e volte, querendo”; Eunice Fernandes Torres, pedindo pensão: — “Indeferido, por falta de amparo legal”; Evaristo Garcia Negrão, genitor do falecido sd. Jovir Garcia Negrão, pedindo nova inspeção de saúde: — “Indeferido, por falta de amparo legal”; pensionistas Sebastiana Maria de Jesus e Carmen Botelho, pedindo a remessa de suas pensões para as cidades de Aguaí e Santos, respectivamente: — “Deferido”; do 3.º sgt. do S.Trns. Francisco Molinari, pedindo para pagar contribuições e jóias de setembro de 1945 a agosto de 1952: — “Deferido”.

COOPERATIVAS REGIONAIS:

Aguaí — Cachoeira Paulista — Guaratinguetá — Jacareí
— Lorena — Paraibuna — Pindamonhangaba — Roseira —
Santa Branca — Santa Isabel — São Bento do Sapucaí — São
José dos Campos — Taubaté.

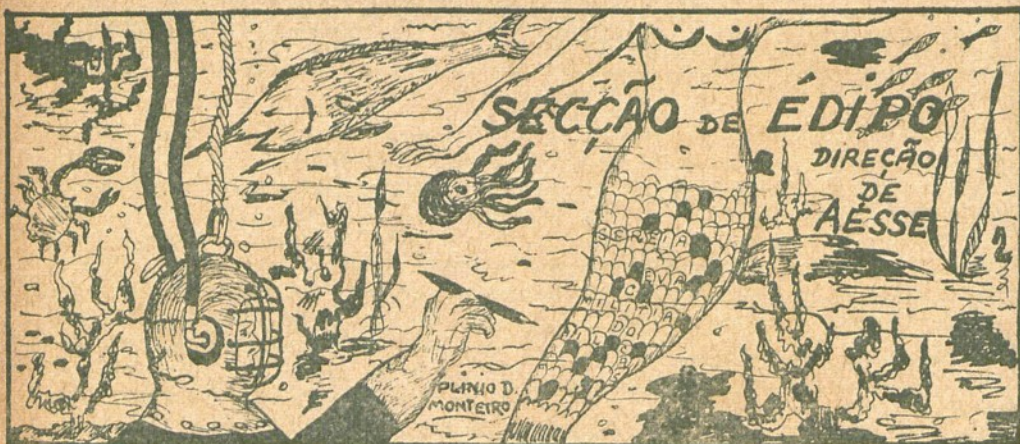
COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIOS

DO

ESTADO DE SÃO PAULO

Regist. M. A. sob n.º 4 e S.A. sob n.º 47

Escritório e sede central: (Diretoria 9-2658
Rua Dr. Almeida Lima, 523 Fones (S. Comercial .. 9-2659
SÃO PAULO (S. Técnica 9-2681



2.º TORNEIO DE 1953

ABRIL — MAIO — JUNHO

REGULAMENTO

Nossos torneios compreenderão os trabalhos publicados em três números de "MILITIA".

Cada trabalho decifrado valerá um ponto.

São aceitas charadas antigas, novíssimas, casais, auxiliares e sincopadas.

São também aceitos problemas de palavras cruzadas, logogrifos em prosa e verso e enigmas charadísticos, figurados e pitorescos.

Os trabalhos enviados deverão ser organizados pelo "Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa", de Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso, "Breviário do Charadista" de Silvio Alves e "Dicionário Prático", de Jaime de Seguíer. (Última parte - História, geografia, etc.).

Em cada torneio serão conferidos os seguintes prêmios: ao 1.º classificado, um dicionário dos adotados na secção; aos que decifrarem mais de 50% dos problemas, uma obra literária mediante sorteio.

O prazo para a remessa das soluções será de 60 dias, contados do último dia do mês a que se refere a revista.

Toda colaboração referente a esta secção deverá ser dirigida à redacção de "MILITIA" e endereçada a "Aesse".

LOGOGRIFO

- 1 — Calcula, P. REGO, outro dia 5-4-7-8
(Não é mentira o que digo) 3-1-7-8
Tomo assento com um amigo 2-6-5-8
Em brinquete de arrelia. 3-1-5-8
A certa altura, o parceiro,
Encheu-se de grande zanga,
E terminou num berreiro
Chamando pelo capanga

Paulista Velho

ENIGMA

- 2 — Nota a primeira. Se assenta,
E' a mesma coisa a final.
Verás qua a parte central
E' uma lista sem cincoenta.
Peço, deixa de bazófia,
Que o todo não é farófia.

C. Bento

CHARADA ANTIGA

- 3 — Se queres em teu domínio - 1
Permanecer mais de um dia - 2
Consiguirás teu desígnio
Tendo conforto e alegria.

P.Q. Nino

CHARADA AUXILIAR

- 4 — + ca = laço
 + ca = café
 + ca = touceira de capim
 Conceito = BELO.

K.D.T.

CHARADAS NOVISSIMAS

- 5 — Não admita em sua frente esse tipo diferente. 1-2

X.P.T.O.

- 6 — Como homem violento, é notável. Por isso está perdido. 2-2

C.Bento

- 7 — Antecipadamente, sua reputação deve ser de pessoa elegante 1-2

K.D.T.

- 8 — Oh! Rei de Troia, basta isto para o servo de Sparta. 2-1

Plínio D. Monteiro

CHARADAS SINCOPADAS

- 9 — Com um traço de lapis representei a corrente de água. 4-2

X.P.T.O.

- 10 — A mania de argumentar por silogismos deve ter nascido no deserto. 4-2

Silvosky

- 11 — A festa começou com uma partida de jogo e terminou com uma dança popular espanhola .3-2

Joca

- 12 — O guia da tropa em assalto morreu na primeira explosão 4-2

K.D.T.

CHARADAS CASAIS

- 13 — Indivíduo travesso não gosta de música antiga. 3

K.D.T.

- 14 — A comissão de promoções reunir-se-á sábado próximo. 2

P.Q.Nino

- 15 — A perspicácia é fundamental em certo jogo de cartas. 3

C.Bento

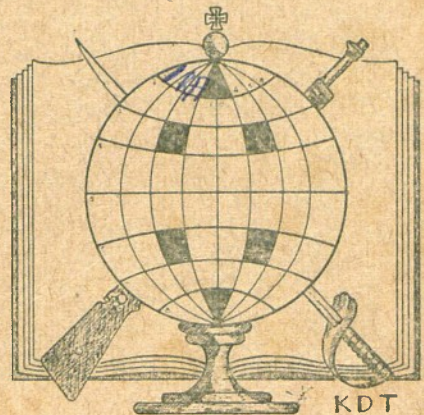
PALAVRAS CRUZADAS

PROBLEMA N.º 1

Horizontais: — 1 — Ódio - Designação de prelados em certas igrejas orientais. 2 — Dedicar-se ao estudo do árabe. 3 — Variação pronominal - Ave Maria - Basta!. 4 — Sacrificador. 5 — Enérgica. 6 — Encanto - Preposição - Ante - Meridien. 7 — Cesta larga e pouco alta. 8 — Uma das partes da dobradiça que se liga á outra pelo pino - Seguias.

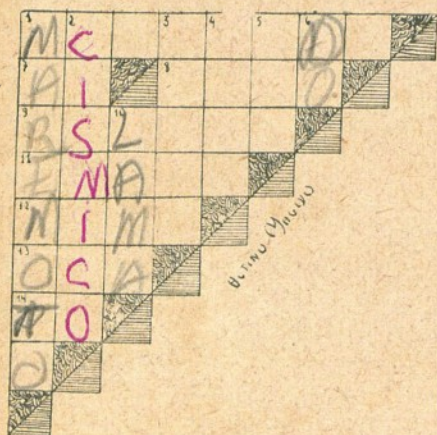
Verticais: — 1 — Trágica. 2 — Solitário (pl.). 3 — Nota musical - Ordem Nacional - Contração. 4 — Ala de Exército - Prefixo - Variação pronominal. 5 — Metera batoque em.... 6 — Nome de uma árvore cuja madeira é própria para construções (pl). 7 — Poema de assunto lendário ou fantástico. 8 — Ministro de religião mulçumana (pl.).

K.D.T.



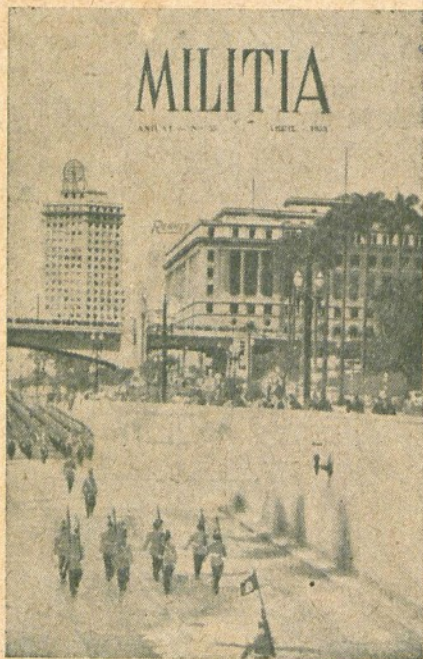
KDT

PROBLEMA N.º 2



Horizontais: — 1 — Qualquer substância sólida (pl.). 7 — Fisionomia. 8 — Imperador romano. 9 — Relato. 11 — Fermento de vinho em forma de pastilhas. 12 — Exprima por mímica. 13 — O mesmo que upa. 14 — Porco.

Verticais: — 1 — Tremor do mar. 2 — Rocha constituída de grãos de areia, consolidados por cimento. 3 — Fermento de vinho em forma de pastilhas. 4 — O espaço celeste (inv.). 5 — Eiró. 6 — Contração de preposição com o artigo. 10 — Lodo.



NOSSA CAPA

Garboso e marcial, o Batalhão de Guardas da Força Pública desfila no Vale do Anhangabau.



militia

Revista de assuntos técnicos, policiais,
militares e culturais em geral.

ÓRGÃO DO CLUBE MILITAR DA FORÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO

Redação e Administração:

RUA ALFREDO MAIA N.º 106
Fones { externo 34-6488
 { interno 142
SAO PAULO, S. P. ————— Brasil

ANO VI ————— Abril de 1953 ————— N.º 35

DIRETOR GERAL cel. José Anchieta Torres
DIRETOR RESPONSÁVEL E
GERENTE : — cap. Francisco Vieira Fonseca
REDATOR-CHEFE: — cap. Bento Barros Ferraz
SECRETARIO : — 1.º ten. Hildebrando Chagas (E.J.C.L.)
TESOUREIRO : — major Manoel Pereira da Silva

REDADORES :

- ten. cel. mons. Paulo A. Cavalheiro Freire
- cap. Milton Marques de Oliveira
- cap. Felix de Barros Morgado
- 1.º ten. Paulo Monte Serrat F.º
- 1.º ten. Ari José Mercadante
- 1.º ten. Francisco Antonio Bianco Jr.
- 1.º ten. Miguel M. Sendin
- 1.º ten. Antônio Silva

ILUSTRAÇÃO :

- cap. Félix Barros Morgado
- 2.º ten. Olavo Soares
- Aspirante Iraí Vieira Catalano

FOTOGRAFIA :

- Ludovico Paraschin

ASSINATURAS :

Por 12 números Cr\$ 50,00
Número avulso Cr\$ 5,00

AOS COLABORADORES E LEITORES

- A colaboração nesta revista é franca a todos; porém, não será possível a publicação de trabalhos politico-partidários ou religioso-sectários, os quais não se enquadram em seu programa.
- Toda a matéria deve ser datilografada com espaço duplo, num só lado do papel, não devendo ultrapassar seis páginas de papel almasso. Os desenhos e esquemas ilustrativos referentes aos trabalhos deverão ser feitos a nanquim, sobre cartolina ou papel branco forte.
- Os originais não serão devolvidos, mesmo quando não publicados, nem mantemos correspondência sobre a sua publicação.
- A Revista não assume responsabilidade por conceitos formulados pelos autores em trabalhos assinados.

• Desejamos estabelecer permuta

• Desejamos establecer el cambio

• Desideriamo stabilire cambio

• On désire établir échange

• We wish to establish exchange

• Austausch erwünscht

**CONFIANÇA NÃO SE IMPÕE,
ADQUIRE-SE**

RECONDICIONAMENTO DE MOTORES A EXPLOSÃO

GASOLINA

Retificação de Virabrequins, Cilindros, Válvulas, Sédes, Enchimento e Mandrilagem de Mancais e Bielas

DIESEL

Pistões - Pinos - Anéis - Camisas
Bronzinas - Válvulas - Séde
Mancais - Bielas

PRECISÃO



RAPIDEZ

Retificadora Universal de Motores Ltda.

R. Três Rios, 456 — Fone: 52-6660 — S. PAULO